



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**“NOS SENTIMOS EXTRANJEROS EN NUESTRA TIERRA”:
PERSPECTIVAS PARA O CAMPESINATO PARAGUAIO FRENTE À ESTRUTURA
POLÍTICA DO PAÍS**

GUILHERME BORGES ALMEIDA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**“NOS SENTIMOS EXTRANJEROS EN NUESTRA TIERRA”:
PERSPECTIVAS PARA O CAMPESINATO PARAGUAIO FRENTE À ESTRUTURA
POLÍTICA DO PAÍS**

GUILHERME BORGES ALMEIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri

Foz do Iguaçu
2020

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A447n

Almeida, Guilherme Borges.

"Nos sentimos extranjeros en nuestra tierra": perspectivas para o campesinato paraguaio frente à estrutura política do país / Guilherme Borges Almeida. - Foz do Iguaçu, 2020.

124 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Félix Pablo Friggeri.

1. Campesinato - Paraguai. 2. Movimentos Campesinos. 3. Agricultura familiar. 4. Questão agrária. I. Friggeri, Félix Pablo, Orient. II. Título.

CDU: 323.3:63-051(893)

GUILHERME BORGES ALMEIDA

**“NOS SENTIMOS EXTRANJEROS EN NUESTRA TIERRA”:
PERSPECTIVAS PARA O CAMPESINATO PARAGUAIO FRENTE À ESTRUTURA
POLÍTICA DO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Contemporânea da América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Prof^a. Dr^a Senilde Alcântara Guanaes
(UNILA)

Prof. Dr. Ramon Bruno Fogel Pedroso
(UNA/CERI)

Prof. Dr. Aníbal Orué Pozzo
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 08 de abril de 2020.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor: **Guilherme Borges Almeida**

Curso: **Integração Contemporânea da América Latina**

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(X) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(X) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: **“Nos sentimos extranjeros en nuestra tierra”: perspectivas para o campesinato paraguaio frente à estrutura política do país**

Nome do orientador(a): **Félix Pablo Friggeri**

Data da Defesa: **08/04/2020**

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

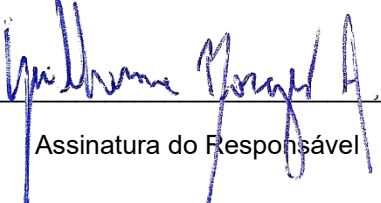
a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 08 de abril de 2021.


Assinatura do Responsável

*Aos verdadeiros donos da terra
da América Latina*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço meu orientador, professor Pablo Friggeri, por envolver-se desde o início do processo de formulação dessa dissertação. Também lhe agradeço por ter me acompanhado durante esses dois últimos anos em grupos de pesquisa, organização de eventos e outras atividades do mestrado em *Integração Contemporânea da América Latina* (ICAL) ou, de uma forma geral, da *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (UNILA).

Meus agradecimentos também a todo corpo docente do ICAL. Uma menção especial às professoras Victoria Darling e Senilde Guanaes por seus valiosos aportes à pesquisa e à minha formação discente durante o mestrado.

Meus sinceros agradecimentos também a todos os representantes de movimentos camponeses com quem tive contato e a todas as famílias camponesas que conheci durante a realização do trabalho de campo. Todo o auxílio, o acolhimento e o apoio que me foi oferecido foi determinante para a realização da pesquisa e, mais além, contribuiu para meu crescimento pessoal e acadêmico. Um agradecimento em especial para a comunidade de *Los Comuneros* e todos os seus habitantes, cabendo uma menção aos lutadores José Tomás Benítez e Nhá Rúbia.

Agradeço a toda a equipe do documentário *Los Comuneros* por terem possibilitado que minha pesquisa fosse muito além da monografia aqui apresentada. Aos que compuseram a equipe de gravação – Gabriel Ramos, André Gomez, Nay Mendl, Giovanna Branco, Beatriz Larentis, Luan Mancini e Cassiano Ramos –, agradeço por toda a disposição e engajamento demonstrados.

Aos meus pais e a meu irmão, agradeço profundamente por todo seu suporte, por toda sua compreensão e por toda sua confiança. Sou muito grato por poder contar com o acompanhamento de vocês.

Agradeço imensamente à Beatriz Larentis e seu carinhoso apoio. Sou muito grato por todo seu envolvimento nesse trabalho e por poder ter dividido ele com você. Seu afeto e companheirismo foram determinantes nessa trajetória.

Por fim, agradeço aos meus queridos amigos Petterson Gherlandi, Gabriel Ramos e Giovanna Branco, que acompanharam o desenvolvimento da pesquisa e que prestaram um importante auxílio na fase de finalização do projeto.

Se me va por donde quiera
esta lengua del demonio:
voy a darles testimonio
de lo que vi en la frontera.

(José Hernández)

RESUMO

O campesinato paraguaio vem sofrendo um longo histórico de violência, negligenciamento e empobrecimento por ações do Estado e dos grupos dominantes que compõe a sociedade do país. A situação enfrentada por essas populações tem se agravando ainda mais nas últimas décadas com a expansão da agricultura empresarial sobre territórios campestres e com as tentativas de repressão e criminalização da luta pela terra no país. Esse é um processo que vem pauperizando e expulsando o setor que compõe a maior parte da população rural paraguaia e que representa uma parte fundamental da cultura e da identidade do país, colocando em dúvida a própria existência do campesinato em um futuro próximo. Diante dessa situação, diversos movimentos campestres vêm se organizando no Paraguai desde a década de 1980, reivindicando o direito à terra e defendendo a importância da permanência e fortalecimento de populações campestres. Assim, o presente estudo buscou avaliar as perspectivas existentes para o campesinato paraguaio dada a estrutura política do país. Colocou-se em discussão as condições de sobrevivência e de consolidação das populações campestres no Paraguai atual, destacando o estado crítico em que se encontra o campesinato e o risco real de desaparecimento deste ante o contexto político do país. No entanto, também foi apontado para o papel do campesinato como o setor popular historicamente mais organizado da sociedade paraguaia e mais dotado de capacidade de resistência. Ressaltou-se, por fim, que um possível desaparecimento do campesinato não seria resultado inevitável do progresso na agricultura, mas significaria, antes que mais nada, o resultado dos caminhos políticos trilhados há muitas décadas no país.

Palavras-chave: Paraguai. Campesinato. Movimentos campestres. Agricultura familiar campestre. Questão agrária.

RESUMEN

El campesinado paraguayo ha sufrido una larga historia de violencia, abandono y empobrecimiento por acciones del Estado y de los grupos dominantes que componen la sociedad del país. La situación enfrentada por estas poblaciones se ha agravado aún más con la expansión de la agricultura empresarial sobre territorios campesinos y con los intentos de reprimir y criminalizar la lucha por la tierra en el país. Este es un proceso que está pauperizando y expulsando al sector que constituye la mayoría de la población rural paraguaya y que representa una parte fundamental de la cultura y de la identidad del país, poniendo en duda la existencia misma del campesinado en el futuro cercano. Ante esta situación, varios movimientos campesinos se han organizado en Paraguay desde la década de 1980, reclamando el derecho a la tierra y defendiendo la importancia de la permanencia y del fortalecimiento de poblaciones campesinas. Así, el presente estudio buscó evaluar las perspectivas existentes para el campesinado paraguayo frente a la estructura política del país. Se discutieron las condiciones de supervivencia y consolidación de las poblaciones campesinas en el Paraguay actual, destacando el estado crítico del campesinado y el riesgo real de su desaparición ante el contexto político del país. Sin embargo, también se señaló el papel del campesinado como el sector popular históricamente más organizado de la sociedad paraguaya y el más dotado de capacidad de resistencia. Se destacó, por fin, que una posible desaparición del campesinado no sería una consecuencia inevitable del progreso de la agricultura, pero significa, antes que nada, el resultado de los caminos políticos seguidos hace muchas décadas en el país.

Palabras clave: Paraguay. Campesinado. Movimientos campesinos. Agricultura familiar campesina. Cuestión agraria.

ABSTRACT

The Paraguayan peasantry has been suffering from a long history of violence, neglect, and impoverishment through actions taken by the state and dominant groups that make up the country's society. The situation faced by these populations has aggravated further with the expansion of the farming business over peasant territories and with the attempts to repress and criminalize the fight for the land in the country. This is a process that has been pauperizing and expelling the sector that makes up most of the Paraguayan rural population and that represents a fundamental part of the culture and identity of the country, casting doubt on the very existence of the peasantry in the near future. To face this situation, several peasant movements have been organizing since the decade of 1980, claiming the right to the land and defending the importance of the permanence and strengthening of peasant populations. Thus, the present study sought to assess the existing perspectives for the Paraguayan peasantry, given the political structuring of the country. The conditions for survival and consolidation of peasant populations were discussed, emphasizing the critical state in which the peasantry is currently at, as well as the real risk of its disappearance due to the political context of the country. Nevertheless, the role of the peasantry as the most organized popular sector of the Paraguayan society and with the highest capability of resistance was pointed out. Finally, it was highlighted that a possible disappearance of the peasantry would not be an inevitable result of agricultural progress, but it would mean, before anything else, the result of the political paths trailed for many decades in the country.

Key words: Paraguay. Peasantry. Peasant movements. Peasant family farming. Agrarian question.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Comparação da superfície ocupada pelo agronegócio (2002-2017).....74
- Figura 2** – Área de agricultura familiar campesina (hectares) 76
- Figura 3** – Terras malhabidas por adjudicações diretas do Estado paraguaio.....109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIP	<i>Asemblea de Inmigrantes Paraguayos en la Argentina</i>
ANR	<i>Asociación Nacional Republicana</i>
APC	<i>Alianza Patriótica para el Cambio</i>
ARP	<i>Asociación Rural del Paraguay</i>
ASAGRAPA	<i>Asociación de Agricultores del Alto Paraná</i>
BASE IS	<i>Base Investigaciones Sociales</i>
CAPECO	<i>Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas</i>
CLOC	<i>Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo</i>
CNI	<i>Coordinadora Nacional Intersectorial</i>
CONAMURI	<i>Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas</i>
CRBE	<i>Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior</i>
CVJ	<i>Comisión de Verdad y Justicia</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DGEEC	<i>Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos</i>
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FEPRINCO	<i>Federación de la Producción, la Industria y el Comercio</i>
FIDA	<i>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola</i>
FNC	<i>Federación Nacional Campesina</i>
GCF	<i>Green Climate Fund</i>
IBR	<i>Instituto de Bienestar Rural</i>
INDERT	<i>Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra</i>
IPDRS	<i>Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica</i>
IRAGRO	<i>Impuesto a la Renta Agropecuaria</i>
IVA	<i>Impuesto al Valor Agregado</i>
JPP	<i>Juventud Paraguay Pyahurã</i>
MAG	<i>Ministério de Agricultura y Ganadería</i>
MAP	<i>Movimiento Agrario Popular</i>
MST	<i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i>
ORCIP	<i>Observatório da Realidade Campesina e Indígena Paraguaia</i>
PLRA	<i>Partido Liberal Radical Auténtico</i>
PROEZA	<i>Pobreza, Reforestación, Energía y Cambio Climático</i>

UGP *Unión de Gremios de la Producción*
UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 SOBRE O CAMPESINATO.....	21
2.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO	21
2.1.1 Debates clássicos	21
2.1.2 Características da vida campesina.....	27
2.2 PROTAGONISMO POLÍTICO DO CAMPESINATO	36
2.3 CAMPESINATO PARAGUAIO.....	42
3 A ESTRUTURA POLÍTICA DA SOCIEDADE PARAGUAIA E A QUESTÃO DA TERRA.....	59
3.1 FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA PARAGUAIA.....	60
3.1.1. Pós-Guerra da Tríplice Aliança (1870-1954)	60
3.1.2. Ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).....	63
3.1.3. Paraguai contemporâneo (1989-presente).....	71
3.2 A ESTRUTURA DE PODER NO PARAGUAI	76
3.2.1 Bases do stronismo	77
3.2.2 Transição circular e stronismo sem Stroessner.....	80
3.2.3 Grupos de poder no Paraguai contemporâneo	88
4 CAMPESINATO NO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL DO PARAGUAI	94
4.1 CAMPESINATO E A ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PARAGUAIO ...	96
4.2 CAPACIDADE ORGANIZATIVA DOS MOVIMENTOS CAMPESINOS.....	101
4.3 CAMPESINATO E A RESTAURAÇÃO CONSERVADORA	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

Além de constituírem uma grande parcela da população do país, os camponeses e camponesas paraguaios possuem uma riqueza cultural, linguística e produtiva profundamente enraizada nos setores populares da sociedade. Do ponto de vista político-organizativo, o campesinato se mostra o setor mais atuante e mais bem consolidado, defendendo a importância do modo de vida e do modo de produção camponeses e de seus territórios. No entanto, o campesinato paraguaio vem sofrendo um longo histórico de violência, negligenciamento e empobrecimento, que expulsa as famílias do meio rural do país e que coloca em risco a sua própria existência em um futuro próximo.

O campesinato paraguaio vem sendo ameaçado com ainda mais intensidade desde a década de 1990, com o avanço agronegócio sobre territórios camponeses, impulsionada principalmente pela introdução do cultivo de soja transgênica por empresários brasileiros (PALAU, 2015). A expulsão camponesa agrava as condições sociais da população pelo aumento da migração para as cidades (PALAU et al, 2007) e limita o acesso à terra no país com a maior concentração fundiária da América Latina (GUEREÑA; ROJAS VILLAGRA, 2016).

Em meio a essa situação, o governo paraguaio parece não se preocupar com a deterioração do campesinato e não demonstra interesse nas demandas levantadas pelos movimentos camponeses. Em 2013, o então ministro da agricultura declarou que os pequenos agricultores familiares “*deben cambiar de chip*” e se dedicar à produção mecanizada de cultivos para a exportação (ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 124), deixando clara a pouca importância dada pelo governo ao campesinato.

Em meio à priorização de um modelo agrícola extrativista dominado por multinacionais estrangeiras e com forte presença territorial de empresários brasileiros, os camponeses paraguaios por vezes demonstram um sentimento de alienação do seu próprio país. Alicia Amarilla, da *Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas* (CONAMURI), comenta que “*En realidad, nos sentimos extranjeros en... en nuestra tierra, en nuestro país. Porque no tenéis donde ir. Y te tratan como extranjero, si sois campesino, indígena, ¿verdad?*” (Alicia Amarilla, CONAMURI, 27/03/19). Tal declaração – incorporada no título desse trabalho – expressa bem os efeitos de um longo processo de desvalorização e preterimento das

populações camponesas paraguaias.

Longe de uma especificidade do Paraguai, o camponato também é tratado com pouca relevância em diversos países da América Latina e em boa parte do mundo. O caso paraguaio abre espaço para uma discussão sobre como são concebidos e que importância é dada aos campones nas sociedades que eles integram. Tal debate se relaciona diretamente com as expectativas de permanência ou desaparecimento dessas populações no futuro.

Como observa Shanin (2005), os esforços para se definir o camponato estiveram sempre permeados por essas expectativas. As discussões sobre o conceito de campones invariavelmente dialogam com posições políticas que extrapolam as populações que estão sendo tratadas. Para o autor, a construção teórica do conceito de camponato está intimamente ligada à maneira em que a sociedade global contemporânea é concebida (SHANIN, 2005). A forma como se define o campones varia dependendo do papel que lhe é atribuído no presente e as expectativas que se tem dele no futuro (como seu desaparecimento ou permanência no mundo). A definição do conceito, portanto, “reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico” (SHANIN, 2005, p. 1) e faz com que o debate sobre o camponato se confunda com o debate sobre o *destino* do camponato.

Assim como no restante do mundo, as discussões sobre o camponato na América Latina são historicamente marcadas pela percepção de que os campones constituiriam polos de atraso nos países da região. Rodolfo Stavenhagen (2014) aponta o equívoco de conceber as sociedades latino-americanas como se elas fossem divididas em duas partes – uma arcaica, tradicional, agrária e feudal e outra moderna, progressista, urbana e capitalista. Segundo o autor, dividir as sociedades latino-americanas em duas é uma das sete teses equivocadas sobre a América Latina, pois, ao fazê-lo, perde-se o entendimento que esses dois polos foram constituídos em um mesmo processo histórico e que, portanto, devem ser compreendidos como uma única realidade (STAVENHAGEN, 2014).

Essa má concepção das sociedades latino-americanas como duas levam a um outro equívoco apontado por Stavenhagen: o de que “A existência de zonas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista” (STAVENHAGEN, 2015, p. 163). Os campones, a partir dessa visão errônea, constituiriam o polo de atraso da América Latina, a expressão máxima de seu atraso

e um entrave para seu desenvolvimento.

Por se limitarem a não mais que um elemento feudal na América Latina a ser erradicado, os camponeses não teriam outro destino a não ser incorporar-se na economia monetária e desaparecer enquanto grupo social. Essa visão equivocada ignora que a situação dessas zonas rurais camponesas foi produzida por processos históricos que também englobam o restante de suas sociedades. Além disso, também descarta a possibilidade de participação efetiva do camponesinato na construção de suas sociedades por entendê-lo como um mero resquício do passado, que invariavelmente acabará desaparecendo.

A total desimportância à riqueza de experiências que compõe o mundo camponesino pode ser explicada a partir do que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002) chama de *desperdício da experiência*. Para o autor, a racionalidade ocidental dominante cria uma visão estreita e limitada do mundo, que despreza boa parte da experiência social existente. O camponesino, nesse sentido, não é concebido como parte do mundo contemporâneo, mas sim como um componente residual do passado.

O presente trabalho busca somar-se aos esforços que se opõem ao *desperdício da experiência* do camponesinato a partir de uma análise do contexto paraguaio. Ao invés de assumir que o camponesinato caminha para o seu inevitável desaparecimento, procura-se conceber o futuro das populações camponesas como um campo de disputa, aberto a possibilidades. Nesse sentido, não se presume que os camponeses seguirão existindo no futuro independentemente das condições em que se encontrem, mas se rejeita a ideia de que a permanência ou desaparecimento do camponesinato se resume a uma fatalidade econômica.

Para que seja possível avaliar as perspectivas para o camponesinato no Paraguai, busca-se relacionar a situação política do setor camponesino e a capacidade organizativa de seus movimentos com a estrutura política do país. Assim, propõe-se responder a seguinte pergunta de pesquisa com o presente trabalho: *pode sobreviver e se consolidar o camponesinato paraguaio na estruturação política atual do país?*

A partir da construção de uma resposta, busca-se atingir o objetivo geral de *avaliar as perspectivas de permanência ou desaparecimento existentes para o camponesinato paraguaio dada a estrutura política do país*. A pesquisa também tem os objetivos específicos de: 1) *Analisar a relação entre a formação da estrutura política da sociedade paraguaia e as problemáticas enfrentadas pelas populações*

campesinas; 2) Avaliar as capacidades organizativas do campesinato paraguaio, levando em consideração fatores estruturais e conjunturais das organizações campesinas no contexto político recente e 3) Examinar o processo de avanço da agricultura empresarial sobre territórios campesinos e seus efeitos sobre o campesinato.

Em termos de estrutura, o trabalho conta com três capítulos de desenvolvimento. O primeiro realiza uma discussão sobre o campesinato, explorando as diversas dimensões do debate sobre o conceito e relacionando-as com o contexto específico do Paraguai. O capítulo teve como objetivo explorar uma compreensão do campesinato que reconheça a importância social e a contemporaneidade deste no mundo, bem como o potencial (largamente subaproveitado) de suas experiências para transformar suas sociedades. Assim, as discussões colocadas nessa parte do trabalho serviram tanto como marco conceitual e teórico para o trabalho (ao buscar apontar aspectos importantes do campesinato em um contexto geral e no contexto específico do Paraguai) quanto uma justificativa para o presente estudo, uma vez que defende a relevância dos campesinos e campesinas.

O segundo capítulo do trabalho se dedica a uma análise estrutural da sociedade paraguaia, atentando-se para os aspectos relevantes da política do país que influem nas perspectivas de futuro do campesinato. Explora-se tanto a estrutura política do Paraguai – voltando-se para a análise da formação de sua estrutura agrária (desde o contexto pós-Guerra da Tríplice Aliança até os dias atuais) – quanto os grupos de poder e as formas de dominação que compõe a política paraguaia. Desse modo, esse capítulo objetiva explorar a estrutura societária em que o campesinato do país se encontra inserido e compreender como ela foi historicamente erguida.

Por fim, o terceiro capítulo avalia como o campesinato paraguaio se insere no contexto atual do país, relacionando suas características e seu histórico de organização com a estrutura política do Paraguai. Analisa-se, mais especificamente, o campesinato frente ao processo de estrangeirização do território paraguaio, a capacidade organizativa dos movimentos campesinos e os efeitos políticos e sociais da “restauração conservadora” sobre as famílias campesina do país. Ao se dedicar a esse período mais recente, busca-se debater as perspectivas para o campesinato paraguaio na conjuntura atual do país.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho contou com a realização de um trabalho de campo desenvolvido em território paraguaio, que se

somou à pesquisa bibliográfica e documental. No total, foram realizadas quatorze entrevistas, na sua maioria com dirigentes de movimentos camponeses de diferentes organizações. Foram entrevistados representantes da *Federación Nacional Campesina* (FNC), da *Asemblea de Inmigrantes Paraguayos en la Argentina* (AIP), da *Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas* (CONAMURI), da *Juventud Paraguai Pyahurã* (JPP), da *Coordinadora Nacional Intersectorial* (CNI) e do *Movimiento Agrario Popular* (MAP), totalizando seis organizações.

Uma primeira parte das entrevistas a movimentos camponeses foi realizada em março de 2019 na cidade de Assunção e teve como objetivos acompanhar duas mobilizações camponesas ocorrendo nesse período na capital e realizar entrevistas com alguns dos dirigentes de movimentos camponeses presentes. Uma das mobilizações foi a XXVI Marcha Campesina, realizada entre os dias 20 e 21 de março em Assunção e coordenada pela *Federación Nacional Campesina* (FNC). A outra foi uma mobilização camponesa e indígena convocada pela *Coordinadora Nacional Intersectorial* (CNI) que ocorreu entre os dias 26 e 29 de março.

Uma segunda parte foi realizada em novembro de 2019 nas comunidades camponesas de Las Piedras (distrito de Itá) e Itaguá Guazú e Costa Dulce (distrito de Itaguá), todas no departamento Central. Essas entrevistas foram realizadas durante uma visita a convite do secretário departamental da FNC César Riveros, que eu havia entrevistado durante a XXVI Marcha Campesina. Nessa segunda parte, realizei entrevistas com quatro agricultores camponeses membros da FNC, o que fez com que a organização ganhasse um peso maior na pesquisa em comparação com outros movimentos. No total, dos onze representantes de organizações entrevistados seis eram filiados à FNC.

Também foram realizadas algumas entrevistas com pesquisadores dedicados ao estudo de movimentos camponeses e da questão agrária paraguaia. Para esse fim, foram entrevistados o diretor executivo da Base Investigaciones Sociales (Base IS)¹ Abel Irala e o jornalista e escritor Julio Benegas, autor do livro *La Masacre de Curuguay*. A entrevista com Abel Irala foi realizada na sede da Base IS em Assunção no mês de março, entre a Marcha Campesina e as mobilizações da CNI. Já a entrevista com Julio Benegas foi conduzida na cidade de Foz do Iguaçu, após o

¹ A *Base Investigaciones Sociales* (Base IS) é uma associação civil paraguaia com um amplo histórico de pesquisas sobre conflitos agrários, agricultura camponesa, agronegócio e movimentos sociais no Paraguai.

autor realizar uma palestra na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sendo esta a única entrevista realizada fora do Paraguai.

Também vale mencionar as atividades desenvolvidas pelo *Observatório da Realidade Campesina e Indígena do Paraguai* (ORCIP) da UNILA que participei e que acabaram me aproximando da realidade campesina paraguaia. Como membro do ORCIP, pude acompanhar as eleições gerais paraguaias de 2018 (em um colégio eleitoral de Ciudad del Este e outro de Presidente Franco), participar de reuniões com representantes de movimentos sociais e outras organizações da tríplice fronteira e acompanhar algumas visitas à comunidade de *Los Comuneros*, localizada no distrito de Minga Guazú, departamento de Alto Paraná. Entre estas atividades, as visitas a *Los Comuneros* junto ao observatório foram especialmente importantes para a minha experiência enquanto pesquisador, pois possibilitaram uma convivência maior em uma comunidade campesina, podendo observar com mais profundidade um assentamento campesino, o trabalho das famílias na terra e nos lares, os espaços de convivência e as dificuldades enfrentadas pela insuficiência de terra e pela proximidade às áreas de produções de soja transgênica que cercam a comunidade.

É importante ressaltar que todas as atividades de campo que compuseram esse trabalho não constituem, e nem tinham a pretensão de constituir, uma etnografia. Desde o projeto inicial do estudo, havia a intenção de realizar entrevistas semiestruturadas a dirigentes de movimentos campesinos paraguaios para ouvir suas próprias formulações sobre a luta do campesinato pela terra e sobre suas reivindicações. Acredito que essa intenção inicial tenha sido cumprida. No entanto, as observações feitas ao longo do trabalho de campo – nas mobilizações campesinas que acompanhei, nas comunidades visitadas e, de forma mais ampla, em todas as experiências que pude ter em território paraguaio – foram de grande valia para a pesquisa e chegaram, em alguns pontos, a ganhar um contorno etnográfico muito maior do que eu havia antecipado.

O que inicialmente pretendia alcançar com o trabalho de campo era a produção de entrevistas que auxiliassem na produção de um estudo que acompanhasse as prioridades e demandas dos movimentos populares diretamente relacionados ao tema tratado. Para tanto, buscava ouvir os dirigentes dos movimentos campesinos como “intelectuais cosmopolitas”, “fortemente enraizados nas práticas e saberes que representam”, como descritos pelo sociólogo Boaventura de Sousa

Santos (2002, p. 271). Entretanto, após a primeira etapa do trabalho de campo em Assunção ficou claro que as entrevistas feitas estavam se limitando demasiadamente a verificar se o estudo que eu pretendia desenvolver encontrava ressonância nos movimentos campestinos, não conseguindo atingir uma maior profundidade.

Foi apenas ao longo do desenvolvimento das atividades de campo seguintes que eu acredito ter conseguido usar as entrevistas como uma ferramenta mais eficiente para compreender melhor a complexidade da questão agrária paraguaia e como ela afeta a vida das populações campestinas do país. Para tanto, percorrer comunidades campestinas, conhecer as famílias de lá e realizar novas entrevistas foram passos essenciais, assim como já me havia antecipado César Riveros, da FNC, em nossa primeira entrevista durante a XXVI Marcha Campesina:

Yo creo que... si alguna vez tenéis oportunidad, podemos ir a recorrer la chacra, hablar con los propios protagonistas, ver la forma como trabajan nuestro compañero. Ver, diferenciar un poco el tema [...] de la empresa y de los productores, de los pequeños productores, y ahí vas a entender más cosa... y para que podamos... para que podamos seguir denunciando esta clase de autoridades que tenemos en Latinoamérica. No solo en Paraguay, pero en Latinoamérica (César Riveros, FNC, 20/03/2019).

Além de permitir uma observação mais próxima do mundo campestino (sua forma de produzir, de socializar, de usar o idioma guarani), as visitas às comunidades também deram mais profundidade e concretude para as entrevistas. Foi possível entrevistar dirigentes e membros de movimentos campestinos não apenas na qualidade de “porta-vozes” ou de militantes de uma organização, mas também como agricultores familiares campestinos que vivem naquelas comunidades e que possuem um histórico de luta pela terra. Isso permitiu me aproximar (ainda que de forma muito incipiente) da riqueza do mundo campestino paraguaio e poder enxergar a questão agrária do país para além da dicotomia *“agricultura empresarial x agricultura campesina”*.

Durante a realização do trabalho de campo, também foi possível apontar diferentes fatores que integraram a relação pesquisador-interlocutor. Muitas delas vêm das posições identitárias diferentes em que as partes da entrevista se situavam e que se encontravam profundamente entrelaçadas com os temas ali abordados. É inegável que a minha posição enquanto brasileiro – e, mais que isso, um brasileiro da região sul do país, de onde vieram a maior parte dos brasileiros hoje com grandes propriedades de terra no Paraguai – tenha inevitavelmente permeado as relações estabelecidas entre mim e os interlocutores. Especialmente porque esse

últimos, como camponeses paraguaios, eram parte justamente dos mais diretamente afetados pela presença brasileira em seu país.

A influência dessas posições nas entrevistas, no entanto, nem sempre foi diretamente perceptível. Nas entrevistas com dirigentes, a posição dos interlocutores como representantes de um movimento – ou seja, como responsáveis por transmitir as posições formuladas em conjunto em suas respectivas organizações – possivelmente tenha contribuído para que essa particularidade da relação pesquisador-interlocutor não ficasse tão explícita nas respostas. No geral, os entrevistados não aparentaram inibição ou qualquer mudança significativa de comportamento ao tratar diretamente do tema dos brasileiros no Paraguai.

Uma exceção, foi a entrevista com Benícia Chavez, da *Juventud Paraguay Pyahura* (JPP), que pode ser usada aqui como exemplo de manifestação das diferenças de posição entre pesquisador e interlocutor durante a entrevista e como ela não é necessariamente prejudicial. Ao ser perguntada diretamente sobre o papel dos brasileiros nos casos de violência contra camponeses paraguaios, a entrevistada se mostrou especialmente preocupada em esclarecer que a nacionalidade dos estrangeiros proprietários de terras não é, em si, o problema. Iniciou sua resposta afirmando “*Nosotros, en nuestra organización, no somos racistas*”, e seguiu enfatizando que nem todos os brasiguaios são latifundistas.

Minha posição como brasileiro não só não pareceu ter uma influência tão diretamente visível nas respostas dos entrevistados como também não aparentou despertar receio ou desconfiança a respeito dos propósitos da minha pesquisa nos camponeses com quem conversei ao longo do trabalho de campo. No geral, as pessoas pareceram rapidamente compreender o trabalho desenvolvido e mostraram-se convidativos em me receber em suas casas e nas rodas de tererê, estando abertas para me oferecer alimentação e hospedagem e para conversar.

Um aspecto mais frequentemente notado durante todas as entrevistas foi a barreira linguística entre o pesquisador e os interlocutores. Realizadas em espanhol, as entrevistas foram conduzidas em uma língua que não eram maternas para nenhuma das partes das entrevistas. Especialmente difundida entre a população do campo e símbolo de resistência das comunidades camponesas, o guarani seria a língua mais usual para os entrevistados. Como colocado por um dos entrevistados, “*es un poco difícil expresar bien en castellano el valor real, el contenido real de la cosa a veces. Expresamos diferente en castellano. Pero tiene más riqueza cuando se*

habla en guaraní” (Mario Ayala, AIP, 20/03/2019).

Dois entrevistados tiveram que fazer pequenas pausas durante as entrevistas para comentar que estavam fazendo o trabalho de traduzir o que pensavam em guarani para o castelhano. Marcial Gómez, secretário geral adjunto da FNC, comentou depois de um breve momento de silêncio no meio da entrevista: “No sé como la... Para traducir guaraní en español me cuesta también [risada], ¿verdad?” (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019). A coordenadora geral da CONAMURI, Alicia Amarilla, também fez um comentário similar: “¿Como te voy a decir? Espérame, estoy pensando en guaraní [riso]” (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

Essa barreira linguística (que inevitavelmente explicitava minha posição como brasileiro) sempre foi um fator presente na relação pesquisador-entrevistado ao longo de todo o trabalho de campo. No entanto, ainda que o uso do castelhano tenha sido um fator influenciador nas entrevistas – obstruindo uma plena expressão tanto da parte dos entrevistados quanto da minha –, nenhum dos entrevistados se mostrou indisponível ou relutante em fazer a entrevista em espanhol. No fim, acredito que as entrevistas contribuíram para complexar os temas tratados na dissertação e aproximar o estudo da realidade campesina paraguaia, mesmo pesando alguns fatores limitantes.

2 SOBRE O CAMPESINATO

O presente capítulo tem como objetivo principal relacionar os debates sobre o campesinato e sua importância política com as características do mundo campesino paraguaio. Primeiro, apresenta-se um debate conceitual sobre o campesinato, discutindo tanto as perspectivas mais clássicas sobre o estudo do conceito quanto outras mais contemporâneas, que buscam apontar características gerais sobre o modo de vida campesino. Após, discute-se o protagonismo político do campesinato, colocando-o como sujeitos políticos coletivos, capazes de oferecer alternativas transformativas para as sociedades que eles integram. Por fim, analisa-se o campesinato paraguaio, relacionando características específicas do contexto do país com as discussões apresentadas anteriormente.

2.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO

Os debates sobre o conceito de campesinato buscam definir um vasto e heterogêneo grupo, presente em todas as regiões do mundo. A discussão sobre a conceitualização do campesinato proposta aqui buscará explorar as diversas dimensões do conceito. Serão apontadas características dos campesinos, porém sem ter como objetivo chegar a uma definição inflexível que não comporte a diversidade dessas populações. O ponto de partida do subcapítulo a seguir será os debates clássicos sobre o campesinato, dividido em suas vertentes “descampesinistas” e “campesinistas”. Depois, são apresentados outros debates sobre o conceito, voltando-se para a concepção dos campesinos também como um modo de vida.

2.1.1 Debates clássicos

No campo teórico, comumente aponta-se para a Europa (e, em especial, a Rússia) de meados do século XIX como a origem dos debates sobre o conceito de campesinato. Para Shanin (2005), entre a metade do século XIX e a metade do século XX, produziu-se a maior parte dos instrumentos conceituais e ideológicos empregados atualmente para a compreender o campesinato. Esse debate foi profundamente influenciado pelas aceleradas transformações sociais e

econômicas que marcavam o contexto europeu da época. Havia uma expansão da industrialização capitalista de seu centro inglês para a Europa Central e Oriental, além da ascensão de movimentos nacionalistas, populistas e socialistas (SHANIN, 2005).

Nesse contexto, o debate sobre o conceito do campesinato seguiu duas vertentes. A primeira foi influenciada por Vladimir Lênin e Karl Kautsky, tendo grande influência na consolidação de uma tradição marxista de conceber o campesinato em razão das possíveis consequências do desenvolvimento das relações capitalistas para o campo. Já a segunda teve como grande referência os estudos de Alexander Chayanov e da chamada Escola de Organização e Produção russa, que apresentavam um relato minucioso e detalhado das características da organização da produção camponesa.

Ambos os autores da primeira vertente apontavam para o desaparecimento do campesinato, o que fez com que sua tradição de estudos seja por vezes referida como “descampesinista” (ROJAS VILLAGRA, 2016). Por seu grande impacto político (estando vinculada com os debates sobre a produção agrícola na União Soviética e ter sido difundida na Terceira Internacional), essa vertente teve grande influência no pensamento marxista, especialmente no marxismo ortodoxo. Já Chayanov – associado ao populismo russo – valorizava aspectos da produção e modo de vida dos camponeses (MARQUEZ, 2008) e apontava para a possibilidade de permanência destes sob certas condições. Por isso, a tradição influenciada por Chayanov é por vezes referida como “campesinista” (ROJAS VILLAGRA, 2016).

O contexto europeu do fim do século XIX e início do século XX favoreceu as previsões de desaparecimento do campesinato de Lênin e Kautsky em detrimento das considerações de Chayanov. À época, a rápida expansão do capitalismo contribuiu para que ele fosse entendido como “agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir” (SHANIN, 2005, p. 8). Assim, não só a parte majoritária dos marxistas ortodoxos, mas também a maioria dos economistas e do público ilustrado viam como inevitável o desaparecimento do campesinato. “Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria” (SHANIN, 2005, p. 7).

A permanência ou dissolução dos camponeses, nesse sentido, se desenvolveu de forma indissociável das maneiras de se tentar compreender (e prever) os efeitos do capitalismo no tecido social, terminando por solidificar o entendimento

de que os camponeses estavam prestes a desaparecer. Nesses debates, o campesinato aparecia sempre vinculado com a problemática de como se daria o desenvolvimento capitalista e quais seriam seus efeitos. Portanto, a compreensão do campesinato se encontrava relacionada com concepções mais amplas das transformações sociais que estavam ocorrendo ao longo dessas discussões.

Os debates marxistas da vertente “descampesinista” discutiam como as transformações capitalistas afetariam o campo a partir de duas linhas explicativas: uma primeira, encabeçada por Lênin, voltava-se para o processo de diferenciação social que se verificaria entre os camponeses, enquanto uma segunda, iniciada por Kautsky, analisava como o modo de produção camponesa seria impactado com o advento de uma forma de produção distinta (SHANIN, 2005).

Para Lênin (1982), o desaparecimento do campesinato se daria pela diferenciação social, ou seja, pelo processo de divisão em classes provocado pelo desenvolvimento do capitalismo. No caso do campesinato, supunha-se que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura diferenciaria as populações camponesas: uma parte minoritária se tornaria empresários capitalistas e a outra se converteria em trabalhadores assalariados (nas zonas rurais ou nas urbanas).

Desse modo, o campo seguiria um processo semelhante ao da proletarianização que ocorria nas cidades. Como observa Eliane Paulino (2008), Lênin entendia que “a evolução das técnicas de produção, via emprego de máquinas e insumos artificiais, levariam a um processo combinado de aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e de proletarianização do restante” (PAULINO, 2008, p. 218). Seria a incorporação das inovações capitalistas entre o campesinato que causaria o processo de diferenciação e, em última instância, provocaria o seu desaparecimento.

Dirigindo-se explicitamente aos populistas russos, Lênin (1982) afirma que as relações econômicas existentes entre o campesinato apresentam todas as contradições do capitalismo e que

[...] essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês (LÊNIN, 1982, p. 114).

Já para Kautsky o desaparecimento do campesinato se daria de outra forma. Em *La cuestión agraria*, o autor defende que o modo de produção camponês (visto como arcaico) seria substituído pela superioridade da capacidade de produção

da agricultura mecanizada capitalista praticada em grandes propriedades. O autor defendia que a exploração racional na agricultura somente era possível em grandes unidades de terra, onde as instalações, os equipamentos e a força de trabalho (organizada em uma divisão social do trabalho) apresentavam produtividade e rendimento máximos (KAUTSKY, 2015).

Assim, para Kautsky (2015), a exploração capitalista do campo tornaria inviável a produção camponesa – baseada no trabalho familiar e na exploração em pequenas propriedades. Descrevendo os camponeses como incapazes de se adaptar às transformações que ocorriam em seu redor, o autor previu que estes passariam por um processo de proletarização. Frequentemente referindo-se ao camponato de forma pejorativa (PAULINO, 1997), Kautsky via essa proletarização como benéfica para emergir no campo um movimento operário com um “nível moral mais elevado”, combatendo a “barbárie camponesa” (KAUTSKY, 2015, p. 124). O autor descreve o camponês e a produção em pequenas propriedades da seguinte maneira:

En nuestra opinión, la alimentación infrahumana del campesino no es una ventaja de la pequeña explotación, como no lo es el trabajo sobrehumano que ésta exige. Ambos demuestran más bien el *anacronismo económico de la pequeña explotación*; ambos constituyen un *obstáculo para el progreso económico*. Gracias a ellos, *la pequeña propiedad territorial “forma una casta de bárbaros casi fuera de la sociedad*, que a toda la rudeza de las formas sociales primitivas une la miseria e infortunios de los países civilizados”² (KAUTSKY, 2015, p. 122, grifos nossos).

Como demonstra Paulino (1997), o argumento de Kautsky em A Questão Agrária é o de que “a penetração desse modo de produção [capitalista] na agricultura provocava a concentração da riqueza, num processo semelhante ao da indústria. Desta forma, as grandes propriedades absorveriam as pequenas, causando a proletarização da camada mais pobre do camponato [...] (PAULINO, 1997, p. 5-6).

Seja pelo argumento da diferenciação social do camponato em Lênin (1982), seja pelo argumento da inviabilidade da agricultura camponesa frente ao capitalismo em Kautsky (2015), a conclusão de ambos é de o camponato estaria em via de desaparecer, e que esse desaparecimento seria inevitável. Mais especificamente, eles reforçaram o ponto de vista – muito difundido entre o público europeu ilustrado da época – de que “Capitalismo significa ‘descamponesação” (SHANIN, 2005, p. 7).

As posições defendidas por Lênin (1982) e Kautsky (2015) contrastam

² Aqui Kautsky cita o volume III de O Capital, de Karl Marx.

com as de Alexander Chayanov. Em *La organización de la unidad campesina*, o autor se volta para a compreensão da lógica de funcionamento e organização interna da produção das unidades campesinas russas. Chayanov (1974) dá especial atenção para as especificidades conferidas às populações campesinas por estruturarem-se em torno do núcleo familiar.

Para Chayanov (1974), a principal característica do campesinato é que este tem como objetivo central a satisfação das necessidades das famílias, e não a acumulação de capital. Isso garantia características particulares à produção dos campesinos e ao modo como estes se relacionavam com os mercados que lhe dariam maior capacidade de adaptação a mudanças. Tais especificidades não eram consideradas pela maioria dos teóricos que analisavam as transformações capitalistas no campo à época – como os da vertente “descampesinista”, que rapidamente anunciavam o fim do campesinato. Diferindo-se desses, Chayanov ressaltava a importância de estudar cuidadosamente a produção campesina, centrada no trabalho familiar, que ainda era a forma de produção dominante no mundo e que havia se mantido perante outros modos de produção.

Para o autor, as unidades campesinas não buscavam simplesmente produzir mercadorias para sua venda, mas sim para garantir a sobrevivência familiar e aumentar o seu bem-estar. Em sua visão, as famílias campesinas buscariam um equilíbrio interno entre trabalho e consumo, ou seja, organizariam a sua rotina de trabalho tendo em vista o esforço necessário para desempenhar determinada atividade produtiva e o produto a ser obtido com esse trabalho. Parte dessa produção poderia então ser comercializada para satisfazer necessidades familiares, enquanto o restante é consumido internamente.

Uma característica importante assinalada por Chayanov (1974) é que – diferentemente do que ocorre na exploração agrícola capitalista – o fator trabalho nas unidades campesinas é inelástico, ou, em outras palavras, não é possível contratar ou demitir trabalhadores, uma vez que estes são membros da família. As unidades campesinas, portanto, organizam o volume de suas atividades produtivas a partir da força de trabalho disponível (membros da família aptos a trabalhar) e do número de consumidores que integram a família, além de dependerem da quantidade de terra disponível. Já a exploração capitalista se organiza os demais fatores de produção a partir da terra a ser explorada, podendo, por exemplo, contratar ou demitir trabalhadores.

Um aspecto fundamental para o equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades camponesas, aponta Chayanov (1974), é o tamanho da família e sua composição etária. Uma família composta por um casal adulto e várias crianças pequenas, por exemplo, confere uma sobrecarga de trabalho muito maior sobre os membros aptos a trabalhar na propriedade do que em comparação a uma família composta majoritariamente por adultos. Nesse último caso, inclusive, pode ocorrer uma abundância de mão de obra disponível em relação à quantidade de terra. Como o fator trabalho é inelástico, a família pode ingressar no plantio de cultivos que demandem muita mão de obra e baixo valor no mercado (e que, justamente por isso, acabam sendo desinteressantes para a exploração capitalista) ou alguns de seus membros podem começar a desempenhar atividades não agrícolas.

Essas atividades não agrícolas podem ser tanto trabalhos artesanais e comerciais realizados dentro da propriedade quanto atividades assalariadas, desempenhadas fora da unidade de produção familiar. Chayanov atentava para o fato de o trabalho assalariado ser recorrente entre os camponeses, embora isso não significasse que estes estavam em um processo de proletarianização que levaria ao seu desaparecimento. Além de ser usado para aproveitar uma eventual força de trabalho excedente na unidade familiar, os camponeses podem recorrer para o trabalho assalariado fora da finca para garantir as condições mínimas de sobrevivência do restante da família e, assim, garantir a permanência da unidade produtiva.

Ao defender que o trabalho assalariado era um recurso usado pelas famílias camponesas que impedia (ou pelo menos retardava) a dissolução de suas unidades produtivas, Chayanov se posicionava de maneira bastante distinta das visões “descamponesistas” de Lênin e de Kautsky. Como coloca Paulino (1997),

Esta inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky, era sinônimo de proletarianização, era tida como um recurso para a manutenção da condição camponesa, e quiçá, a possibilidade de ganhos materiais. Até mesmo o fato de acumular capital não era interpretado por Chayanov como uma postura pequeno burguesa, pois para ele, a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas estava na lógica interna de exploração e organização. A unidade camponesa, deste modo, trabalhava com a hipótese da melhor remuneração possível, mas não era movida pela possibilidade de auferir lucros, a partir da exploração do trabalho (PAULINO, 1997, p. 18).

Ao estudar como as unidades de produção camponesa se estruturam internamente, Chayanov (1974) identificou uma lógica de funcionamento própria, voltada para o núcleo familiar. Essa lógica é o que faria os camponeses serem capazes

de se adaptar às transformações capitalistas ao seu redor sem necessariamente desaparecerem. Portanto, na perspectiva do autor, seria possível a existência do campesinato no capitalismo, assim como estes haviam existido anteriormente em outros modos de produção.

Isso não significava que para Chayanov os camponeses não estariam alheios às transformações sociais, e tampouco que estes não poderiam eventualmente desaparecer. Como afirma Paulino, “[...] Chayanov não ignorava o avanço das relações capitalistas, apenas tinha uma leitura diferenciada do processo” (PAULINO, 1997, p. 21). A contribuição do autor foi, nesse sentido, abrir a possibilidade para a permanência dos camponeses no futuro e ressaltar aspectos positivos das famílias camponesas em sua capacidade de organização e adaptação.

As considerações sobre Chayanov, no entanto, encontraram pouca aderência nos círculos políticos e acadêmicos de sua época. Os discursos nacionalistas de modernização e industrialização do começo do século XX na Europa “situou os camponeses no lugar onde estavam a bruxaria e o rústico, isto é, fora do alcance das preocupações intelectuais e políticas progressivas” (SHANIN, 2005, p. 16). Sendo vistos como um resíduo do passado que logo viria a desaparecer, os camponeses foram invisibilizados nas perspectivas de futuro traçadas à época. Como coloca Shanin, na década de 20

Uma taxonomia básica de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral de “tradicionais” e outros exóticos. Durante a década de 1930/40 e, posteriormente, na euforia das teorias da modernização “pós-colonial” da década de 1950/60, os camponeses continuaram a não existir, conceitualmente falando (SHANIN, 2005, p. 16).

2.1.2 Características da vida camponesa

As discussões teóricas acerca da conceitualização do campesinato desenvolvidas até aqui apresentam duas clivagens bastante evidentes. Uma é a dos populistas russos, tributária dos estudos de Chayanov sobre as unidades de produção camponesa. A outra é originária das discussões descampesinistas do final do século XIX, que têm Lênin e Kautsky como maiores referentes. Para além das diferenças nas conclusões construídas em relação ao futuro dos camponeses, as duas vertentes também apresentam diferenças em relação a como estudar o campesinato. Enquanto os campesinistas buscam tradicionalmente explicar como as unidades de produção

campesina se estruturam – ou seja, buscam explicar o seu funcionamento interno ou “da porteira pra dentro”, como coloca Fabrini (2008, p. 261) –, os descampesinistas buscam explicar as mudanças sistêmicas desencadeadas pelo desenvolvimento das forças capitalistas e seus impactos no campesinato – ou seja, se atentam mais para o que ocorre “da porteira pra fora”.

Em meio a esse debate teórico sobre o conceito de campesinato, não foi possível criar uma abordagem capaz de sintetizar as visões “da porteira pra dentro” e “da porteira pra fora” de maneira coesa. Shanin (2005) – cujos estudos sobre o campesinato pendem para a tradição dos populistas russos – avalia que os estudos campesinistas sobre as características das unidades produtivas campesinas não conseguem situá-las satisfatoriamente no entorno social mais amplo na qual essas estão inseridas. Escapam-lhes, assim, compreender como determinados campesinos se encontram inseridos na história social de uma região ou como são afetados pelo comércio internacional e pela economia política global (SHANIN, 2005).

Já a visão dos descampesinistas sobre as transformações causadas pelo desenvolvimento do capitalismo acabou tendendo para a previsão equivocada do desaparecimento do campesinato. Por não ter um estudo tão rigoroso e sistemático das estruturas internas das unidades de produção campesina como a tradição dos populistas russos, essa abordagem acabou subestimando a capacidade de resistência do campesinato, que torna o processo da descampesinação muito mais lento e o desaparecimento do campesinato muito mais incerto do que inicialmente previsto nas análises de Lênin (1982) e Kautsky (2015).

Ambas abordagens apresentam, portanto, insuficiências explicativas. Tendo em vista o objetivo deste estudo – de analisar as perspectivas para o campesinato no Paraguai na estrutura política atual do país –, se faz necessária uma análise do ambiente externo às comunidades campesinas paraguaias e de como este foi formado. Ou seja, necessita-se também uma análise “da porteira pra fora” como se propõe a tradição leninista-kautskiana. Mais especificamente, é preciso analisar a dimensão do impacto da expansão do agronegócio no Paraguai para as populações campesinas nas últimas décadas.

No entanto, como salientado pelas contribuições dos campesinistas, conhecer as características particulares do campesinato é essencial para compreender como estes se relacionam de forma dinâmica com o contexto societário mais amplo em que se encontram. Embora se encontrem em posições sociais

desprivilegiadas em suas sociedades – e, portanto, constantemente ameaçados pela pobreza, pela violência e pela deterioração de suas condições de vida – os camponeses estão longe de serem agentes passivos que apenas observam as transformações a seu redor.

Um bom ponto de partida para começar a compreender o campesinato contemporâneo de maneira mais profunda são as discussões iniciadas na década de 1960 por autores como Teodor Shanin, que revigoraram o debate teórico sobre campesinato nas décadas seguintes ao resgatar as contribuições até então largamente preteridas de Chayanov (MARQUEZ, 2008).

Mesmo alinhando-se à tradição campesinista de Chayanov, Shanin admite que a vertente de estudos de Lênin e Kautsky estava, em parte, correta ao preverem uma descampesinação das áreas rurais. De fato, a população camponesa no mundo apresentou uma queda em termos relativos e foi verificado um assalariamento das populações camponesas. No entanto, os descampesinistas estavam equivocados nas dimensões que tomariam esses fenômenos (SHANIN, 2008). Os camponeses se mostraram muito mais resilientes e adaptáveis do que antecipavam as previsões de seu desaparecimento. O desenvolvimento do capitalismo também se mostrou menos capaz de incorporar essas populações, como trabalhadores assalariados, do que previsto nas análises feitas no cenário europeu do final do século XIX.

No que diz respeito ao processo de proletarianização, verificou-se que, embora as transformações capitalistas no campo tenham pauperizado as condições de vida de boa parte da população camponesa, também não houve uma criação de empregos capaz de absorvê-las (ROJAS VILLAGRA, 2016). A proletarianização das populações camponesas prevista por Lênin e Kautsky presumia uma capacidade de produzir emprego para as populações, que deixariam suas propriedades rurais, o que não se confirmou.

Isso é particularmente visível na questão agrária latino-americana, com a luta dos sem-terra. Como mostra Rojas Villagra (2016), essa incapacidade do capitalismo em absorver o trabalho disponível no campo fez com que muitas das populações rurais deslocadas de suas propriedades demandassem acesso à terra para se reinstalar no campo, gerando um inusitado processo de *campesinização*.

A não transformação das populações camponesas em proletários, no entanto, também pode ser explicada pela capacidade adaptativa da organização

familiar dos camponeses, como explorado em maior profundidade por Shanin. Resgatando os trabalhos de Chayanov, o autor ressalta como o campesinato demonstra características particulares por organizar-se socialmente em torno do núcleo familiar, conferindo-lhe uma lógica distinta que não pode ser descrita como capitalista (nem como pertencente a qualquer outro modo de produção específico), mas que vincula-se com o contexto societário mais amplo em que está inserido.

Nessa perspectiva, os camponeses não só são afetados pelo seu entorno, mas também o modificam, resultando em formações sociais específicas. Como coloca Shanin (2005):

[...] os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (SHANIN, 2005, p. 14).

Essa adaptabilidade dos camponeses ao seu entorno social se dá, para Shanin, pela maior eficiência da organização socioeconômica familiar em relação à organização do mercado ou à organização estatal (SHANIN, 2008). Ao conseguir resolver problemas de forma mais eficaz e menos dispendiosa do que outros padrões de organização (mesmo que isso signifique aguentar condições de vida próximas aos limites mínimos de sua subsistência), os camponeses são capazes de manter sua funcionalidade e perdurar em diferentes contextos.

Quais seriam, então, as características particulares da formação camponesa que lhe garantem essa eficiência e adaptabilidade? Como seria possível descrever essas formas comuns de organização? Para Shanin (2005, p. 5), o cerne das características que fazem do campesinato uma entidade social específica parece repousar na dinâmica conferida pelo estabelecimento rural familiar enquanto unidade básica da organização econômica e social.

Isso implica em reconhecer a observação de Chayanov de que as unidades componentes da economia camponesa consideram a produção e o consumo familiar ao tomar suas decisões. O principal objetivo das famílias camponesas é garantir a reprodução da vida e do trabalho na unidade, com alimentos, moradia e outros bens (ROJAS VILLAGRA, 2016). O produto do seu trabalho é direcionado para suas necessidades familiares, o que de fato lhe confere uma lógica distinta a de uma firma capitalista.

Para garantir sua reprodução, as famílias camponesas dependem, primeiramente, da força de trabalho oferecida pelos membros que as constituem. Podem também recorrer, no entanto, à força de trabalho externa ao seu núcleo familiar. Isso pode se dar tanto pela introdução de trabalho assalariado na unidade produtiva familiar quanto pelo emprego de formas não remuneradas de trabalho, próprias da vida em comunidade dos camponeses.

No primeiro caso, a família camponesa usa o trabalho assalariado em sua unidade produtiva como complementar ao trabalho familiar. Uma vez que o trabalho familiar é um aspecto fundamental do camponato, alguns autores, como Fernandes (2004), assinalam que é necessário que o número desses trabalhadores assalariados não ultrapasse o número de integrantes da família para que um tipo de agricultura possa ser considerado como familiar camponesa.

Já no segundo caso, a família recorre ao trabalho associativo e não remunerado, possibilitado por relações de vizinhança, por laços familiares ou pela vida em comunidade (ROJAS VILLAGRA, 2016). Essas formas de trabalho são baseadas na solidariedade e reciprocidade e são recorrentes nas culturas camponesas, podendo se manifestar “na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo [...]” (FERNANDES, 2004, p. 4) ou, mais especificamente no contexto paraguaio, na *minga* e no *jopói* como formas de trabalhar em conjunto e compartilhar recursos (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Os trabalhos associativos podem ocorrer nas propriedades familiares ou em terras de uso comum (como nos sistemas faxinais). Também não se limitam à produção agrícola, estando presentes, por exemplo, na construção de infraestrutura nas comunidades camponesas e na comercialização coletiva da produção (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Essas formas de trabalho associativo e de uso complementar de trabalho assalariado fazem com que os camponeses possam aproveitar ao máximo seus (em geral, escassos) recursos e adaptar-se a condições adversas. Mesmo em situações extremas, as famílias camponesas têm uma capacidade expressiva de garantir sua subsistência ao destinar sua produção para consumo próprio e ao recorrer a estratégias como o intercâmbio de alimentos produzidos na própria comunidade, sem usar dinheiro e sem recorrer aos mercados (ROJAS VILLAGRA, 2016).

Também para garantir condições mínimas de sobrevivência ou para

aproveitar uma eventual força de trabalho ociosa na família, os camponeses podem recorrer ao trabalho assalariado fora de suas propriedades, como já mencionado anteriormente. Esse trabalho assalariado pode ser temporário ou permanente, ou seja, pode ser realizado por certos períodos para cobrir determinadas necessidades ou ser realizado de forma fixa, com um ou mais integrantes trabalhando fora da propriedade de maneira constante. É importante assinalar que mesmo nos casos em que o trabalho assalariado é permanente há frequentemente uma manutenção do vínculo do trabalhador com a unidade produtiva camponesa, pois é esse trabalho assalariado que evita a sua dissolução e garante condições de sustento para a família (PALAU; HEIKEL, 2016).

No entanto, como aponta Marta Inês Marquez (2008), a situação crítica do camponato na América Latina faz com que muitos camponeses sejam forçados a recorrer de forma permanente ao trabalho assalariado, encontrando-se em um estado permanente de semi ou sub-proletarização. É comumente por esses trabalhos – muitas vezes em condições extremamente precárias – que os camponeses conseguem manter a unidade familiar camponesa (MARQUEZ, 2008).

Essas formas de adaptação encontradas pelos camponeses aqui descritas são, por um lado, *estratégias de sobrevivência* que são empregadas em frente às adversidades. Sobrevivência não somente no sentido de manter a existência do camponato na sociedade, mas também no sentido literal de garantir a sobrevivência biológica dessas populações. Seguindo essa perspectiva, a adaptabilidade camponesa vem da necessidade de as populações rurais empobrecidas encontrarem meios de garantia das condições mínimas para seu sustento. Isso se expressa na expressão em guarani usadas pelos camponeses paraguaios para referir a si mesmos como *mboriahu ryguata*, ou “pobres de barriga cheia” (PALAU et al, 2007, p. 27).

Por outro lado, são essas próprias condições materiais adversas que acabam fazendo com que o camponato desenvolva relações sociais orientadas para uma lógica de solidariedade e reciprocidade. Quijano (2002), descreve tais relações como uma certa “economia popular” existente entre as massas populares latino-americanas. Para o autor,

O que verdadeiramente caracteriza a “economia popular” é que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais quotidianas – em uma palavra, em torno da comunidade. Isso não significa,

evidentemente, que não esteja articulada como mercado de múltiplas formas e medidas (QUIJANO, 2002, p. 491).

Independentemente de terem consciência política e ideológica de suas práticas ou não, essas formas de organizações econômicas e sociais populares orientam suas relações sociais para valores comunitários e solidários como forma de garantir sua sobrevivência nas condições adversas em que se encontram. Segundo Quijano,

[...] no heterogêneo universo das denominadas “organizações econômicas populares” em muitas cidades latino-americanas, *é a própria materialidade das relações econômicas que requer, ou obriga, por assim dizer, à solidariedade*. Em outros termos, *é o fato de a reciprocidade construir a própria natureza das relações sociais que entranha a prática da solidariedade*, inclusive talvez à margem (não necessariamente contra) da consciência política e da ética social formal dos membros (QUIJANO, 2002, p. 491, grifo nosso).

Essas observações possibilitam que o campesinato seja compreendido não só a partir de suas estratégias de sobrevivência, nem só a partir de sua lógica de solidariedade. São considerados ambos os aspectos, sendo possível compreender as relações sociais campesinas e suas formas organizativas. O campesino pode ser entendido, assim, como um *modo de vida* intimamente relacionado a determinadas condições existência (o campo, a pequena propriedade, o núcleo familiar), mas também enraizado em práticas sociais de convívio, partilha e reciprocidade. Para Shanin (2008), essa compreensão do campesinato como um modo de vida é essencial para concebê-lo como uma combinação de vários elementos.

Por ser um modo de vida, o campesino não é propriamente uma profissão, não podendo ser facilmente ensinada em um curso ou em uma escola. O campesinato depende de uma vivência e de uma transmissão de conhecimentos entre gerações das múltiplas dimensões que compõem suas atividades. Shanin fala da multidimensionalidade do trabalho do campesino da seguinte maneira:

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais (SHANIN, 2008, p. 41).

Nesse sentido, o campesinato é capaz de transmitir uma variedade

de conhecimentos entre gerações mesmo com pouco envolvimento externo. É dentro dos ambientes familiar e comunitário que se aprende as várias atividades que integram o modo de vida campesino.

Essa forma autossuficiente de repassar o modo de vida campesino é alterado significativamente quando os campesinos modificam sua organização produtiva para atender os grandes mercados e se integrar na cadeia produtiva da agricultura empresarial. Ao adotar máquinas e tecnologias que causem uma ruptura com o seu modo de produção, ao especializar sua produção e ao adotar cultivos não tradicionais, o campesino (que, por vezes, passa a assumir a denominação de agricultor familiar) vê seu modo de vida transformado cada vez mais em uma profissão. “A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica” (WANDERLEY, 2008, p. 46).

De certa forma, o agricultor familiar segue sendo um campesino por conservar alguns elementos de organização familiar (WANDERLEY, 2008) e por manter sua condição subalterna, mesmo que agora mais orientada para o mercado (FERNANDES, 2004). Como observa Mançano Fernandes (2004), esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar tem um forte componente ideológico: ao metamorfosear-se em agricultor familiar, o campesino abre mão de sua história de resistência e conforma-se com a existência que lhe cabe dentro das condições geradas pelo capital.

O sociólogo Armando Barta (2010) comenta como o conceito de campesinato depende essencialmente do processo de entender-se enquanto um sujeito social coletivo, de entender-se como pertencente de uma classe e de uma história de resistência.

La palabra campesino designa una forma de producir, una sociabilidad, una cultura, pero ante todo designa [...] un embarnecido sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia. Ser campesino es muchas cosas, pero sobre todo es pertenecer a una clase: ocupar un lugar específico en el orden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de un proyecto común (BARTRA, 2010, p. 7).

Nesse sentido, o conceito de campesino não encontra correspondência com as denominações “agricultor familiar” ou “pequeno produtor”. Segundo Bartra (2010), esses últimos denominam bem mais uma escala e uma economia, respectivamente, enquanto o campesino se refere a um *ethos* e uma classe, a um sujeito que busca afirmar uma forma de socialidade específica (BARTRA,

2010).

No entanto, ainda que o termo agricultor familiar seja impreciso, ele designa uma transformação significativa ocorrida no modo de organização e produção campesina a partir da intensificação de vínculos com o mercado e com o seu desprendimento do restante do campesinato enquanto classe. Essas transformações produtivas – inacessíveis a boa parte dos agricultores, principalmente os que sofrem pela falta de terras – fazem deles mais dependentes de recursos vindos fora de suas comunidades (como compras de “pacotes tecnológicos” que acompanham certos cultivos, serviços de assistência técnica, etc).

Reduzir o crescimento dessa dependência externa é uma das coisas que levam às populações campesinas manterem seu modo de produção tradicional. Como observado por Raúl Brignol e Jaime Crispi (1982), os campesinos tendem a manter determinadas tecnologias – mesmo que estas sejam menos produtivas e possibilitem ingressos menores – como uma estratégia de minimizar os riscos de uma maior dependência externa. Cria-se, assim, uma resistência à adoção de determinadas tecnologias por parte do campesinato como forma de autoproteção, ao mesmo tempo que se evita uma ruptura com o modo de produção e de vida campesinos.

O campesinato, portanto, pode ser descrito como um modo de vida de populações rurais baseado em uma lógica familiar e comunitária. Tem como algumas de suas principais características o uso de parte de sua produção para o autoconsumo, o emprego recorrente de trabalho assalariado e trabalho não remunerado e uma capacidade de repassar e manter os conhecimentos adquiridos. Essas características são combinadas de diferentes formas pelos campesinos como *estratégias de sobrevivência*, permitindo-os se adaptar a diferentes contextos e se proteger de adversidades. É a partir do desenvolvimento dessas práticas cotidianas orientadas para a sobrevivência que o campesinato fortalece os laços de solidariedade que distinguem seu modo de vida.

2.2 PROTAGONISMO POLÍTICO DO CAMPESINATO

Ao analisar o campesinato, é importante concebê-lo como sujeitos políticos que são capazes de formular uma visão crítica a sua posição social, de se engajar em lutas e a propor novos caminhos para a sociedade que participam. Argumenta-se aqui que enxergar os esforços propositivos e críticos dos movimentos campestinos é conceber o campesinato como parte do presente, e não como um resquício do passado em vias de desaparecer como ocorre nas teorias da modernização ou nas visões “descampesinistas”. Os campesinatos compõem uma parte significativa das maiorias populares não só na América Latina, mas em todo o mundo, e, mesmo assim, são por vezes tomados apenas como arcaicos e ultrapassados. Esse esquecimento da importância social campestina é observado por Shanin da seguinte maneira:

Los campesinos constituyen la mayoría de la humanidad. El la mayoría de los países, “el pueblo” (por oposición de “la nación”) denota todavía a “los campesinos”; la “cultura nacional” específica corresponde de cerca a la cultura campestina; “el ejército” significa campesinos jóvenes en uniforme, armados y dirigidos por hombres distintos a ellos. Y sin embargo tenemos que recordarlo (SHANIN, 1979, p. 214).

Como se produz esse apagamento da presença dos campestinos no tecido social de suas sociedades? A crítica da racionalidade ocidental feita por Boaventura de Sousa Santos (2002) é uma forma de iniciar a compreender essa questão. Para o autor, a racionalidade ocidental dominante – referida por ele como *razão indolente* – cria uma visão estreita e limitada do mundo, que despreza boa parte da experiência social existente.

Pela sua obsessão pela ordem, por sua busca pela explicação da totalidade e por ser centrada em uma ideia linear de progresso, a *razão indolente*³ não é capaz de compreender que o mundo vai além da compreensão ocidental do mundo. Assim, essa racionalidade arrogantemente considera como não importante boa parte da experiência social que compõe a realidade. O que constitui o nosso tempo presente, desde essa lógica, abrange apenas uma fração do que realmente existe. Como coloca Santos (2002), a partir da visão abreviada de mundo da *razão indolente*

³ A razão indolente descrita por Boaventura assume quatro formas: razão impotente, razão arrogante, razão metonímica e razão proléptica (SANTOS, 2002). No entanto, a descrição da razão indolente feita aqui nesse trabalho não tratará de cada uma de suas formas individualmente.

“O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno” (SANTOS, 2002, p. 245). O campesino, nesse sentido, é concebido não como parte do mundo contemporâneo, mas sim como um resquício do passado.

Para Santos (2002), essa racionalidade significa uma contração do tempo presente, uma vez que a *razão indolente* não é capaz de ver (e muito menos valorizar) boa parte da experiência social do mundo. O autor aponta que essa não-existência é produzida pela *razão indolente* de cinco modos: a *monocultura do saber*, que coloca a ciência moderna como critério único da verdade; a *monocultura do tempo linear*, que concebe a história como tendo um sentido único de progresso; a *lógica da classificação social*, que divide as populações em níveis hierárquicos, como raça e sexualidade; a *lógica da escala dominante*, que privilegia o universal e o global; e a *lógica produtivista*, que põe o crescimento econômico como objetivo racional inquestionável.

Cada um desses modos está associado à produção de uma não-existência. O que está fora da ciência moderna é considerado ignorante ou inculto. O que não é visto como avançado na concepção linear da história é atrasado, tradicional, obsoleto e subdesenvolvido. O que é visto como diferente em uma classificação social hierárquica é colocado como naturalmente inferior. O que escapa do que é entendido como conhecimento universal ou de uma escala global é desprezado como particular e local. O que não se encaixa nos critérios de produtividade capitalista é visto como improdutivo e preguiçoso (SANTOS, 2002).

A produção dessas formas sociais de não-existência resulta em uma pobreza das experiências sociais que são compreendidas pela racionalidade dominante. Há o que autor chama de *desperdício da experiência*, que deve ser combatido. Esse desperdício da experiência não só encurta o presente (por limitar o que é considerado como contemporâneo) como também dilata o futuro. Uma vez que a história é concebida pela *razão indolente* como linear e caminhando inexoravelmente para o progresso, o futuro não precisa ser pensado. Nesse sentido, o futuro se torna “infinitamente abundante e infinitamente igual [...]” (SANTOS, 2002, p. 254).

O que propõe Boaventura é dilatar o presente (recuperando as experiências desperdiçadas pela arrogância da *razão indolente* e, assim, expandir o que é visto como parte de nosso mundo) e contrair o futuro (vendo-o como um

horizonte incerto e aberto a possibilidades). É a tarefa das ciências sociais, portanto, “demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal” (SANTOS, 2002, p. 246), ou seja, trazer o que foi autoritariamente produzido pela *razão indolente* como ignorante, residual, arcaico, inferior, local e improdutivo de volta para o presente⁴.

É preciso compreender que os saberes e práticas campesinas, nesse sentido, foram historicamente alvos desses modos de produção de não-existência. Como ressalta Wanderley (2008), o campesino tradicional comumente é considerado em uma perspectiva evolutiva. Isso leva ao entendimento de que “sua presença significativa numa sociedade corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade” (WANDERLEY, 2008, p. 47).

A autora ainda vai além, afirmando que as análises feitas sob essa perspectiva “dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) e de agricultor (moderno)” (WANDERLEY, 2008, p. 47). O campesino, nesse sentido, só existe como passado, como a forma arcaica de outra categoria mais avançada – no caso, a do agricultor familiar.

Esse apagamento do campesinato frente a uma concepção unidirecional da história explica porque os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo discutidos anteriormente mostraram uma tendência de afirmar o desaparecimento do campesinato com tanta facilidade. Segundo Marquez,

A concepção dos processos históricos de forma linear e a tendência a uma excessiva simplificação do emaranhado de relações sociais e contradições que os compõem a partir da identificação de uma lógica dominante, tem levado, no caso do estudo da realidade da produção na agricultura sob o capitalismo, à construção de teorias que por mais de um século vêm afirmando o desaparecimento do campesinato em favor da expansão da produção capitalista baseada no trabalho assalariado [...] (MARQUEZ, 2008, p. 68).

É necessário, portanto, romper com a dicotomia atrasado/moderno que com frequência permeia a discussão sobre o campesinato, concebendo-o como parte do mundo presente. Como observa Boaventura, tornar essas não-existências presentes consiste em dar-lhes credibilidade para serem seriamente discutidas. Também significa permitir que suas relações com as experiências hegemônicas

⁴ Boaventura denomina o procedimento sociológico que desempenha essa tarefa de *sociologia das ausências* (SANTOS, 2002).

possam ser vistas como objeto de disputa política (SANTOS, 2002, p. 249).

Para Santos (2002), no entanto, recuperar essas práticas e saberes produzidos como não-existentes não é suficiente. Além de expandir o presente, as ciências sociais também devem rejeitar a ideia de que o futuro caminha inevitavelmente para o progresso e que, portanto, não precisa ser pensado. Longe de estar definido, o futuro deve ser *objeto de cuidado*, como coloca o autor (SANTOS, 2002, p. 254). Isso implica em articular as diversas experiências sociais existentes em projetos alternativos possíveis para o futuro⁵.

No caso do campesinato, isso significa não assumir sua condenação ao desaparecimento pelas pressões “modernizadoras” da agricultura no campo e, ao mesmo tempo, não presumir os camponeses seguirão existindo no futuro independentemente das condições em que se encontrem. Trata-se de conceber o futuro do campesinato como incerto, e que, por isso, deve ser pensado a partir de diferentes projetos políticos.

Para desempenhar essas tarefas de expansão do presente e contração do futuro descrita por Santos (2002), é essencial realizar um trabalho de interpretação entre saberes e práticas, explorando possíveis alianças e articulações. O autor denomina isso de *trabalho de tradução*. Ele pode ser feito tanto entre diferentes saberes não-hegemônicos quanto entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos, embora apenas a partir do primeiro caso seja possível dar emergência a práticas antisistêmicas ou contra-hegemônicas (SANTOS, 2002).

Para Boaventura, é apenas a partir desse trabalho de tradução entre as práticas não-hegemônicas que é possível criar uma inteligibilidade recíproca entre elas e fazer com que elas explorem seus limites de articulação e agregação. Os movimentos sociais, nesse sentido, só seriam capazes de converter suas práticas não-hegemônicas em alternativas antisistêmicas ou contra-hegemônicas na medida em que estabelecem um diálogo com outros movimentos e exploram seus potenciais de articulação (SANTOS, 2002).

O autor salienta que esse trabalho de tradução só é possível ser realizado entre os representantes desses grupos sociais. Pode ser feito pelos dirigentes de movimentos sociais, ativistas de bases ou outros membros que demonstrem uma compreensão profunda e crítica das práticas e saberes em que

⁵ O desempenhar dessa tarefa das ciências sociais é chamado pelo autor de *sociologia das emergências* (SANTOS, 2002).

estão enraizados e que representam (SANTOS, 2002).

Entre os movimentos camponeses, esse trabalho de tradução pode ser visto no processo de reestabelecimento do camponato com bases étnicas, presente de forma geral no mundo (SHANIN, 2008). Mais especificamente na América Latina, os camponeses realizam uma construção e valorização de uma identidade camponesa – muitas vezes relacionadas à uma identidade indígena. Movimentos como o MST, por exemplo, provocaram debates sobre os estudos das transformações agrárias e desenvolvimento rural, além de inspirar outros movimentos camponeses na América Latina (VELTMEYER; PETRAS, 2008).

Os movimentos camponeses na América Latina apresentavam características que eram apontadas como novas em suas formas de organização (como estruturas mais horizontalizadas e menos personalistas) (BRINGEL; FALERO, 2008), uma maior desconfiança em relação às estruturas estatais e, especialmente, uma maior identificação com bandeiras étnicas (TEUBAL, 2008), explorando as sobreposições entre os mundos indígenas e camponeses em suas regiões.

Essa reafirmação da identidade camponesa por movimentos sociais ocorreu em meio às reformas neoliberais que eram disseminadas pela região a partir dos anos 1980 e que seguiram na década posterior. A emergência dos movimentos camponeses nesse contexto fazia dos camponeses, para alguns autores, “a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista em sua fase mais recente” (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 79).

Esses movimentos, de fato, tiveram uma importância expressiva para colocar a questão da terra no centro do cenário político latino-americano, trazendo um dinamismo maior para suas formas de organização e de luta. Movimentos indígenas e camponeses na Bolívia, Colômbia, Equador e México vêm disputando espaço político e participando ativamente dos principais acontecimentos em seus países (TEUBAL, 2008).

Também a luta dos sem-terra vem articulando trabalhadores pauperizados do campo de diferentes regiões, principalmente Brasil e Paraguai. O movimento começou no final da década de 1970 com ocupações de propriedades improdutivas por trabalhadores sem terras que se recusaram a tentar o caminho da proletarianização ou se deslocar para a Amazônia ou Paraguai (FABRINI, 2008). As primeiras ocupações ocorreram na região sul do país e nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, incluindo ocupações no Paraná feitas por camponeses que tiveram

suas terras expropriadas para a construção da usina binacional de Itaipu e que demandaram indenizações.

Na década de 1980, a luta ganhou força no Mato Grosso do Sul – palco da ‘marcha ao Oeste’ da modernização agrícola brasileira – com as reivindicações de camponeses arrendatários (FABRINI, 2008). A eles se juntaram as primeiras levas de “brasiguaios” que retornavam ao Brasil sem terem conseguido terras, como será visto mais adiante.

A criação do MST, foi a culminação de um processo de articulação entre diversos camponeses empobrecidos, pauperizados e forçados ao deslocamento, ao mesmo tempo que buscava construir alternativas societárias para as realidades agrárias. Como aponta Breno Bringel e Alfredo Falero (2008), o MST foi fundamental não só para impulsionar a criação de outros movimentos sem-terra latino-americanos, mas também para articular as lutas camponesas na região e no mundo, tornando-se um eixo central para as ações coletivas da Via Campesina na América Latina.

Ver os camponeses como agentes de um movimento social, portanto, é fundamental para compreender o caráter dinâmico e propositivo dessas populações. É uma forma de compreendê-las como parte das disputas políticas contemporâneas, com formulações e reivindicações próprias. Levar em conta suas propostas estabelecidas a partir do diálogo – ou, usando o conceito de Santos (2002), pelo *trabalho de tradução* – estabelecido entre os movimentos camponeses e outros movimentos é levá-los a sério enquanto sujeitos políticos capazes de participar da construção de alternativas antisistêmicas.

No entanto, é importante ter em mente que o camponesato não se resume aos movimentos camponeses, assim como também é necessário ressaltar as particularidades dos movimentos camponeses em relação a outros movimentos sociais. Como adverte João Fabrini (2008),

A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, *as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais*: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais” (FABRINI, 2008, p. 239, grifo nosso).

Embora os movimentos ampliem enormemente a escala de atuação dos camponeses, a base de ação que os alimenta e oxigena continua sendo os territórios camponeses (o assentamento, o acampamento, a comunidade, etc.) (FABRINI, 2008). É a forma de produção e de vida camponesa baseada em uma lógica

de solidariedade – com sua orientação para as necessidades familiares, sua autonomia na forma de produzir e suas relações comunitárias – que conferem as características fundamentais do campesinato. Os movimentos campestinos, nesse sentido, são importantes para dar coesão e inteligibilidade para a luta das populações campestinas.

Como aponta Fabrini (2008), a luta pela terra dos campestinos está relacionada com um conjunto de reflexões que passam pelo resgate de valores, da cultura e dos costumes do campo, “bem como ações ligadas à geração de rendas, pobreza, concentração fundiária, violência no campo; enfim, críticas à estrutura desigual da sociedade ordenada pelo modo capitalista de produção” (FABRINI, 2008, p. 243). Para dar sentido a essa história de lutas e transformá-las em aprendizados, os movimentos campestinos têm um papel essencial, uma vez que relações comunitárias, por si só, não se convertem em consciência política. Ainda assim, essa história de resistências é mais ampla do que os campestinos apenas enquanto agentes de movimentos sociais.

2.3 CAMPESINATO PARAGUAIO

Uma análise da situação do campesinato paraguaio atual remonta muitos dos pontos presentes na discussão sobre o campesinato de maneira geral (no mundo e na América Latina), podendo elucidar questionamentos levantados sobre o destino do grupo social tanto no debate clássico quanto nas discussões contemporâneas. Ao mesmo tempo em que nas últimas décadas houve uma trajetória progressiva de diminuição e enfraquecimento das famílias campestinas no Paraguai, ocorreu também uma articulação e fortalecimento do campesinato em movimentos políticos que reivindicam a importância social de manter e fortalecer o mundo campestino, que segue representando a grande maioria da população rural no país e uma parcela grande do povo paraguaio.

Durante o trabalho, foi possível verificar que a defesa do campesinato no Paraguai é normalmente feita principalmente em três pontos principais (que muitas vezes aparecem entrelaçados entre si): 1) a valorização do modo de vida campestino; 2) a importância do campesinato como um modo de produção e; 3) o apoio a comunidades campestinas como uma forma de justiça social para uma parcela da

população historicamente subalternizada na estrutura política do país.

O primeiro ponto ressalta a importância da produção campezina, voltada para a produção diversificada de alimentos que historicamente compõem a base alimentar do país (como a mandioca, o milho, o feijão, o amendoim) e orientada para a satisfação das necessidades tanto das próprias famílias quanto das populações locais ao seu redor. A partir do segundo ponto, há uma defesa do campesinato como um modo de vida, por sua forma de organização comunitária, por sua importância cultural e linguística para o Paraguai e por sua relação com a terra. Por fim, há uma defesa do campesinato como um grupo vítima de um processo de violência, negligenciamento e empobrecimento que os aliena do direito à terra e agrava as condições de vida das famílias no campo ao mesmo tempo que beneficia grupos dominantes da sociedade.

Sobre a importância do campesinato como um modo de vida, o dirigente Jorge Galeano vincula o modo de ser campezino com a luta pela terra, ressaltando o papel histórico do campezino para a cultura e para a identidade nacional paraguaia.

[En] las grandes guerras, de la Triple Alianza, la Guerra del Chaco, [...] los que primeros se alineaban para defender la soberanía territorial en aquel entonces, en la guerra de [...] 1865-1870, fueron campesinos. La Guerra del Chaco cayeron sobre los hombros de los soldados campesinos. Quien les proveían de alimento para [...] esas contiendas de luchas por nuestra soberanía fueron los campesinos. Y nosotros creemos *que la identidad del ser paraguayo radica en el ser campezino, que habla el guaraní, que cultiva alimentos, que vive en comunidad, que desarrolla actividades culturales colectivas, o sea, encierra muchos valores del ser paraguayo el campezino. Para nosotros por eso es importante defender los intereses colectivos de las comunidades, que son sus tierras, sus hábitats, sus... su cultura, su lengua. Nosotros entendemos y tenemos claros del porqué es necesario luchar como campesinos, con los indígenas, ¿verdad?* (Jorge Galeano, CNI e MAP, 26/03/2019).

O comentário de Galeano sobre a defesa do campesinato como uma defesa de uma forma de vida que de algum modo representa a cultura e a identidade paraguaia ressoa a observação de Shanin (1979, p. 214) citada anteriormente sobre a relação do campesinato com a cultura popular. Para o autor, em diversos países o que se denomina por “cultura nacional” é muito próximo às manifestações culturais campezinas, assim como “o povo” frequentemente é uma forma de se referir aos campezinos e como “o exército” também normalmente significa a camada jovem do campesinato. Essa relação, no entanto, muitas vezes fica esquecida (SHANIN, 1979).

No caso paraguaio essa observação de Shanin é muito válida. E

é nesse cenário que se explica a necessidade dos camponeses paraguaios de “lutar como camponeses”, como mencionou Jorge Galeano no trecho citado anteriormente. Mesmo que em declínio, a população rural paraguaia ainda representa 40% do total (DGEEC, 2018), ficando muito acima da média encontrada na América Latina e Caribe (de 18% de população vivendo no campo) (FAO, 2018). É dentro desse significativo contingente populacional que se encontra o mundo camponês paraguaio e onde se desenvolvem relações sociais de convivência comunitária profundamente identificadas com a cultura popular do país – e que podem ser entendidas como expressões da “economia popular” latino-americana descrita por Quijano (2002). Os laços de solidariedade mantidos nos espaços camponeses do Paraguai são descritos por Quintín Riquelme (2013) da seguinte maneira:

[...] las unidades de producción campesinas y las comunidades rurales en general, producen múltiples relaciones: de cooperación, de reciprocidad, formales e informales (como la *minga*, el *jopoi*, el trueque) y otro tipo de relaciones generadas por el parentesco, el compadrazgo o la vecindad [...]. Estos vínculos son de tipo horizontal (RIQUELME, 2013, p. 48-49).

Rojas Villagra (2015) também descreve os laços de reciprocidade camponesa, assentados na generosidade e na busca por uma convivência pacífica que se verifica nas comunidades rurais.

En la comunidad circulan generosamente los alimentos, bebidas, utensilios, vestimentas, diálogos y palabras, entre niños/as, jóvenes, adultos y ancianos/as, para quienes el *jopói*, las manos abiertas hacia el otro, así como el espíritu generoso que se entrega en el diálogo, son prácticas cotidianas de correspondencia mutua para que haya *paz en la convivencia*, para el bienestar recíproco de los miembros de la comunidad (ROJAS VILLAGRA, 2015, p. 25).

Os termos *minga* e *jopoi* presentes na descrição de Riquelme (2013) e de Rojas Villagra (2015) sinalizam para o guarani como outro elemento importantíssimo para a expressão da cultura camponesa como cultura popular. O idioma (que dá uma característica bastante particular ao camponato do país) tem um papel importante na composição da identidade paraguaia e é utilizado pelas camadas populares tanto na cidade quanto no campo, mas se encontra mais intimamente identificado com o camponato e com as áreas rurais.

Como observa Bartomeu Melià (2015, p. 475), “*La calle y la casa son todavía el medio ordinario del guaraní, pero hay una clara disparidad entre ciudad y campo*”: nas cidades, o idioma se esconde envergonhado, enquanto no campo ele ganha mais visibilidade e mais espaço para circulação. Além das divisões campo-

cidade, o uso do guarani acaba também refletindo as divisões de classe do país, fazendo com que o bilinguismo paraguaio signifique, na prática, o “*derecho a no saber guaraní y obligación de hablar castellano*” (MELIÀ, 2015, p. 474). Os movimentos campestres incorporam essa importância cultural popular do guarani, usando-o como símbolo de resistência do campesinato.

[La lengua guaraní] Es parte importantísima de la resistencia paraguaya, y sobre todo en el campesinado. Es una forma de comunicación, es [...] un elemento importantísimo dentro del campesinado, sobre todo que usan los compañeros y compañeras como parte de la resistencia de nuestro pueblo, y es un elemento que nosotros valoramos muchísimo (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019).

A defesa da língua, da cultura e de um modo de vida que caracteriza o campesinato paraguaio é indissociável da construção e defesa dos espaços onde estes aspectos possam ser desenvolvidos. Assim, os assentamentos campestres são pensados para facilitar as características próprias do campesinato, o que se reflete, inclusive, na sua organização espacial. O Paraguai tem a experiência de organização nuclear de assentamentos, onde todas as propriedades são organizadas ao redor de um centro urbano com espaços de uso comum e onde se concentram serviços básicos (como escolas ou postos de saúde) (ROJAS VILLAGRA, 2015).

Durante o trabalho de campo, foi possível verificar essa organização espacial na comunidade de Los Comuneros, em Minga Guazú, departamento do Alto Paraná. Todas as fincas do assentamento original convergem para uma pequena zona central, onde se encontram a escola local, uma Unidade de Saúde Familiar, um centro comunitário, campos para a prática de esportes, uma igreja e um bosque. As casas foram construídas próximas a esse núcleo, deixando o espaço para cultivo ao fundo das propriedades. Essa proximidade facilita o convívio entre os habitantes da comunidade e facilita a realização de atividades em grupo, além de possibilitar uma mobilização mais rápida dos moradores caso haja uma ameaça à segurança do assentamento.

A defesa do campesinato enquanto um modo de vida (relacionado ao desenvolvimento de uma identidade e de uma cultura), confere também uma importância e um sentido particular aos usos da terra e ao direito de se ter acesso a ela. Como aponta Riquelme (2013), a terra tem a ver com a cultura, uma vez que ela representa a base material onde pessoas, famílias, comunidades podem desenvolver suas formas de vida e suas formas de se relacionar socialmente.

As formas de uso da terra, nesse sentido, dependem da concepção que se tem dela, assim como o uso que se faz da terra também influenciará em como ela é concebida. Riquelme (2013) explora a relação entre o modo de uso da terra e a concepção da terra para os camponeses paraguaios a partir dos conceitos guarani de *tekoha* e de *teko*.

Si es el *tekoha* (territorio) donde se desarrolla el *teko* (la forma de vida, el modo de ser), la forma de uso y el cuidado de la tierra será distinta de aquella que la concibe como un bien de cambio, una mercancía, donde lo que se busca fundamentalmente es sacar provecho económico de ella, sin respetar sus características ni los recursos naturales que ella contiene, como por ejemplo el agua, los bosques, el suelo y la biodiversidad (RIQUELME, 2013, p. 48).

Nesse ponto, o “camponato como um modo de vida” se aproxima do “camponato como modo de produção”. Juntos, constituem outra perspectiva usada para justificar a importância do camponato no Paraguai. A forma de conceber e usar a terra impacta, evidentemente, na escolha dos cultivos, na maneira em como os alimentos vão ser cultivados e para onde a produção vai ser destinada. Os movimentos camponeses paraguaios realizam uma defesa da importância desse modo de produção das famílias camponesas, normalmente o colocando em contraste com o modo de produção da agricultura empresarial, que concebe a terra e seus cultivos meramente como mercadorias.

A produção diversificada de cultivos, orientada para o abastecimento local e conduzida pelas próprias famílias que residem no campo foi um dos pontos frequentemente levantado pelos representantes de movimentos camponeses. Na fala de diversos entrevistados foi enfatizada a importância de fortalecer a produção camponesa não só para o camponato paraguaio, mas sim para beneficiar a sociedade paraguaia de uma maneira geral.

César Riveros, por exemplo, explica a importância da cadeia de produção e consumo gerada pela agricultura camponesa em sua entrevista, diferenciando-a da cadeia do agronegócio.

[...] la soja, lo sojero... lo que destruye es camino. Ellos no dejan plata acá, ellos hacen su negocio a nivel empresarial, con los bancos. En ninguno de los bancos paraguayos no tienen plata ellos. Sin embargo, los productores camponeses producen en su tierra, en su chacra, mandioca, alzan en un vehículo y viene a traer en la ciudad a los... a los consumidores. Entonces hay una cadena, que no se puede romper. Y ese... ahí está la diferencia entre los pequeños productores y los grandes productores. Nosotros producimos para el pueblo, ellos producen, *dicen*, para el mundo (César Riveros, FNC, 20/03/2019, grifo do autor).

Marcial Gómez também salientou o papel social desempenhado historicamente pelas populações camponesas e como ele não pode ser substituído pela agricultura empresarial exportadora. O dirigente enfatiza ainda a importância desse modo de produção para o fortalecimento de uma soberania popular no Paraguai.

El campesinado siempre ha producido diversidad de rubro, y rubro que se necesita diariamente en la mesa de la gente. Los agroexportadores, los grandes exportadores, no producen eso. Si pensamos en la soberanía de nuestro pueblo, en la soberanía alimentaria, en la soberanía como país, necesitamos del campesinado y su producción. Y por sobre todo a la cosa si pensamos un desarrollo independiente como nación, no hay otro camino que potenciar la agricultura en manos de los pequeños productores en nuestro país, ¿verdad? (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019).

Quando perguntado sobre que tipo de desenvolvimento era defendido para o país – uma vez que o avanço da agricultura empresarial frequentemente é defendido com as bandeiras do progresso e do desenvolvimento – Marcial Gómez reconhece que o significado do termo carrega suas contradições. “*Hablar de desarrollo muchas veces es un poco complicado también, ¿verdad?*” (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019), e seguiu explicando a noção de desenvolvimento adotado pela sua organização:

Nosotros [...] colocamos como uno de los elementos el desarrollo nacional, el desarrollo que parte de dar salida a las necesidades de la gente. Por ejemplo, una comunidad campesina: tener tierra, condiciones de desarrollar producción – producción de alimentos –, garantizar su soberanía alimentaria, tener educación, tener salud, tener infraestructura... desarrollar como sociedad, con bienestar, con felicidad... Ese es el desarrollo que nosotros deseamos (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019).

O desenvolvimento a partir da perspectiva de uma comunidade camponesa depende, segundo a descrição de Marcial, de uma transformação profunda na situação do campesinato paraguaio. Seria necessário garantir o acesso à terra e a melhores condições de produção e comercialização da produção para as famílias camponesas, melhorar a infraestrutura e os serviços públicos no campo e, com isso, ampliar o bem estar da sociedade de uma maneira geral.

Atualmente, o Paraguai toma uma trajetória bastante distinta de desenvolvimento, aprofundando um processo violento de vulnerabilização e empobrecimento das populações camponesas do país (como será explorado ao longo do trabalho). A defesa da importância do modo de produção camponês para a sociedade paraguaia aparece, nesse sentido, como um alerta para o ganho social que

o Paraguai poderia ter caso fortalecesse sua população campesina; potencialidade essa desperdiçada em repetidos momentos históricos.

A defesa do campesinato se dá, assim, também a partir de uma denúncia contra as formas de expropriações e de empobrecimento das populações campesinas do Paraguai, que se encontram historicamente subalternizadas na estrutura política do país. Essa defesa do campesinato como forma de justiça social também se repetiu entre os entrevistados, seja a partir da denúncia de desalojamentos por civis armados ou por forças policiais, seja pelas pressões econômicas e produtivas que expulsam os campesinos de suas terras. Jorge Galeano fala sobre como o abandono e a falta de apoio do governo às famílias campesinas intencionalmente impulsionam a desintegração do campesinato e fomentam os problemas sociais.

Es una... un abandono intencionada que hace el gobierno hacia la agricultura familiar para que nosotros podamos quedarnos con las deudas, se pueda despojarnos de nuestra tierra por las deudas, y el abandono para que la gente pueda desalentarse de seguir produciendo y migrar hacia el exterior, migrar internamente... y esa migración también constituye la desintegración de las familias campesinas, y que con ese debilitamiento es aprovechado por la gente dedicada a comprar, a alquilar tierra para ir despojando, despojándonos y... una expulsión forzada, digamos, de los campesinos de sus tierras (Jorge Galeano, CNI e MAP, 26/03/2019).

Alicia Amarilla também lamenta as oportunidades perdidas pelo Paraguai de usar o campesinato como forma de fortalecer a sociedade do país, dando perspectiva para sua população jovem. A dirigente se refere, em sua fala, à entrada de produtos hortícolas do Brasil e da Argentina no território paraguaio – muitos destes ingressados pela forma de contrabando.

Si acá hubiese una... políticamente un apoyo a la, a lo campesinado yo creo que no deberíamos de estar importando... alimento a nuestro país. Nosotros dependemos de Brasil y de Argentina – tomate, cebolla, de todo. Sin embargo, podemos... producir, si la mayoría son... son jóvenes son... campesinos, campesinas, agricultores, agricultoras que pueden producir y sostener a este país sin endeudarnos (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

O ingresso dos produtos hortícolas no Paraguai é resultado do desinteresse político em dar apoio ao campesinato para a produção de alimentos, priorizando a entrada (legal e ilegal) de cultivos que poderiam ser produzidos localmente por famílias campesinas (RIQUELME, 2018), como sinalizado na fala de Alicia Amarilla. Atualmente, 56% do tomate, 60% da cebola e 78% do pimentão consumidos no Paraguai vêm de mercado externo. Essas importações vêm tanto legalmente, a partir de autorizações de órgãos do governo quanto, ilegalmente, de

produtos que entram como contrabando e abastecem principalmente grandes cadeias de supermercados (ZÁRATE, 2018). “*Si vos no producís más tu lechuga, si vos total no producís más tu tomate, ellos saben dónde traer*”, disse a membra da FNC e produtora campesina de Itá Zulma Estigarribia (FNC, 20/11/2019), mostrando o desinteresse do governo e do comércio na atividade campesina.

Durante as visitas às comunidades campesinas de Itá e Itaguá (região produtora de produtos hortícolas), foram constantes as reclamações dos produtores campesinos em relação à queda dos preços dos produtos hortícolas ocasionada pela importação. Com pouca terra disponível e sem apoio para produção e comercialização de seus produtos, os horticultores ficam sem condições de competir e acabam se endividando, muitas vezes perdendo suas terras.

Quando a expulsão não vem por falta de condições de produção, ela pode vir por desalojamentos forçados. Um levantamento de conflitos campesinos mostrou que entre os anos de 2013 e 2017 foram registrados 26 desalojamentos e repressões violentas no Paraguai e 7 assassinatos. Além disso, 479 campesinos foram detidos, 355 foram imputados e 50 condenados no mesmo período (PALAU, 2018). Estima-se também que os desalojamentos mais recentes, entre 2017 e 2018, tenham afetado 366 famílias campesinas paraguaias (PALAU, 2018).

Esses desalojamentos e ações violentas contra campesinos são feitos tanto por forças policiais quanto por civis armados. Dos nove casos de violências contra comunidades campesinas levantados pelo informe do *Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica* (IPDRS) no ano de 2018, dois ocorreram por ação de policiais, quatro ocorreram por ação de civis armados e um deles (em um assentamento em San Pedro) envolveu tanto forças policiais quanto civis (ROJAS VILLAGRA, 2019). Outros dois casos foram de ameaças de desalojamento por decisões judiciais (ROJAS VILLAGRA, 2019).

Os casos de desalojamento frequentemente estão relacionados com produtores brasileiros de soja. Dos nove casos registrados pelo relatório anual do IPDRS todos estão localizados em territórios disputados por brasileiros produtores de soja (seja por reivindicações judiciais, seja por acusações de emprego de civis armados em desalojamentos e invasões domiciliares)⁶. A dirigente Alicia Amarilla

⁶ O relatório do IPDRS (ROJAS VILLAGRA, 2019) não cita diretamente o envolvimento de sojeiros brasileiros em todos os casos. No entanto, uma checagem externa verificou uma relação (direta ou indireta) desses produtores nos locais onde ocorreram esses episódios também nos casos em que

comenta a ação violenta dos empresários brasileiros em seu departamento, Caaguazú, um dos com maior substituição de áreas de cultivo campesinas por áreas de cultivo do agronegócio (AVILA SCHMALKO; SARTA, 2018).

En Caaguazú, por ejemplo, los propios empresarios brasileños encabezan la desalojo, con topadoras, con una bandera brasileña y se van, y hace... queman las casas y van así. Y tienen sus propios civiles armados. Esta... es una estructura de muchas fuerzas políticas-económicas (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

As expulsões campesinas – seja por desalojamentos, seja por dificuldades econômicas – geram um processo de descampesinização forçada que alimenta o fluxo migratório para os centros urbanos no Paraguai e no exterior. Logo no início do trabalho de campo, a migração apareceu como um tema de suma importância para as populações campesinas e que de certa forma reúne muitos dos problemas enfrentados pelo campesinato paraguaio.

Em um estudo sobre migrações internas, Quintín Riquelme e Elsy Vera (2015) apontam que as migrações no país se dão por duas principais causas. De um lado, a pressão exercida sobre a expansão do agronegócio sobre as famílias campesinas, mais comum nos departamentos na fronteira oriental. De outro, a deterioração de condições de produção e de vida campesina por falta de apoio estatal, que assola o campesinato paraguaio de maneira geral.

É importante notar que tais causas não estão relacionadas a oportunidades encontradas por populações rurais em centros urbanos, mas sim a incapacidade destas em permanecer no campo. Corroborando esse diagnóstico, um estudo compreensivo sobre o impacto da agricultura empresarial na migração de campesinos feito em 2007 em diferentes zonas rurais do país apontou que 81% das 144 famílias consultadas não tinham membros que pensavam em migrar, embora a migração para as cidades seguisse acontecendo (PALAU et al, 2007).

Nesse mesmo estudo, foram ouvidas 114 pessoas que já haviam migrado para cidades paraguaias, onde mais da metade (57%) declararam estar uma situação igual ou pior do que a que se encontravam antes de migrar. A conclusão do estudo é que a migração paraguaia do campo para cidade não funciona a partir de uma lógica de *atração*, mas sim por uma de *expulsão* (PALAU et al 2007). Ou seja,

estes não eram mencionados. Os casos verificados externamente foram nos assentamentos de Pindo'i, Comunidad Makutinga, R.I Sur (BASE IS, 2018), San Juan (BASE IS, 2016), Crescencio González (ABC COLOR, 2010) e 6° Línea Mariscal López (CLOC PARAGUAY, 2018).

quem migra não o faz de forma voluntária para aproveitar as oportunidades de vida e de trabalho nos lugares de destino, mas é forçado a fazê-lo por não conseguir se manter no campo. Como assinala Palau, um dos pesquisadores do estudo,

los emigrados deben ser considerados como *desplazados*, ya que en una gran proporción estos movimientos poblacionales no tienen ninguna relación con lo que se suele denominar migración voluntaria y responden en mayor grado a un *proceso de migración forzada* (PALAU, 2012, p. 298, grifo nosso).

Durante o trabalho foram feitas entrevistas com camponeses que foram forçados a deixar o campo por condições desfavoráveis e acabaram migrando. Seus relatos mostram as dificuldades encontradas tanto no meio rural quanto no meio urbano do Paraguai. Além disso, em suas falas há uma reflexão – fruto de suas posições enquanto camponeses forçados a se deslocar para grandes cidades – sobre as diferenças entre o modo de vida camponês e a vida no meio urbano.

Dois desses entrevistados foram Elba Villamayor e Mario Ayala, que, assim como muitos paraguaios que não conseguem permanecer no campo, foram para a Argentina. Encontrando uma situação de vulnerabilidade também na sua cidade de destino, Buenos Aires, Elba e Mario se organizaram na *Asemblea de Inmigrantes Paraguayos en la Argentina* (AIP) e participaram da XXVII Marcha Nacional Campesina em Assunção que reivindica a realização de uma Reforma Agrária no Paraguai para que assim eles possam voltar para seu país.

Outro caso é o de Eloy Ramos, que nasceu em uma família camponesa em Ybicuí, departamento de Paraguarí e migrou para Assunção aos dezoito anos pelas carências encontradas nas zonas rurais. Depois de muitos anos trabalhando na capital, Eloy decide regressar ao campo, buscando se estabelecer em uma comunidade camponesa de horticultores em Itaguá, no departamento Central.

Tanto o caso de Eloy quanto o de Elba e Mario são casos de camponeses que se veem forçados a deixar o campo e se dirigir para centros urbanos (no exterior, em um caso, e na capital do próprio país em outro). Também são casos de pessoas que seguem nutrindo um vínculo com a terra depois de deixar o campo e que desejam regressar às zonas rurais de seus países.

Mario é enfático ao falar de como foi forçado a migrar para outro país devido às condições em que se encontrava no campo e ao fato de não poder voltar ao seu país pela falta de terras. Também fala de como o desejo de retornar ao Paraguai fez com que ele e outros paraguaios na Argentina se organizassem na AIP e

buscassem participar das marchas campesinas em Asunción para pressionar para uma Reforma Agrária no país:

[...] la política de Estado nos expulsó, nos mandó para allá. Quiera o no quiera tiene que ir a buscar mejores horizontes, acá no tenemos tierra, nada. Entonces ahí hay una cuestión: nosotros siempre pensamos acá. La mayoría de los paraguayos migrantes en Argentina está pensando [en volver]. Por eso nos organizamos: “cómo podemos ayudar?”, “que aporte podemos dar a esta lucha?”. Porque nosotros decimos: “Sin reforma agraria no habrá vuelta”. Porque no voy a tener un pedazo de tierra donde construir una casita (Mario Ayala, AIP, 20/03/2019).

Em outro trecho da entrevista, Mario fala mais sobre as condições que o levaram a sair do campo. Como o crescimento demográfico de suas famílias não foi acompanhado por um aumento das terras disponíveis para o cultivo, ele e Elba não encontraram espaço no meio das propriedades já ocupadas por diversas famílias.

Somos campesinos natos. Agricultor. Pequeño productor. Pero trabajamos en la chacra de los abuelos, de nuestros papás. Y bueno, eso no abastece, porque hay cinco o seis familias y... (riso) se multiplican y ya no hay más espacio para... como para... para que podemos cultivar [...] (Mario Ayala, AIP, 20/03/2019).

Chegando em Buenos Aires, os dois enfrentaram uma situação de vulnerabilidade. Tendo chegado na capital argentina sem poder desempenhar o ofício que aprenderam desde crianças (de trabalhar na terra como campesinos), os dois tiveram que trabalhar no mercado informal em empregos que não demandavam instrução. Elba trabalha como cuidadora de uma idosa, enquanto Mario – depois de trabalhar como segurança, carpinteiro e pedreiro – conseguiu recentemente ser empregado como zelador de um prédio no qual participou da construção. Quando perguntados se as condições de trabalho que eles encontraram no país são piores pelo fato deles serem imigrantes eles respondem:

Elba: Sí, peor, peor.

Mario: Por eso, el doble. El doble es eso para nosotros.

Elba: Porque uno tiene que cuidar todos los días su trabajo. Tiene que cuidar, laburo [inaudível].

Mario: Por eso nos explotan mucho. Los patrones nos explota mucho porque saben que nosotros no podemos quedar sin trabajo. Sin laburo nosotros no podemos... vamos estar en la calle mendigando.

Elba: No importa el precio [sueldo]. Nosotros sí o sí tenemos que trabajar o no vamos a poder comer.

Mario: Eso es lo yo le dije. El 98 o al 99 por ciento lo que van allá fueron a laburar. A poner el esfuerzo, el lomo, como se dice.

Elba: Y sin profesión, sin profesión.

Mario: Sin profesión, sin nada, porque nosotros somos... la mayoría somos agricultores.

Elba: Agricultor campesino (riso).

Mario: Tenemos que cambiar esa, esa, esa... labranza. Cambiar, con otra herramienta y con otra forma de trabajo.
 Elba: Pero sin estudio, sin práctica...
 Mario: Claro, claro.
 Elba: Igual aprendemos, igual aprendemos (Elba Villamayor, AIP, 20/03/2019; Mario Ayala, AIP, 20/03/2019).

Ambos relatam a situação de vulnerabilidade dos imigrantes paraguaios no país vizinho, que só tem se agravado com a depressão econômica vivida na Argentina. Muitos dos imigrantes estão em situação irregular no país, o que lhes dá uma sensação de insegurança ainda maior e os torna mais sujeitos a situações de superexploração no mercado informal, como jornadas de trabalho de mais de 12 horas diárias.

A situação das mulheres migrantes é geralmente ainda mais difícil. Como conta Elba, além de terem longas jornadas de trabalho fora de casa (usualmente como domésticas), as mulheres ainda têm colocadas sobre elas a carga da criação dos filhos e do trabalho em suas casas. O mesmo problema se reproduz nos lares camponeses, apenas substituindo o trabalho assalariado pelo trabalho na chakra. No entanto, Elba fala que, pessoalmente, os debates com mulheres nas organizações camponesas lhe ajudaram a dividir as tarefas domésticas com seu companheiro, ainda que essas discussões não alcancem muitas outras mulheres camponesas.

Nosotras, las mujeres, trabajamos. En el campo, por ejemplo, las mujeres trabajan en la casa y trabajan otra vez en la chakra. Y es mi caso. Yo soy migrante. Trabajo afuera y en mi casa también. Nosotros como... debatimos con él [Mario]. Vamos bien porque él me ayuda también. Cuando yo no estoy él limpia, o por ahí ya cocina, por ahí ya prepara la cena para cuando yo llegue. Entonces está bien, llevamos bien así. Pero imagínate si alguna no discute, o sea, que alguna no se organice, no entiende nada... ¿Como estará bien esa mujer? La mujer, sobre todo. Y es difícil. Y allá por lo menos todas las mujeres trabajamos. Todas las inmigrantes (Elba Villamayor, AIP, 20/03/2019).

Assim como os casos de Mario e Elba, o trajeto de Eloy de sair do campo para a cidade para depois regressar ao campo também ilustra como a migração para os centros urbanos muitas vezes não é capaz de oferecer condições de vida melhores e mais sustentáveis para os migrantes. No seu caso, ele acabou por voltar para o campo por opção. *“Desde chiquito, desde los seis años, venía produciendo en el campo y a los dieciocho años partí de mi casa para estos lados [de Asunción] y ahora ya casi a mi cuarenta años volví a regresar al campo”* (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019). Ele segue com seu relato, falando sobre o que o levou a deixar o

campo: “*por la cuestión justamente de la carencia en el campo me hizo tomar una decisión para, digamos... dejar, abandonar mi chacra y llegar hasta la capital a trabajar como... como empleado, específicamente como chofer*” (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Em vários momentos da entrevista Eloy compara a vivência no campo e na cidade, refletindo sobre os problemas que enfrentou em Assunção.

Revisando la realidad, es igual vivir en el campo: uno produce, consume su propio producto, producto sano, puede consumir. Llega a la ciudad y te pagan una miseria. Consumí producto envasado, enlatado, envenenado, comprado del... de lo super. Entonces no compensa, porque, últimamente, ya uno trabaja solamente para comer. No te permite tampoco, para buscar uno trabajo para, digamos, pensar en comprar algunos... por lo menos un espacio para la vivienda. Y eso me hizo resolver de vuelta volver al campo (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Um aspecto curioso desse trecho da fala de Eloy é como ele nota que na cidade “*uno trabaja solamente para comer*” por conta do salário baixo e dos altos custos com moradia. Assim, indica que sua vida na cidade beira à subsistência, uma condição tradicionalmente associada às populações camponesas pobres, que produzem para autoconsumo, e não às populações urbanas.

Essa vulnerabilidade da vida na cidade é um ponto ressaltado mais de uma vez por Eloy. Ele menciona como um aumento do ganho monetário que se pode ter na cidade (por ganhar um salário) muitas vezes é enganoso, já que os custos também são altos em comparação à vida no campo, podendo levar ao endividamento.

Me di cuenta que no era cierto que en la ciudad se vivía mejor. Uno puede tener la mano fina, [...] la piel más blanca... puede alguna o que otra vez ver una platita, pero esa plata es como que te dan para devolver a otra persona, porque ya tu tiene tu gasto. Pensar en comprar una vivienda es imposible si uno tiene que vivir en un alquiler. Al vivir en un alquiler uno ya va entregando treinta, cuarenta por ciento de su ganancia, de su... sueldo en eso. Después, por tu alimentación, muchas veces uno ya tiene una deuda en un quiosco, en algún lugar y... entonces la gente va entregando toda su plata (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

O problema do endividamento também afeta a população no campo, sendo um dos principais problemas que levam os camponeses a perder suas terras e se dirigirem à cidade. No entanto, ao prosseguir seu relato, Eloy fala sobre como o fortalecimento da coletividade entre a comunidade camponesa pode protegê-los das dívidas e mantê-los em suas propriedades.

Y eso me hizo entender que en el campo uno tiene su propio espacio. Y más todavía debatiendo las realidades unos pueden controlarse uno al otro para...

cuidar a no caer en las deudas, en las cosas, y ayudarnos colectivamente. Eso nos ayuda bastante (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Quando a entrevista foi realizada, em novembro de 2019, Eloy havia voltado a morar no campo há apenas dois meses. Ele comentou com companheiros da FNC que tinha a ideia de voltar a produzir no campo e acabou se acercando de uma comunidade horticultora em Itaguá até ser convidado por outros agricultores campesinos a trabalhar conjuntamente com eles. Ainda que a experiência seja recente, Eloy diz se sentir mais livre no campo por não ter um patrão, por poder planificar sua rotina de vida e trabalho, por ter uma moradia e um espaço para produzir fixos e pela oportunidade de autoaprendizado e aperfeiçoamento que o trabalho no campo proporciona. Todos esses aspectos se relacionam com o debate sobre campesinato como um modo de vida discutido anteriormente.

Yo me siento más libre a pesar del sacrificio que uno para por la falta de atención por parte del Estado. Por lo menos uno se siente más con libertad de producir, de pensar en lo que tengo que hacer. En cambio, en la ciudad uno vive dependiente. Son los patrones los que te tienen que decir que hacer, como hacer, dónde hacer, cuando hacer... en cambio tú, en tu propio espacio, en tu propia chacra tú mismo sos el propio patrón y empleado a la vez. Tu piensas lo que tiene que hacer, como hacer, cuándo hacer, en qué momento hacer, y ganas experiencia. Cuando haces mal, tu volvés a... a repensar y hacer, o buscar la forma de corregir los errores. En cambio, bajo patrones, de repente, en cada error ellos te regañan, pero nunca te dicen cómo hacer para hacer bien, o para acertar los desaciertos (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Ao ser perguntado se já considerou ir para o exterior, Eloy diz que sempre pensou em ficar no Paraguai. Conta que todos os seus irmãos deixaram o país, indo pro Chile e para a Argentina, e que já foi convidado diversas vezes por eles a ir para o exterior também. Alguns dos seus irmãos, no entanto, não conseguiram se estabelecer nos seus destinos e regressaram ao Paraguai, o que talvez explique a descrença que Eloy demonstra na possibilidade de encontrar condições de vida melhores fora do país.

[...] todos mis hermanos fueron de aquí. Fuimos... estábamos entre nueve personas. Uno de mis hermanos falleció. Quedamos ocho. De los ocho, siete personas partieron para otros países, de los cuales dos volvieron ya otra vez a Paraguay. Me plantearon ellos ir. Yo les dice siempre que no tengo pensado, que aquí se puede palear porque aún que vaya un lo más lejos... Pueda que parezca que un gana mejor, pero lo costo de vida también siempre va a ser más elevado. Entonces siempre va a ser igual. Y eso me hizo quedar por acá y pensar más siempre hacia al campo (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Obviamente nem todos os paraguaiois que migraram do campo para a cidade podem voltar a viver no campo assim como está fazendo Eloy. Esse regresso

dependeria de uma melhora expressiva nas condições de vida no meio rural e de um aumento dos espaços de produção campesina, de que Eloy se mostra bastante ciente – assim como também estavam Elba e Mario. Eloy fala sobre como uma revalorização da produção campesina abriria espaço para o retorno dessas populações migrantes ao campo.

[...] nuestro país es eminentemente agrícola y ganadera, y entonces eso es nuestro pensamiento de volver, a recuperar, digamos, los espacios para producir – por lo menos una gran cantidad de espacio para producir – de manera que nuestros compatriotas puedan volver, o *quieran* volver a producir por aquí (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

Benicia Chávez, dirigente da *Juventud Paraguay Pyahurã* (JPP), também reforçou a importância de se criar melhores condições para manter as populações no campo. Benicia fala especialmente dos jovens, que muitas vezes deixam o campo por falta de oportunidades.

Jóvenes, por ejemplo, quieren abandonar sus tierras. ¿Por qué? Porque no hay una política que le... le haga querer y admirar la tierra. Porque siembra [...] la tierra, cosecha, pero no vende a un producto [con precio] fijo, que a él le pueda solventar todas sus necesidades. Y es una política del Estado, que, en vez de distribuir, entonces, empuja, impulsa a que nosotros odiamos prácticamente lo que es la tierra (Benicia Chávez, JPP, 21/03/2019).

Frente a esse cenário desanimador, as famílias campesinas minifundizadas recorrem a uma série de estratégias de sobrevivência para conseguir se manter no campo. Na comunidade de Los Comuneros, em que cada uma das cerca de 100 famílias assentadas tem disponível menos de um hectare para produção de alimentos, a possibilidade de produzir para a venda nos mercados é bastante limitada. Com pequenas possibilidades de obter ingressos pelo trabalho na chakra, os campesinos de *Los Comuneros* frequentemente têm que recorrer ao trabalho assalariado (se dirigindo a *Ciudad del Este* ou outras cidades nos arredores) para preservar a unidade familiar, mantendo o trabalho na finca para autoconsumo.

Já nas comunidades horticultoras de Itá e Itaguá visitadas no trabalho de campo, o contexto enfrentado pelas famílias é distinto. Embora também recorram ao trabalho assalariado em centros urbanos próximos (em Assunção ou em outras cidades do departamento Central) como estratégia de sobrevivência para contornar a falta de terra, as possibilidades de venda de seus produtos no mercado são maiores. Os agricultores locais se organizam localmente para retirar os distintos empecilhos existentes para a produção e comercialização de seus produtos hortícolas (como falta

de crédito e de apoio técnico, concorrência com produtos dos países vizinhos, obstáculos burocráticos) e ter assim condições mais sustentáveis de ingresso.

Embora a produção hortícola enfrente diversos obstáculos, ela é uma das principais formas de conservação das unidades familiares. A preocupação demonstrada por alguns camponeses, como Eloy Ramos, é de que os produtores locais sigam cientes da importância de manter parte da produção destinada para o autoconsumo, não canalizando tudo para a venda. Pelo que pôde ser observado na região, a maior parte dos produtores ainda conservavam culturas para autoconsumo. Apesar de reconhecer a funcionalidade dos cultivos para renda, Eloy fala como a produção para o autoconsumo é importante para garantir a subsistência das famílias em épocas de crise e como ela é fundamental para a própria definição do que significa ser camponês, remonta aos debates sobre o conceito de camponato apresentados anteriormente.

lo que producimos para renta es para, digamos, parchar lo necesario, para... comprar ropita, salir a compartir con los demás, pagar los estudios de, de los chicos, cosas así. Entonces, esas cuestiones yo creo que, de alguna u otra manera tenemos que retomar a debatir, porque por falta de debate muchas veces uno va perdiendo eso. Porque le genera una pequeña platita su producción y va a... agrandando su producción, va agrandando, entonces se va convirtiendo otra vez en... esclavo del capital. Y se va olvidando su vida ancestral. Porque *un campesinado tiene que demostrar [...] a través de su producción que es un campesino*. Un campesino arraigado tiene que tener de donde consumir, de donde sacar. Porque de repente viene un calor que no te deja más... de repente viene una lluvia larga... [...] O sea, para renta muchas veces eso se pierde. Entonces, *teniendo tú producción – tú mandioca, tú maní, tú poroto, tú maíz –, tú tiene tu almacén en tu propia chacra* (Eloy Ramos, FNC, 20/11/2019).

É importante salientar, no entanto, que essa relação entre produção de autoconsumo e produção pra venda no Paraguai é muito mais influenciada pelas condições de pobreza e carência de recursos básicos (sendo o mais elementar a terra) que enfrentam as famílias camponesas do que de fato por uma decisão. Como será explorado ao longo do trabalho, o camponato paraguaio atualmente se encontra fragilizado politicamente (com a criminalização de movimentos camponeses) e socioeconomicamente (com o empobrecimento e vulnerabilidade das famílias camponesas).

Para compreender como o camponato paraguaio chegou a essa situação crítica, é importante analisar como a estrutura política da sociedade paraguaia foi formada, dando especial ênfase para a formação de sua estrutura agrária (responsável por confinar as populações camponesas em minifúndios) e para

os grupos de poder que compõe sua sociedade. A partir da análise desses pontos, será possível avaliar as perspectivas para o campesinato paraguaio no futuro.

3 A ESTRUTURA POLÍTICA DA SOCIEDADE PARAGUAIA E A QUESTÃO DA TERRA

Mesmo compreendendo as potencialidades de transformação social que poderiam ser alcançadas com o fortalecimento do campesinato paraguaio, é importante ressaltar que os problemas enfrentados pelas famílias campesinas não dependem somente de modificações no meio rural. A produção da situação campesina atual e sua possível modificação estão intrinsecamente ligados à estrutura política da sociedade paraguaia de uma forma geral. Como comenta Tomás Palau (2012, p. 164), *“Lo rural y lo nacional en el Paraguay están – por ahora y por un buen tiempo – indisolublemente unidos”*. O autor segue em sua análise, ressaltando como é impraticável focar nas transformações no meio rural sem levar em consideração o cenário nacional como um todo.

Hablar entonces de reforma agraria, desarrollo rural, consolidación de la agricultura familiar campesina y conceptos análogos, implica plantearse necesariamente la cuestión nacional. Es preciso entonces partir de los desafíos amplios, de largo plazo, vinculados al acontecer internacional para llegar entonces a sugerir acciones concretas que respondan a aquel fin (PALAU, 2012, p. 163-164).

É preciso, portanto, analisar aspectos estruturais do Paraguai para avaliar as perspectivas existentes para as comunidades campesinas no país. A seguir, busca-se realizar uma análise da estrutura política da sociedade paraguaia, descrevendo tanto sua formação agrária quanto seus grupos de poder.

Ressalta-se que a análise da formação da estrutura agrária do país é fundamental não só pelo tema do presente estudo, mas também pela centralidade da questão da terra para os grupos dominantes paraguaios. Como comenta Fogel (2005), até os dias de hoje a riqueza das elites do país se vinculam diretamente à terra.

La cuestión de la tierra permea a todos los grupos dominantes de la sociedad: desde los sectores que controlan el capital financiero hasta los funcionarios influyentes son hacendados y tienen sus intereses ligados a la tierra. Estos actores sociales dominantes también son actores políticos, circunstancia que protege doblemente los intereses ligados al latifundio (FOGEL, 2005, p. 234, grifo nossa).

A formação desses grupos dominantes, por sua vez, está intimamente ligada à ditadura do general Alfredo Stroessner. Os “clientes do stronismo” – favorecidos durante o regime com terras, cargos oficiais e benefícios para exploração de atividades econômicas – se converteram em donos de grandes veículos de

comunicação, donos de construtoras, parlamentares, latifundistas, contratistas do Estado, entre outros. Esse empresariado atual baseia-se na manutenção de uma matriz econômica rentista, derivada dos principais produtos de exportação do país (carne, soja e eletricidade) (SOLER, 2014), tendo gerado sua riqueza a partir do processo fraudulento de expropriações de terra visto a seguir.

3.1 FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA PARAGUAIA

As mudanças no uso e na propriedade da terra têm historicamente afetado enormemente a estrutura societária paraguaia. Na sequência, encontra-se uma descrição dos processos que compuseram a formação agrária atual, subdividida em três partes: a primeira tratando dos rumos tomados pelo Paraguai após a devastação do país na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870); a segunda descrevendo a larga ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e da formação de uma elite fortemente ligada ao regime e à terra; e a terceira analisando as mudanças agrárias paraguaias desde a caída da ditadura até os dias atuais.

3.1.1. Pós-Guerra da Tríplice Aliança (1870-1954)

Um período de forte inflexão para a estrutura agrária (bem como na sociedade em geral) do Paraguai foi o período após a Guerra da Tríplice Aliança, em que Brasil, Argentina e Uruguai deixaram o território paraguaio devastado. A venda massiva de terras públicas para o capital estrangeiro após o fim da Guerra Grande fez expandir os grandes latifúndios, iniciando o processo de confinamento da população campesinas em minifúndios que se vê hoje. Como apontam Palau e Heikel (2016), essa minifundização e empobrecimento das populações campesinas – que atinge níveis extremos hoje com a expansão recente agricultura empresarial – tem seu início ainda na reorganização do país após a Guerra da Tríplice Aliança.

El problema de la pobreza campesina de ningún modo tiene su origen en el advenimiento relativamente reciente de la modernización y empresarialización rural orientada a la exportación de productos primarios al centro del capitalismo. Por el contrario, la incapacidad de las parcelas minifundiarías de producir los bienes y el ingreso necesarios para cubrir las necesidades de subsistencia de la familia, es un proceso que aparece ya a fines del siglo [XIX] y principios del [siglo XX]. Dicho proceso estuvo

determinado por la rápida constitución del latifundio ganadero y forestal, una vez terminada la guerra de la Triple Alianza (1864-1870), y por el avance de la economía de mercado (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 19).

Os rumos tomados pelo Paraguai após a Guerra tiveram um peso fundamental no processo de formação das oligarquias do país e auxiliam a compreensão de como as atuais elites se situaram na estrutura política do país. Antes do conflito, durante os regimes de Rodríguez Francia (1814-1840) e dos López – primeiro com Carlos Antonio López (1840-1862) e depois com seu filho, Francisco Solano (1862-1870) – o Estado intervinha diretamente na economia e na organização da vida nacional. Em relação às terras, especificamente, elas eram quase em sua totalidade propriedade estatal arrendadas a produtores locais. Elas eram cedidas aos camponeses sob a obrigação destes mantê-las cultivadas e povoadas, sem o direito de vendê-las. Além disso, haviam 64 fazendas diretamente administradas pelo Estado, chamadas *estancias de la patria*, que forneciam gado aos povoados mais pobres (GALEANO, 2015).

Essa forma de organização de cunho fortemente nacionalista representava uma tentativa de romper com a dependência externa do período colonial do país e estruturar um Estado forte e politicamente autônomo. Ainda que se leve em consideração o caráter centralizador e autoritário desse projeto de construção nacional (SOLER, 2007), o período dos “pais fundadores da pátria paraguaia” representou a manutenção de uma relativa homogeneidade social e de uma independência política do país (RIQUELME, 2003).

A destruição do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança, no entanto, abriu espaço para uma grande inflexão na vida política do país. Os novos rumos tomados pelo país tinham relação fundamental com a gestão da terra e foram conduzidos pelos interesses dos países vizinhos vencedores do conflito: principalmente o Brasil e, em menor medida, a Argentina.

O sistema de propriedade estatal da terra foi liquidado e os capitais estrangeiros puderam ingressar no Paraguai, revertendo as iniciativas de desenvolvimento autônomo e iniciando a constituição de grandes latifúndios, que, diferentemente de seus vizinhos regionais, até então não haviam aparecido no país. Eduardo Galeano resume o trajeto tomado pelo país da seguinte maneira:

Do Paraguai derrotado não desapareceu só a população: também as tarifas aduaneiras, os fornos de fundição, os rios fechados ao comércio, a independência econômica de vastas zonas de seu território. Dentro das

fronteiras reduzidas pelo espólio, os vencedores implantaram o livre-câmbio e o latifúndio. Tudo foi saqueado e tudo foi vendido: as terras e os matos, as minas, os ervais, os prédios das escolas. Sucessivos governos títeres seriam instalados em Assunção pelas forças estrangeiras de ocupação. Tão logo terminou a guerra, sobre as ruínas ainda fumegantes do Paraguai caiu o primeiro empréstimo estrangeiro de sua história. Era britânico, claro (GALEANO, 2015, p. 273-274, grifo do autor).

O primeiro empréstimo estrangeiro veio acompanhado da autorização de venda de terras públicas e pela centralidade do respeito à propriedade privada promulgada na constituição de 1870. O Estado se desfazia das terras em sua propriedade e passava-as para a iniciativa privada que, pela primeira vez, podia comprar terras “livremente” no país (PALAU, 2012). Essas grandes extensões de terra eram adquiridas por empresas majoritariamente estrangeiras e formavam os grandes latifúndios extrativistas e ganadeiros frente aos minifúndios campestres, caracterizando a estrutura agrária do país a partir de então. Como menciona Palau (2012),

Una vez finalizada la guerra contra la Triple Alianza, grandes extensiones de las mejores tierras fueron transferidas a manos de empresas inglesas, anglo-argentinas, francesas, brasileñas o mixtas. El territorio nacional fue repartido entre los vencedores y la gente que quedaba fue arrinconada en minifundios o explotada en regímenes esclavos o semi-esclavos por esa segunda oleada de colonizadores (PALAU, 2012, p. 97).

Os latifúndios formados no país se baseavam na exploração de madeira, de erva mate, de tanino e na pecuária (PALAU; HEIKEL, 2016). As terras onde se desenvolviam essas explorações muitas vezes eram vendidas pelo Estado com populações indígenas e campestres que as habitavam. Sem poder trabalhar livremente em suas terras, estes se viam forçados a ficarem confinados em minifúndios localizados em estreitas margens das grandes propriedades florestais e ganadeiras ou a aguentar as duras condições de trabalho nos latifúndios (ROJAS VILLAGRA, 2014).

No campo político, os interesses dessa oligarquia latifundista eram articulados por dois partidos surgidos do resultado da Guerra da Tríplice Aliança. São estes a *Asociación Nacional Republicana* (ANR) – que veio a ser mais conhecido como *Partido Colorado* – e o *Partido Liberal*, ambos fundados oficialmente em 1887. Longe de alcançarem uma estabilidade institucional, esses grupos se disputavam no poder em uma série de golpes de Estado (intra e extra partidários), guerras civis e ditaduras militares.

O fim da alternância entre os colorados e liberais veio com um golpe

de Estado em 1948, que depôs a ditadura do General Higinio Morínigo (1940-1948) e iniciou os 60 anos ininterruptos em que o Partido Colorado esteve no governo (ROJAS VILLAGRA, 2014). No entanto, a ordem política custou a ser alcançada pelos colorados. A instabilidade persistiu no país até 1954 por disputas internas entre os colorados. Entre 1948 e 1954 o Paraguai teve cinco presidentes diferentes até o golpe de Estado que colocou o General Alfredo Stroessner no poder e deu início aos 35 anos de sua ditadura militar.

3.1.2. Ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989)

Ao chegar ao poder, Stroessner estabelece seu regime com uma alta dose de repressão que incluiu greves de trabalhadores, manifestações estudantis e opositores dentro do Partido Colorado (ROJAS VILLAGRA, 2014). Essa repressão veio acompanhada de políticas clientelistas, onde programas de colonização tiveram um papel essencial.

Dando força a programas estatais de colonização e partilha de terras que haviam sido iniciados timidamente ainda em 1918 e incrementados a partir de 1936 (RIQUELME, 2003), Stroessner começou a usá-los como uma maneira mais sistemática de gerir as pressões por terras no país e ganhar apoio político. As populações camponesas que haviam sido reduzidas a zonas minifundiárias encontravam-se progressivamente empobrecidas e sufocadas entre os latifúndios ganadeiros e florestais. A ditadura de Stroessner buscou, durante a década de 1950, dissolver essa demanda por terras a partir de um programa de colonização em direção à sua fronteira leste ao mesmo tempo que angariava apoio político com essa outorga de terras (PALAU; HEIKEL, 2016).

Os primeiros camponeses a serem beneficiados foram de um grupo que havia apoiado a fração de Stroessner no Partido Colorado durante a guerra civil de 1947 (PALAU, 2012). Estes foram acompanhados por outros camponeses da região central que também recebiam terras públicas em regiões próximas da fronteira leste do país. Assim, o regime recém instalado de Stroessner buscava reduzir as pressões por terra na região central com as políticas de colonização, usando-as de forma clientelista para obter apoio ao seu regime.

Ao mesmo tempo, criava um fluxo populacional direcionado a regiões

até então entendidas como “não povoadas” (que na verdade abrigavam povos indígenas que logo sofreriam com a expulsão de seus territórios ancestrais). A colonização buscava, assim, alcançar o objetivo de controlar uma região de fronteira ainda não alcançada pelo Estado e criar uma rota internacional com entre capital do país e o território brasileiro com a fundação da cidade de *Puerto Presidente Stroessner*, hoje Ciudad del Este (PALAU, 2012).

Embora a colonização do território paraguaio tenha cumprido distintos papéis na estrutura política da sociedade paraguaia, ela aparentemente foi impulsionada no início do regime de Stroessner como uma política pouco planejada do ponto de vista econômico, orientada essencialmente para fins políticos em um primeiro momento. “*Durante la segunda mitad de la década del 50 la preocupación del Gobierno fue lograr su afianzamiento político, y no existía de hecho una intención perceptible por desarrollar un plan económico ni a nivel nacional, ni regional*” (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 22).

O processo de colonização, no entanto, foi alcançando maior complexidade ao longo do tempo. A integração com o Brasil foi ganhando mais importância ao longo dos anos 1950 e 1960 e se intensificou ainda mais a partir de 1964, com o início da ditadura militar brasileira. A ocupação do espaço fronteiro entre o Paraguai e o Brasil, nesse sentido, também foi ganhando maior relevância, fazendo com que as políticas de colonização do lado paraguaio passassem a representar cada vez mais uma *Marcha hacia el Este* para povoar a região de fronteira com o Brasil a partir da expansão da fronteira agrícola paraguaia. Essa *Marcha hacia el Este* buscava reproduzir *Marcha ao Oeste* que já havia sido posta em curso pelo governo brasileiro no centro-Oeste do país.

Paralelamente, a oligarquia latifundista passava por um processo de reestruturação produtiva. Ainda na década de 1950 iniciou-se uma crise dos latifúndios de exploração florestais, que viam o preço de seus produtos (erva mate, madeira e tanino) terem uma queda de preço ou encontrarem substitutos no mercado (ROJAS VILLAGRA, 2014). Muitos dos donos dos latifúndios florestais (como a Companhia Matte Laranjeira e a Industrial Paraguaya) entravam no mercado imobiliário para vender largas porções de suas terras. Ao mesmo tempo, ganhava espaço no Paraguai a agricultura tipo *farmer*, baseada em monocultivos extensivos, que foi absorvendo essas propriedades e aumentando a demanda por terras nas décadas seguintes (ROJAS VILLAGRA, 2014).

As mudanças na estrutura agrária paraguaia que se desenvolviam desde a década de 1950 atingem um momento crítico nos anos 1970 e realizam mudanças profundas na estrutura da sociedade paraguaia que são visíveis nos dias de hoje. A colonização estatal do Leste paraguaio iniciada no regime de Stroessner e a possibilidade do desenvolvimento de uma agricultura “modernizada” em grandes extensões de terra nessa região de fronteira possibilitaram a articulação de um lucrativo e fraudulento processo de venda de extensas porções do território paraguaio. Esse processo, cujo epicentro era o departamento do Alto Paraná, envolvia a participação das oligarquias nacionais, o avanço de populações brasileiras sobre o território paraguaio (continuando assim a Marcha ao Oeste) e a participação de empresas estrangeiras no mercado de terras. Tudo isso dependia da articulação política do regime de Stroessner e do desenvolvimento de suas práticas clientelistas.

Como descreve Rojas Villagra (2014), o regime stronista outorgou largas extensões de terras a pessoas próximas e leais ao seu regime durante todo o processo de colonização, incluindo militares, membros do Partido Colorado e empresários. Embora não se encaixassem nos padrões jurídicos dos sujeitos da reforma agrária, estes receberam porções de terra (sob o nome de “lotes ganaderos”) de 200, 1.000, 2.000 e de até mesmo 4.000 hectares de terra (ROJAS VILLAGRA, 2014). Esse foi o surgimento das terras *malhabidas*, até hoje fortemente contestadas pelos movimentos campesinos. Estima-se que tenham existido irregularidades na concessão de 6,7 milhões de hectares durante a ditadura stronista (CVJ, 2008).

As irregularidades encontradas nas concessões de terra durante a ditadura foram de três tipos: adjudicações feitas a pessoas não beneficiárias; adjudicações de mais de um lote de terra; ou adjudicações maiores do que o estabelecido por lei (CVJ, 2008). Na lista dos beneficiados ilegalmente com terras públicas durante a ditadura estão figuras conhecidas do meio político paraguaio, como os presidentes General Alfredo Stroessner e o General Andrés Rodríguez, além do empresário e ex-senador Blas Riquelme⁷. Também figura o pai do atual presidente Mario Abdo Benítez (CVJ, 2008), que atuava como secretário pessoal de Stroessner (ESPÍNDOLA, 2017). Além deles, constam militares e outros aliados do Partido Colorado.

⁷ Blas Riquelme foi individualmente o maior beneficiário de *tierras mal habidas* do Paraguai. Segundo o informe final da Comisión Verdad y Justicia, Riquelme recebeu quase 13 mil hectares de terras do governo paraguaio.

Essas terras que entraram para o mercado privado em quantidades abundantes e que foram obtidas a um custo quase nulo eram frequentemente usadas pelos seus proprietários para especulação imobiliária. Fracionava-se as propriedades em lotes e revendia-se terras que até pouco tempo eram públicas. Cresceram, assim, as “imobiliárias” destinadas a essa atividade no Paraguai.

Como havia uma abundância de terras no mercado obtidas a custos irrisórios, as propriedades colocadas à venda também tinham preços baixos, o que se mostrava um atrativo para as populações brasileiras do outro lado da fronteira (PALAU; HEIKEL, 2016). Do lado brasileiro, a expansão do monocultivo da soja nas regiões Sul e Centro-Oeste acirrava o processo de concentração de terras por grandes produtores capitalistas e pressionava pequenos e médios agricultores. Já do lado paraguaio, havia uma maior disponibilidade de terras férteis e baratas à venda, o que incentivava a migração de brasileiros para a exploração agrícola no país (PALAU; HEIKEL, 2016).

É importante ressaltar que as mudanças verificadas na década de 1970 representam uma mudança expressiva no processo de acumulação no Paraguai. As políticas de colonização, que haviam sido impulsionadas até então como forma de sustentar politicamente um regime e de alcançar objetivos militares, agora passam a ser fundamentais para sustentar o desenvolvimento de um modelo de agricultura dominado por transnacionais e voltado para a produção de *commodities* para o mercado externo, atraindo maior interesse privado. Nesse período, “*Se consolida la agricultura empresarial mecanizada en manos de extranjeros, con estrechos vínculos con el sector financiero y una producción orientada a la agroexportación*” (PALAU, 2012, p. 157). A migração brasileira para o Paraguai foi, nesse sentido, importante para sustentar esse processo.

O Estado paraguaio teve um papel expressivo na fomentação desse avanço brasileiro, propagandeado como uma política de “modernização” da agricultura do país. Em 1963, um novo Estatuto Agrário passou a permitir a venda de terras a estrangeiros na zona fronteira, sacando a proibição existente até então (ROJAS VILLAGRA, 2014). A abundância de créditos públicos destinados a médios e grandes produtores também facilitou o estabelecimento de produtores brasileiros. Por fim, os funcionários do *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) – órgão fundiário responsável pela fomentação oficial da colonização – também facilitavam a vinda de brasileiros ao atuar frequentemente como agentes imobiliários, intermediando o repasse de terras

públicas a compradores usualmente estrangeiros (PALAU, 2012, p. 322). Aos funcionários do IBR juntavam-se militares, policiais e caudilhos políticos que também lucravam com esse esquema ilícito de transações de propriedades de terras (PALAU, 2012, p. 322).

O lucrativo negócio envolvendo o traslado de populações brasileiras para a fronteira leste paraguaia é mostrada em um relato do escritor Eduardo Galeano (2006), que percorreu o departamento do Alto Paraná por algumas semanas no começo da década de 1970 disfarçado de comprador de terras. Galeano resume sua experiência percorrendo a região da seguinte forma:

Conversé con empresarios ricos y colonos pobres, viajé en camiones y en ómnibus y a caballo, a lo largo de la selva recién desbrozada, mientras deslizaba ofertas y discutía precios. Un terrateniente uruguayo perseguido por la crisis y la inestabilidad política... Comprobé, así, personalmente, que *toda esa región ya no pertenece al Paraguay*. La frontera ha saltado unos cien kilómetros por encima del río Paraná. Allí todo se dice en portugués, todo se paga o se compra en cruzeiros, *son brasileños todos los dueños de la tierra* (GALEANO, 2006, p. 166, grifo nosso).

Galeano (2006) também observa como a estrangeirização do território paraguaio que avançava na época também representava uma extensão das contradições sociais vistas em território brasileiro na Marcha ao Oeste. Não só os grandes e médios agricultores e as empresas brasileiras que se beneficiaram com a expansão da fronteira agrícola no centro-Oeste brasileiro se dirigiam para o Paraguai, mas também os camponeses pobres brasileiros deslocados nesse processo também iam para o país vizinho. Eles eram instrumentais para o primeiro processo da colonização: eram usados como mão-de-obra barata para desmatar e extrair madeira dos bosques para abrir espaço para novas áreas de cultivo agrícola. Essas duas populações brasileiras integravam o lucrativo negócio que se desenvolvia no Alto Paraná e também em Canindeyú.

El Brasil traslada, al otro lado de los ríos y las montañas que señalan la frontera, sus contradicciones sociales. ¿Quiénes son los brasileños que llegan? A la mayoría de los grandes latifundistas que han comprado tierras paraguayas, no se les conoce la cara. Pero vienen también, por millares, los campesinos pobres. Los latifundistas fraccionan total o parcialmente las tierras compradas y las venden a plazos, a través de las empresas colonizadoras y con el amparo oficial del Instituto de Bienestar Rural. Es “la reforma agraria”. Es, también, un estupendo negocio. Lo que se compra por cien, rinde diez mil. Es, también, la manera de asegurarse mano de obra barata. Los peones paraguayos no alcanzan y los colonos brasileños pobres [...] no demoran en descubrir que el dinero no es suficiente para pagar las cuotas. Quedan entonces como “medianeros”, compartiendo con los propietarios las cosechas de café, arroz, soja o lo que sea, después de haber

abierto y quemado la selva con sus brazos y después de haber preparado, con sus brazos, las tierras para el cultivo y las pasturas para echar ganado. O, más frecuentemente, terminan vendiendo su fuerza de trabajo a los propietarios grandes y medianos, a cambio de jornales miserables. (GALEANO, 2006, p. 168)

Esses brasileiros pobres que não conseguiram adquirir propriedades de terra e que trabalhavam em condições precárias nas propriedades rurais tiveram dificuldades em permanecer no Paraguai. Depois de terem sido empregados na conversão das matas em terrenos agrocoltiváveis, muitos deles acabaram retornando ao Brasil a partir da década de 1980 (WAGNER, 1990). Foi justamente para designar essa parcela de brasileiros que não havia encontrado condições de sustento nem no Brasil nem no Paraguai que o termo brasiguai foi originalmente utilizado. Segundo Wagner (1990), o termo pode ser atribuído pelo deputado brasileiro Sérgio Cruz que, ao se referir a um grupo de brasileiros que havia retornado do Paraguai, disse: “vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria” (WAGNER, 1990, p. 11).

Os principais brasileiros beneficiados da política de colonização de Stroessner foram, em sua maioria, agricultores vindos da região sul do país para aproveitar a oportunidade de aquisição de propriedades de terra a preços irrisórios em regiões paraguaias na fronteira com o Brasil e a oferta de crédito e outros incentivos por parte do governo do Paraguai (WAGNER, 1990; ALBUQUERQUE, 2005). São esses proprietários brasileiros – hoje também conhecidos como brasiguaios – que se inseriram entre os grupos dominantes da sociedade paraguaia e produzem monocultivos para exportação em grandes lotes de terra.

A *Marcha hacia el Este* iniciada ainda na década de 1950 e impulsionada pelo negócio de vendas de terras a agricultores e empresas brasileiras na década de 1970 passa por uma mudança nos anos 1980. O ciclo de ocupação de terras públicas vai se encerrando até não restar terras fiscais em meados da década (PALAU, 2012).

O esgotamento da colonização pública também coincidiu com outros fatores que fragilizaram e empobreceram o campesinato do país e deram início às grandes ocupações de terras e mobilizações camponesas que viriam a figurar no cenário político do país a partir de então. São esses fatores: a expulsão de famílias camponesas de suas terras para a construção da usina hidrelétrica de Itaipú; a redução da mão-de-obra assalariada camponesa empregada no processo de colonização; a

demissão de trabalhadores barrageiros com o término de Itaipú; e a queda dos preços do algodão no mercado internacional.

As desapropriações de terra para a construção da Usina de Itaipu alcançaram um grande contingente populacional. De acordo com estimativas não oficiais, cerca de 4.000 famílias de agricultores foram desalojadas dos 532 km² de áreas de inundações ou de áreas de reserva criadas pela Itaipu Binacional do lado paraguaio (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 24). Parte dessas famílias aumentaram o número de sem-terra do país.

A redução da necessidade de mão-de-obra na colonização das terras da fronteira leste também impactou o setor campestre. Os campestres paraguaios que haviam trabalhado como empregados assalariados nas primeiras etapas do processo de colonização (assim como os campestres pobres brasileiros) agora eram dispensados por seus patrões. Com as terras já prontas para o cultivo agrícola mecanizado, os campestres paraguaios perdiam seus empregos (PALAU; HEIKEL, 2016).

Dispensas em massa de mão-de-obra assalariada também vieram com as conclusões das obras da Usina de Itaipu, no começo da década de 1980. Campestres de famílias minifundiárias e empobrecidas de diferentes partes do país haviam se deslocado para trabalhar como barrageiros para melhorar suas condições de vida. Muitos desses se encontravam então sem empregos e sem terras (PALAU; HEIKEL, 2016, p. 24).

Um último fator que empobreceu fortemente o campestre paraguaio no período foi a queda dos preços do algodão. Essa cultura havia representado uma importante fonte de ingressos para uma parcela significativa do campestre, que adotou o cultivo da fibra com a disparada do preço do algodão nos mercados internacionais após o choque do petróleo em 1973 (PALAU, 2012). Ao contrário da maioria das culturas da agroexportação, a produção de algodão se mostrou adaptável às características do campestre paraguaio e de suas parcelas pequenas de terras. Uma parte do campestre ingressou rapidamente no mercado e na cadeia do agronegócio, substituindo seus cultivos de autoconsumo pelo monocultivo do algodão e adotando a aplicação de agrotóxicos (PALAU, 2012).

O auge da produção algodoeira campestre, no entanto, durou pouco tempo. No começo da década de 1980 o preço da fibra sofre uma queda nos mercados internacionais, quebrando muitos dos pequenos produtores que haviam migrado para

o algodão e comprometendo as condições de subsistência de suas famílias (PALAU, 2012).

Todos esses fatores contribuíram para um empobrecimento e uma marginalização do campesinato paraguaio. Sem terras ou em minifúndios e com escassas oportunidades de trabalho assalariado, os camponeses viam desaparecer a possibilidade de adquirir terras à medida em que as terras fiscais na fronteira paraguaia iam se esgotando. A expansão da fronteira agrícola ia chegando ao fim e ficava claro que uma imensa parcela do setor camponês havia ficado às margens do processo. Começam, nesse período, as grandes ocupações como a principal estratégia para conquistar terras.

Iniciadas ainda nos anos 1970, as ocupações se tornam mais frequentes na década seguinte. Elas se davam na forma de “ocupações espontâneas” de grandes latifúndios (de propriedade paraguaia ou estrangeira) que haviam sido conservados ociosos para fins especulativos (PALAU; HEIKEL, 2016). Entre 1983 e 1986, cerca de 60 ocupações envolvendo 15 mil famílias camponesas ocorreram no Paraguai (FOGEL, 2005). Embora essas ocupações fossem organizadas e eficientes, elas voltavam para sua atomização social e individualismo após as conquistas das parcelas familiares (FOGEL, 2005).

Essas ocupações de terra estavam, nessa etapa, estreitamente ligadas à lógica partidária e prebendária do regime stronista. Como demonstram Palau e Heikel (2016), o Partido Colorado era a única instituição que de fato se encontrava no encargo dessas ocupações. Por meio de suas seccionais e subseccionais, o partido se apresentava como articulador das demandas por terras dos camponeses desde o início das ocupações. O IBR, como instituição oficial fundiária, “chega tarde”, quando a ocupação já se deu, e prossegue administrando a situação das famílias já assentadas, desmobilizando os agentes camponeses (PALAU; HEIKEL, 2016).

O regime stronista obtinha, assim, uma capacidade de gerir as insatisfações sociais que ele mesmo havia sido responsável por criar. Ele não só conseguia desmobilizar ocupações de terras camponesas – com o envolvimento incipiente do Partido Colorados entre os ocupantes e com a chegada posterior do IBR – como também angariava lealdades políticas para o partido e para o governo nesse processo (PALAU; HEIKEL, 2016). No entanto, a articulação clientelista e prebendária coloradista-stronista tinha claras limitações, uma vez que ela se propunha somente a gerir as demandas por terras que se formavam em ocupações para tentar garantir a

ordem social no regime, e não a resolver o problema de terras camponato. O panorama geral na época era de crescimento e organização das lutas pela terra de populações camponas empobrecidas e, simultaneamente, de uma progressiva crise na ordem política do regime (explorada em mais profundidade no subcapítulo seguinte).

É importante notar que nesse período havia também iniciativas que iam além da cooptação clientelista do regime de Stroessner. A década de 1980 foi o período em que começaram a se formarem organizações camponas com claras orientações sociopolíticas e propostas de transformação social mais bem formuladas. Ainda eram movimentos geograficamente localizados, politicamente apartados entre si e com ações fortemente limitadas pela repressão da ditadura stronista, porém tinham importância para fortalecer uma identidade campona (cultural, linguística e política) a partir da luta pela terra (FOGEL, 2005).

Nessa época, as mobilizações camponas no Paraguai haviam recém passado por um episódio traumático de repressão estatal. Em 1976, as Ligas Agrárias Cristãs – uma importante iniciativa de luta pela terra, de educação popular e de economia comunitária que estava se articulando nacionalmente – foram duramente exterminadas pela ditadura no que ficou conhecido como Páscoa Dolorosa (TELESCA, 2014). Ainda assim, o camponato paraguaio achou uma forma de seguir contestando o autoritarismo do regime de Stroessner e os latifúndios formados no país com as ocupações de terras. Segundo Ramón Fogel (2005), as ocupações eram justificadas com argumentos morais e jurídicos. Os morais “*enfaticaban el derecho básico, universal, a la subsistencia*” (FOGEL, 2005, p. 96). Já no lado jurídico, eram reivindicados os dispositivos legais que estabeleciam esse direito das famílias camponas à terra, dispostos na constituição do país (FOGEL, 2005).

3.1.3. Paraguai contemporâneo (1989-presente)

A década de 1990 veio com processos contraditórios para as populações camponas do país. Por um lado, o regime de Stroessner havia chegado a um fim em 1989 e havia dado início a uma abertura política, com maiores liberdades de expressão e organização. Ainda que repleto de incoerências (como será visto em maior profundidade no subcapítulo posterior), o início do “período de transição para a

democracia” representou uma oportunidade para os camponeses organizarem suas demandas, realizarem marchas e ocupações de latifundiários e contestar as fraudes nas adjudicações de terras cometidas durante a ditadura (MORAES; VIEIRA, 2015). No mesmo dia em que se iniciou a transição democrática, milhares de sem terras participaram da ocupação de dois latifúndios improdutivos, um de 5 mil e outro de 10 mil hectares (NÚÑEZ, 2013), sinalizando para a massificação das ocupações de terras que se seguiria à queda do regime stronista.

Por outro lado, o regime pós-Stroessner veio com políticas que agravaram o processo de empobrecimento camponês em curso no país. Com o governo do general Andrés Rodríguez (1989-1993) houve um corte nos preços preferenciais da fibra de algodão, o que significou o fim definitivo do cultivo como forma de ingresso para os produtores camponeses já em crise (PALAU, 2012). O governo seguinte, de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998) implementou um programa de privatizações que acabaram retirando o já escasso apoio do governo paraguaio aos pequenos produtores. Os silos do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG) – que até então eram uma opção para os camponeses para estocarem parte de sua produção e aguardar por melhores preços no mercado – foram liquidados pelo governo (PALAU, 2012).

Os pequenos agricultores que haviam conseguido se inserir mais intensamente no mercado a partir da produção hortícola, frutífera e granjeira também passaram por uma retração durante os governos dos anos 1990. Nesse período, o aumento da entrada desses produtos no mercado paraguaio (com preços mais baixos e melhor qualidade) afetaram os agricultores nacionais, que produziam sem políticas públicas de crédito e de melhoramento tecnológico (PALAU, 2012, p. 158).

Assim, como colocado por Fogel (2005), rapidamente ficou claro para os movimentos camponeses que a transição política não representaria uma maior capacidade de representação política do camponês na esfera estatal. A democracia paraguaia havia chegado com um golpe intrapartidário, levado a cabo por um militar vindo do círculo de confiança de Stroessner e que representava um setor importante do partido colorado. Antes de mais nada, a queda do regime representava um ganho de poder para os grupos oligárquicos e empresariais forjados pela própria ditadura. A resposta do camponês nesse contexto foi a intensificação da luta pela terra e a sua organização em nível nacional (FOGEL, 2005).

O período após a queda de Stroessner ainda representaria a expansão

da população brasileira e da agricultura empresarial exportadora no Paraguai com a exploração pecuária do Chaco e com a posterior disseminação dos cultivos transgênicos. O avanço dos brasiguaios tiveram um papel preponderante nesse processo. Como aponta Tomás Palau (2015), a partir da década de 1990

[...] se empieza a insinuar un nuevo rebrote de la inmigración brasileña, esta vez hacia el Alto Paraguay, en el Chaco, pero con fines principalmente pecuarios, aunque igualmente ruinosa para los frágiles recursos naturales de esa zona chaqueña. Ya a comienzos del nuevo siglo, *se produce la segunda oleada de la penetración del capitalismo agrario con la soja, pero esta vez sobre la soja genéticamente modificada* a partir del ciclo agrícola 1999-2000. Ahora sí, la infraestructura para la exportación está montada y controlada por grandes corporaciones proveedoras de insumos y dedicadas a la agroexportación. Sin disponibilidad de tierras fiscales en esta ocasión, *la frontera de la soja se expande sobre tierras campesinas, sobre campos ganaderos reconvertidos y sobre lo que resta de monte* (PALAU, 2015, p. 485-486, grifo nosso).

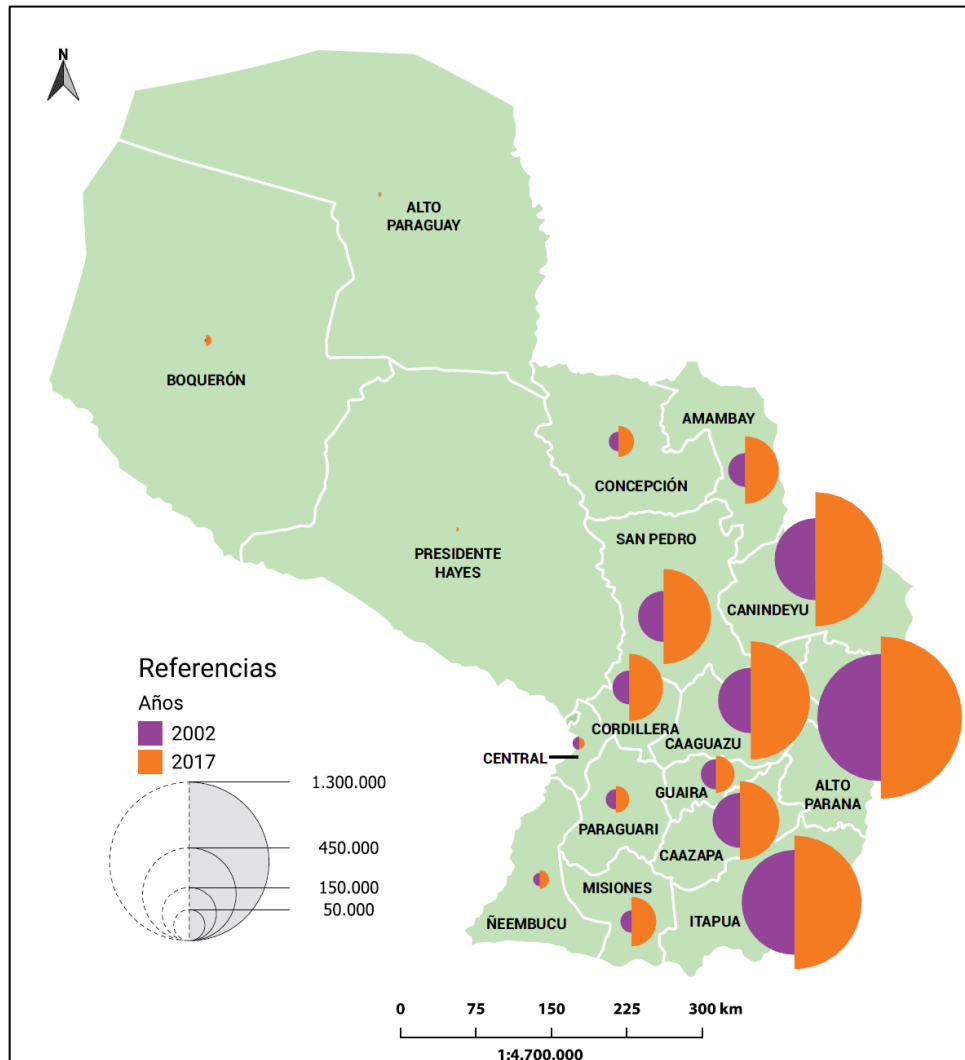
Essa segunda onda de expansão da agricultura empresarial, impulsionada pelo cultivo de transgênicos, foi iniciada com o contrabando de sementes no país: embora o Paraguai legalmente não permitisse o uso de sementes biotecnológicas no país até 2004 (MORÍNIGO AGUAYO; ACHINELLI BÁEZ; BARRIOS LEIVA, 2018), a soja transgênica já havia sido introduzida na safra de 1999/2000 (PALAU, 2012). Ainda que atualmente existem normas que estabeleçam que parte da produção seja feita com sementes convencionais, é possível que quase 100% do cultivo seja transgênico (MORÍNIGO AGUAYO; ACHINELLI BÁEZ; BARRIOS LEIVA, 2018).

Desde o início do cultivo transgênico, a superfície de cultivo da soja vem crescendo vertiginosamente. Em 1999, a soja ocupava 1,2 milhão de hectares no Paraguai. Dez anos depois essa área já havia mais que duplicado de tamanho, ultrapassando 2,5 milhões de hectares. Outros dez anos mais tarde, já em 2019, a área de cultivo de soja chega a 3,5 milhões de hectares, ocupando quase três vezes mais território do que em 1999 (CAPECO, 2020).

A expansão da área de soja segue impulsionando a expansão da área de cultivo do agronegócio em geral sobre toda a região oriental do país. Como pode ser visto na figura abaixo, a agricultura empresarial tem aumentado sua área de cultivo nos últimos anos nos departamentos da fronteira leste, onde já tinha uma presença territorial enorme (em especial os de Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú) e avançado também sobre outros departamentos do Paraguai oriental (principalmente Amambay, San Pedro, Caaguazú, Caazapá, Misiones e Cordillera). Ao observar a localização

desses departamentos no mapa, nota-se um alastramento do agronegócio da fronteira leste do país para os departamentos mais ao Oeste, avançando para o centro do país.

Figura 1 – Comparação da superfície ocupada pelo agronegócio (2002-2017)



Fonte: AVILA SCHMALKO; SARTA, 2018.

Entre os departamentos que têm registrado um maior crescimento da área de cultivo do agronegócio há departamentos com expressivas populações campesinas que vêm perdendo rapidamente seus territórios. San Pedro, Caaguazú e Canindeyú são os casos mais preocupantes: estão entre os departamentos que concentram maior habitações rurais (DGEEC, 2017), vêm tendo as maiores reduções nas áreas de cultivo da agricultura familiar campesina (AVILA SCHMALKO; SARTA, 2018) e tem mais de 40% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (DGEEC, 2017).

Não por acaso, esses departamentos também apresentam frequentes

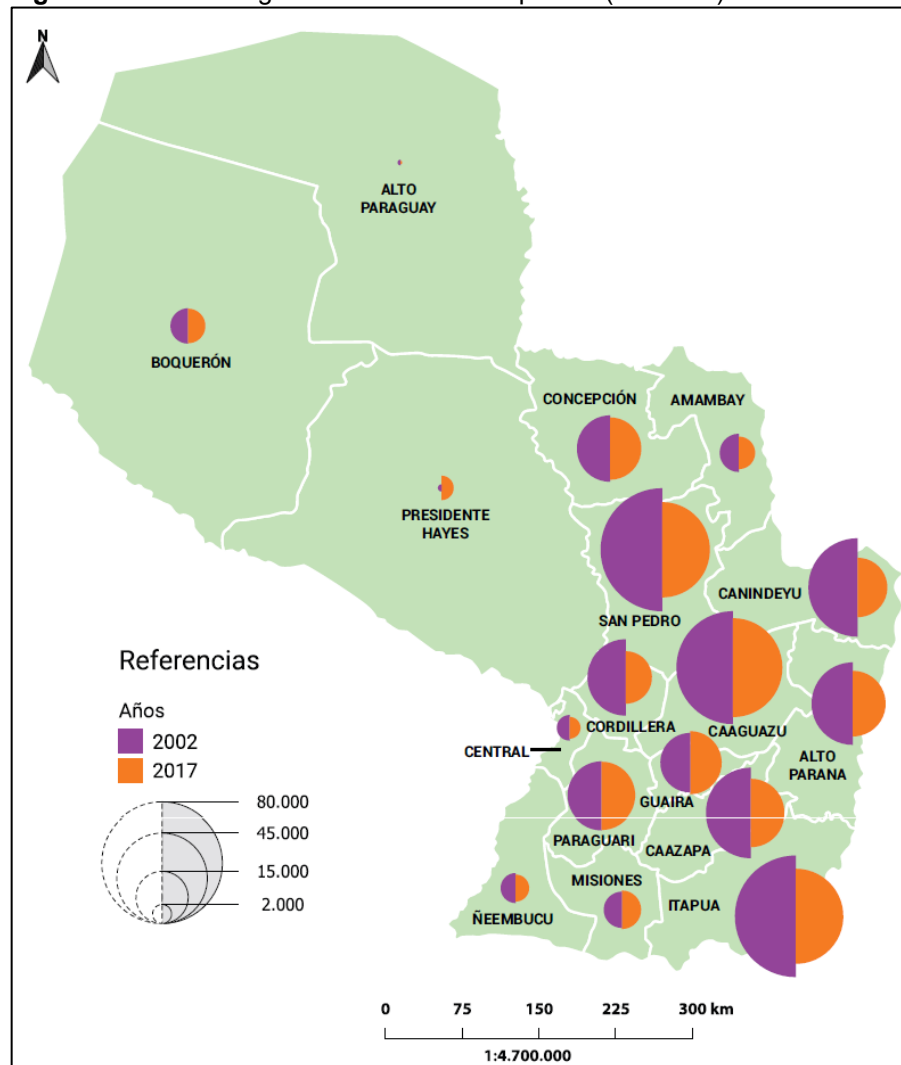
casos de violência a comunidades camponesas. Em um informe do *Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica* (IPDRS) sobre conflitos rurais na América do Sul foram registrados nove conflitos de terras contra comunidades camponesas no Paraguai no ano de 2018 (ROJAS VILLAGRA, 2019). Houveram dois casos no departamento de Canindeyú (ambos envolvendo violência por parte de civis armados), dois em San Pedro (um com ameaça de desalojamento por ordem judicial e outro envolvendo a ação violenta de policiais e de civis armados), outros dois em Caaguazú (um com violência policial e outro com violência civil) e um em um assentamento na divisa entre os departamentos de Canindeyú e San Pedro (onde houve tentativa de desalojamento). Houveram também um caso registrado em Alto Paraná e outro em Itapúa (ROJAS VILLAGRA, 2019).

Os casos em Canindeyú tiveram desfechos particularmente violentos. Em um deles, o jovem indígena avá guaraní Isidro Barrios, da comunidade *Takuara'i*, foi desaparecido e supostamente executado por civis armados a mando de produtores brasileiros. O outro caso culminou no assassinato de María Esther Riveros, também por pistoleiros (ROJAS VILLAGRA, 2019). A partir do relatório da IPDRS e de verificação externa, é possível verificar que em todos os nove casos de violência registrados há envolvimento direto ou indireto de produtores brasileiros de soja (seja por acusações de violência por civis armados, seja por disputas judiciais por terras).

Esse avanço violento dos produtores de soja sobre o território paraguaio é o que vem caracterizando o país desde o fim da década de 1990. Como colocado por Soler, a introdução da soja transgênica no país “*no ha hecho más que acelerar el conflicto campesino, al expulsar de sus lugares de origen a 400.000 campesinos. En un país consistentemente agrario, la soja reavivó el problema de la tierra y aceleró los procesos de migración*” (SOLER, 2011, p. 38).

O que se vê atualmente na estrutura agrária paraguaia é uma população camponesa ilhada em territórios cada vez mais expostos ao avanço da agricultura empresarial. Como se vê na figura a seguir, a agricultura familiar camponesa vem perdendo cada vez mais espaço nos últimos anos, com a área de cultivo em departamentos como Canindeyú, San Pedro, Itapúa, Cordillera e Cazapá declinando rapidamente.

Figura 2 – Área de agricultura familiar campesina (hectares)



Fonte: elaborado por AVILA SCHMALKO; SARTA, 2018.

Essa perda de espaço para os territórios campesinos é a expressão recente de um longo, contínuo e fraudulento processo de expropriação de terras que vêm negligenciando as populações campesinas paraguaias, que buscou ser demonstrado neste subcapítulo. Foi nesse processo que se gestaram os principais grupos de poder do Paraguai, como visto a seguir.

3.2 A ESTRUTURA DE PODER NO PARAGUAI

As transformações agrárias vistas anteriormente foram cruciais para a formação dos grupos dominantes paraguaios e para as formas de dominação social na sociedade que operam no país. Essa estrutura de poder influi enormemente nas perspectivas do campesinato paraguaio para o futuro. Portanto, ela será analisada a

seguir em três partes. Primeiro, serão descritas as bases da forma de dominação stronista, ainda muito influentes no cenário atual. Após, serão consideradas as mudanças políticas desde a caída da ditadura de Stroessner até os dias de hoje. Por fim, serão abordados os quatro grupos de poder no Paraguai atual: os latifundistas, os empresários, os narcos e as multinacionais.

3.2.1 Bases do stronismo

A forma de governo do longo regime militar de Alfredo Stroessner teve um peso expressivo na formação das elites do país e deixou marcas profundas na estrutura de poder no Paraguai contemporâneo. A manutenção colorada no poder após os 35 anos do governo ditatorial de Stroessner confere um continuismo particular ao país: *“El Paraguay tiene la exclusividad poco grata de ser el único país de la región en el que, luego de la caída de la dictadura militar, siguió gobernando el mismo partido político que la sostuvo”* (DURÉ et al, 2012, p. 17).

O peso do stronismo é, nesse sentido, particularmente forte: a forma como o chefe de Estado que governou por mais tempo na história latino-americana (SOLER, 2011) estruturou seu regime seguiu influenciando a política paraguaia. *“Al irse Stroessner [...], se quedaron los stronistas; se fue un hombre y se quedó todo un sistema de poder”* (DURÉ et al, 2012, p. 17). Tal continuidade não significa, de forma alguma, que a vida política paraguaia funcione hoje da mesma maneira que funcionava sob o regime de Stroessner. Significa, antes de tudo, que as formas de dominação na sociedade paraguaia atual ainda são tributárias do stronismo, buscando articula-lo de distintas maneiras no contexto político atual.

Como observado por Soler (2011), o regime stronista se insere no largo histórico da política paraguaia de períodos autoritários e de ausência de alternância partidária, intercalados com períodos de alta instabilidade. Quatro presidentes paraguaios – os “pais fundadores” José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antônio López e Francisco Solano López e o general Alfredo Stroessner – somaram 97 anos de governo. Já em outros momentos, viu-se uma sucessão de governos frágeis que eram forçados a abandonar seus postos. Entre 1935 e 1954, por exemplo, o Paraguai viu 12 governantes ocuparem a cadeira da presidência até o início da ditadura stronista (SOLER, 2011).

Ao chegar ao poder, em 1954, Stroessner ancorou seu regime em

uma aliança entre as Forças Armadas, o Partido Colorado e o governo. Esse “triângulo stronista”, descrito por Benjamín Arditi (1989), tinha seu líder operando como eixo articulador das três partes. O stronismo funcionava a partir de uma lógica clientelista, que intercambiava obediência ao regime por “favores” possibilitados pelo controle da máquina estatal (como acesso a serviços e cargos públicos). Esse clientelismo era acompanhado por práticas sistemáticas de repressão, justificadas por uma retórica anticomunista e protegidas internacionalmente pelo contexto de Guerra Fria. Para uma boa parcela da oposição, essa postura significou o extermínio, a perseguição e a tortura.

Esse eficaz sistema de cooptação e repressão stronista (SOLER, 2011) serviram para desmobilizar a sociedade civil paraguaia e gerar um consenso passivo na população que perpetuava seu governo. Como coloca Arditi, “*se fomentó un sentimiento generalizado de impotencia y vulnerabilidad en la población. El miedo y la creencia en la futilidad de toda iniciativa son excelentes disuasivos para la acción opositora en cualquier latitud*” (ARDITI, 1989, p. 26).

O stronismo também reproduzia a combinação de estratégias de cooptação e repressão no sistema partidário/eleitoral como forma de se manter no poder. Uma manobra política colorada nos anos 1960 atraiu parte da oposição para a participação eleitoral (ARDITI, 1989) em um sistema político fraudulento e desigual que servia para dar uma fachada democrática para a ditadura stronista sem nunca ameaçar a hegemonia do Partido Colorado (FRIGGERI, 2017). Os que não se conformavam com o sistema eleitoral ou desafiavam o regime eram alvo da repressão anticomunista do stronismo.

Outro fator que teve um peso expressivo para a sustentação do stronismo foi o crescimento de um empresariado estreitamente ligado ao regime e ao capital financeiro. Sua formação é tributária da expansão e enriquecimento de uma elite ligada à terra vista na *Marcha hacia el Este*. Esse empresariado se beneficiou com o cenário de crescimento econômico financiado com empréstimos internacionais e com o fortalecimento do intervencionismo estatal vistos no Paraguai a partir da década de 1970 (SOLER, 2011).

Tinha-se, assim, um empresariado tímido, profundamente ligado à propriedade da terra e à agroexportação, dependente do capital financeiro e da prestação de serviços ao Estado (sendo os “barões da Itaipu”, que participaram da construção da usina, a expressão maior desse último ponto).

Ironicamente, foram os novos grupos econômicos criados pelo próprio stronismo que acabaram desempenhando um papel crucial na deposição do ditador. O crescimento econômico no qual essas elites haviam prosperado entra em crise nos anos 1980, com a conclusão da construção da Usina de Itaipu e com a queda do preço das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional. Essa desaceleração dissemina críticas por parte dessa nova elite econômica em relação ao “anacronismo” da economia estatista, dirigista e protecionista de Stroessner em um contexto em que as reformas neoliberais avançavam na América Latina (SOLER, 2014).

A debilitação do regime stronista, por não conseguir manter o mesmo crescimento econômico de anos anteriores, foi agravada pelo “anacronismo” do ditador também no contexto político mundial e regional. O mundo saía da visão bipolar da Guerra Fria e as ditaduras militares de direita na América Latina (que haviam sido utilitárias até então) iam, pouco a pouco, cedendo espaço para uma abertura democrática na região. A retórica anticomunista de Stroessner ia perdendo sua utilidade e a faceta militar e autoritária de um regime de mais de três décadas ia progressivamente se tornando uma inconveniência no âmbito internacional.

Como avalia Benjamin Arditi (1989), logo após a caída de Stroessner, “[...] *la apertura política es una condición para la inserción del país en la comunidad internacional y en proyectos de integración económica regional*” (ARDITI, 1989, p. 27). O autor continua, observando como o governo de transição buscava dar uma resposta às transformações do contexto internacional, algo que o stronismo se mostrava incapaz de fazer:

En la coyuntura actual, el gobierno paraguayo tiene la ventaja que los principios que enuncia coinciden con sus intereses políticos. Modernidad, libertades públicas y democracia son los ejes de su discurso público, tal como orden, anticomunismo y culto al líder eran los del “stronismo” (ARDITI, 1989, p. 28).

Antes de sua deposição, Stroessner ainda tentou remediar a fragilização política e econômica do seu regime com uma série de afastamentos de líderes militares e reestruturações políticas, porém acabou acirrando os tensionamentos internos e desmontando o “triângulo stronista”. A ditadura de Stroessner chegou ao fim em 1989 com um golpe de Estado de uma facção dissidente do Partido Colorado e das Forças Armadas. A liderança do golpe é feita pelo militar e colorado General Andrés Rodríguez, que assume como presidente interino.

3.2.2 Transição circular e stronismo sem Stroessner

A derrocada de Stroessner dá início a um período de “transição democrática” repleto de contradições (a começar pelo golpe militar e intrapartidário que o iniciou). Essas contradições fazem com que a transição à democracia aparente ser sempre inconclusa, incapaz de livrar-se do legado do stronismo e da larga dominação política do Partido Colorado.

José Morínigo (2002), denominou essa aparentemente eterna transição à democracia de “transição circular”, termo reempregado posteriormente pela autora Lorena Soler (2014). Para Morínigo (2002), o processo de transição no Paraguai ganhava um caráter circular porque o sistema político paraguaio ia se acercando cada vez mais do seu ponto de partida (o regime stronista), ao invés de se distanciar dele. Nas primeiras eleições presidenciais da transição, três meses após o golpe que destituiu Stroessner, foram utilizadas as mesmas leis e processos eleitorais que haviam favorecido a perpetuação do ditador e do Partido Colorado no poder (MORÍNIGO, 2002). Usava-se, embora com algumas diferenças, a mesma estratégia stronista de legitimação do governante político e de um partido a partir de eleições distorcidas.

Os resultados das eleições presidenciais de 1989 foram desanimadores. O Gral. Rodríguez, autor do golpe e então presidente interino, foi eleito, mantendo a governo do lado colorado. Os quatro governantes posteriores também foram todos do Partido Colorado: Juan Carlos Wasmozy (1993-1998), Raúl Cubas Grau (1998-1999), Luis Ángel González Macchi (1999-2003) e Nicanor Duarte Frutos (2003-2008).

Esses presidentes que sucederam Stroessner não chamam a atenção somente por continuarem sendo do Partido Colorado, mas também por representarem um perfil semelhante. Com exceção de Nicanor Duarte, todos haviam sido próximos ao regime de Stroessner e haviam enriquecido como empresários por seus negócios e vínculos (lícitos e ilícitos) com o setor estatal (ROJAS VILLAGRA, 2014). Esses representavam o “*empresauriado*” nascido no seio da ditadura stronista e que ganhava espaço na transição. Juan Carlos Wasmosy, que teve seus negócios catapultados com contratos da construção de Itaipu, foi para muitos a expressão máxima desse perfil presidencial dos anos 1990 (SOLER, 2011; PALAU, 2012).

O Gral. Andrés Rodríguez também possuía um perfil semelhante,

embora não ostentasse a mesma imagem de empresário. Ele foi o maior beneficiado com terras *malhabidas* durante a ditadura, com 12.891 hectares adjudicados a ele (PALAU, 2018). Além disso, foi o membro do governo encarregado de gerir as atividades de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas no regime stronista (PALAU, 2012). Seu governo, que inaugurava o período de transição, combinava uma abertura política – permitindo o retorno de muitos exilados – com medidas econômicas heterodoxas de estímulo à economia (SOLER, 2011).

Com o presidente seguinte, Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), ingressou em um programa de privatizações e de abertura econômica, seguindo os outros tantos países latino-americanos na década de 1990 que buscavam adotar as diretrizes neoliberais do Consenso de Washington (SOLER, 2011). Essas reformas acompanharam a maior crise financeira da história do Paraguai, derrubando todos os índices econômicos no país e deixando as famílias camponesas em uma situação crítica (SOLER, 2011).

O governo seguinte, de Raúl Bras Cubas, expôs ainda mais as fragilidades e incapacidades do sistema político montado após a ditadura. Ainda que mantivesse o poder com os colorados, o governo não conseguia replicar a ordem social e estabilidade do regime de Stroessner e nem acalmar as divisões internas do partido, evidenciando uma fissura existente na forma de dominação da sociedade paraguaia. Em um conturbado contexto político que aproximou o Paraguai de uma guerra civil, o vice-presidente Luis Argaña foi assassinado a tiros em um atentado nas ruas de Assunción no dia 23 de março de 1999. Foram apontados como principais suspeitos o presidente Raúl Cubas Grau, que havia assumido a presidência no ano anterior, e seu principal aliado político, o militar conservador Lino Oviedo, que havia realizado uma tentativa frustrada de golpe de Estado anos antes (SOLER, 2011).

O assassinato de Argaña e a crise política que a envolvia coincidiu com mobilizações massivas dos movimentos camponeses, que se dirigiam à capital paraguaia para protestar contra o endividamento e empobrecimento do camponeses. As manifestações camponesas rapidamente se inseriram na série de protestos que eclodiam em Assunção e que ficaram conhecidos como o *Marzo Paraguayo*. Após diversos episódios de forte repressão (que incluiu o assassinato de manifestantes) e de resistências violentas dos manifestantes atacados, a crise política terminou com a renúncia do presidente Cubas e com o então presidente do congresso Luís Ángel Macchi assumindo o mandato até 2003 (SOLER, 2011; NÚÑEZ, 2013).

O *Marzo Paraguayo* de 1999 representou uma mobilização massiva da população, contanto com uma atuação determinante do setor campesino. Embora a organização popular tenha conseguido a destituição de Cubas e, simultaneamente, preservar as instituições paraguaias de um golpe de Estado, o episódio não se traduziu em uma transformação política mais ampla, visível na vitória do colorado Nicanor Duarte Frutos nas eleições de 2003. De uma forma geral, a década seguinte à caída de Stroessner foi marcada muito mais por uma desilusão com a política do que pela construção de um país democrático. No entanto, ela também ruiu com a legitimidade dos grupos dominantes do Paraguai.

En la década de 1990, Paraguay vivió el agotamiento del Estado clientelista y prebendario al servicio del Partido Colorado – que en gran medida sobrevivió a la caída de Stroessner – y se abrió una disputa por la hegemonía del proceso político, signada por sucesivas crisis, intentos de golpe de Estado, magnicidios, elecciones fraudulentas y no pocas movilizaciones populares. Sin embargo, estas disputas protagonizadas por las direcciones políticas tradicionales provocaron mayores frustraciones sobre las expectativas de cambio de gran parte de la ciudadanía (RICHER, 2012, p. 5-6).

Como observa Soler (2014), o *marzo paraguayo* tornou mais visível a crise de representatividade dos partidos tradicionais e da própria ordem política paraguaia, abrindo uma brecha que permitiria a eleição de Fernando Lugo. Segundo a autora, “*la coyuntura específica de marzo de 1999 [...] abrió paso a un nuevo contexto político de debilitamiento del Partido Colorado, lo que casi una década más tarde habilitó el triunfo electoral de Lugo, ex-obispo de San Pedro*” (SOLER, 2014, p. 77).

A administração interina de Macchi foi seguida pelo o governo do também colorado Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) – que só confirmou a crise de dominação política com a sua tentativa frustrada por mobilizações sociais de modificar a constituição nacional para permitir sua reeleição. Com o fim do governo de Duarte, encerrou-se também os 61 anos de liderança ininterrupta do Partido Colorado sobre o poder executivo.

Em um país marcado por um sistema eleitoral fraudulento e assimétrico e pela ocorrência de golpes de Estado, a hegemonia do partido que havia se perpetuado no poder surpreendentemente foi quebrada pelo voto popular com a vitória de Lugo. No entanto, o resultado das eleições presidenciais de 2008 trazia uma série de novidades que iam além da vitória de um candidato não pertencente ao Partido Colorado. Um ex-bispo, comprometido com as lutas campesinas, sem vínculo

prévio com os partidos tradicionais, forças armadas ou o empresariado paraguaio e que não havia ocupado nenhum cargo eleitoral até então. Como comenta Soler,

Sin dudas, el “fenómeno” político posee un conjunto de aditivos que lo convierten en atractivo e inédito. No había sucedido antes en el mundo que un obispo llegara a la Presidencia de la República, ni que en Paraguay asumiera *un presidente ajeno al sistema político y a las Fuerzas Armadas* ni que, *como si fuera poco, este contara con el apoyo de movimientos sociales, movimientos campesinos y partidos de izquierda* (SOLER, 2011, p. 28, grifo nosso).

O ineditismo da chegada de um candidato com o perfil de Lugo à presidência se deu, no entanto, como resultado de um longo processo de articulação e maturação política. Para derrotar eleitoralmente o Partido Colorado, foi preciso juntar diversas forças de oposição de diferentes áreas do espectro ideológico em um esforço que resultou na criação da *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC). A aliança eleitoral contava com o *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA) como um membro essencial: a estrutura partidária do segundo maior partido do Paraguai deu a Lugo a chance de disputar as eleições com condições de acompanhar o processo eleitoral e evitar fraudes (RICHER, 2012). No entanto, as posições ideológicas dos liberais – que progressivamente se tornam quase indistinguíveis dos seus adversários colorados – contrastavam com as forças de esquerda que compunham a *Alianza Patriótica para el Cambio*.

O equilíbrio dessa heterogênea aliança resultou em uma posição moderada de Lugo desde a campanha eleitoral. Ele buscou apresentar-se como o candidato do consenso e da unidade, embora ainda mantivesse a reforma agrária (questão intolerável para os grupos dominantes paraguaios) como principal promessa de campanha.

Fernando Lugo logró posicionarse por sobre las partes (“*el candidato del consenso*”, o su célebre autodefinición ideológica: “*justo en el medio, como la ranura de un poncho*”). En dicha dirección, mantuvo negociaciones políticas que iban desde los movimientos campesinos más radicalizados hasta Lino Oviedo y presentó un discurso de unidad cuyo eje central era, como muchas veces en la historia, lograr erradicar al Partido Colorado del gobierno (SOLER, 2011, p. 42).

A dificuldade para equilibrar as diferentes forças que proporcionaram sua candidatura ainda foi agravada com os resultados das eleições no poder legislativo. Diferentemente do triunfo de uma força progressista no poder executivo, o Congresso Nacional (que ganhou poderes expressivos na constituição aprovada 1992) saiu das eleições de 2008 conformado por uma ampla maioria de partidos

conservadores. No senado, Lugo contou com uma composição de 42 senadores de de direita (sendo 15 colorados e 14 liberais), 2 de centro-esquerda e 1 socialista (DURÉ et al, 2012).

Tanto o legislativo baixo controle majoritário da oposição quanto ao poder judicial conservador formado por décadas de governos colorados impuseram fortes amarras ao governo de Lugo, assegurando a manutenção de boa parte do aparato estatal (PALAU, 2012). Além da resistência no judiciário e no legislativo, a divisão de cargos políticos dentro do próprio executivo (para acomodar interesses de aliados políticos de diferentes partidos) enfraqueceu as possibilidades de mudanças mais expressivas.

Como observou Tomás Palau (2012), ocorreu uma divisão entre áreas “duras” e “brandas” do governo. As áreas “duras” – relacionadas com o modelo de acumulação de riquezas e com os interesses dos grupos dominantes, como Fazenda, Obras Públicas, Agricultura e Pecuária, Indústria e Comércio, Interior e Relações Exteriores – ficaram em mãos dos setores mais conservadores. Já as áreas “brandas” – relacionadas a necessidades sociais, como Ação Social, Saúde, Mulher, Infância, Cultura e Juventude – ficaram com os setores mais progressistas (PALAU, 2012).

Essa divisão de cargos refletiu nas ações do governo. Não sendo possível realizar mudanças estruturais que afetem os interesses econômicos dos grupos de poder paraguaios (como a reforma agrária), o governo se voltou pra ampliação de serviços públicos e políticas de diminuição da pobreza (RICHER, 2012). Lugo conseguiu, entre outras coisas, aprovar a gratuidade da saúde pública e implementar um programa de transferência de renda (chamado *Tekoporã*) direcionado principalmente para pessoas em situação de extrema pobreza (RICHER, 2012). A partir da renegociação das tarifas de energia gerada pela represa de Itaipu com o governo brasileiro, Lugo pode aumentar o orçamento público, direcionando parte desse aumento para gastos sociais (RICHER, 2012).

Além das políticas sociais, o governo Lugo teve também como logro iniciar um processo de democratização do Estado e dos espaços públicos de debate (RICHER, 2012); uma necessidade que havia sido adiada desde o começo do período de transição. Ainda que de forma limitada (e frustrante para alguns setores da sociedade como o setor campesino), o governo Lugo apresentou uma abertura para debates sobre a soberania do Paraguai e sobre os grupos de poder de sua sociedade. A dirigente da CONAMURI Alicia Amarilla comenta como essa mudança foi percebida

desde as organizações campestinas.

Yo creo que... abrió una posibilidad. Abrió la posibilidad... de menos represión y la posibilidad de crecimiento en algún momento a las organizaciones, de... de tener un poder popular, ¿verdad? De [...] organizar, de debatir. Al menos de cuestionar y entender lo que pasa dentro de la estructura oligárquica, dentro de la democracia burguesa, ¿verdad? (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

No entanto, a abertura de debates sobre os problemas de fundo da sociedade paraguaia não veio acompanhada com mudanças estruturais. Sobre o tema da terra, a reforma agrária foi largamente debatida mas nunca iniciada, e as ações do governo acabaram limitadas a barrar a liberação de sementes transgênicas e defender (sem conseguir aprovar) a criação de um imposto sobre as exportações de grãos (RICHER, 2012). Lugo também tentou regulamentar uma lei de 2005 que proibia estrangeiros de adquirirem terras dentro de uma faixa de fronteira de 50 km e iniciou a medição das terras que deveriam ser realocadas (GRAIN, 2013).

Não só não se conseguiu avançar em uma reforma agrária que beneficiasse os campestinos no governo Lugo como também se viu uma forte violência às populações campestinas durante o período. Como observado por Palau (2012), foi verificado nos primeiros meses do governo de Lugo um paradoxal acentuamento da repressão aos campestinos justo no início do mandato de um presidente não colorado em que se depositavam tantas expectativas de mudança.

Para o autor, a razão desse aumento da repressão se dava por dois motivos. Em primeiro lugar, o Ministério do Interior, o Ministério Público e o poder legislativo ainda se mantinham nas mãos de indivíduos autoritários e conservadores, suscetíveis aos interesses imediatos dos grupos dominantes paraguaios e ao capital internacional. Conservava-se, assim, uma estrutura repressiva institucional com interesses profundamente anticampestinos. Em segundo lugar, as formas e mecanismos de acumulação de capital no Paraguai – dependentes da defesa dos latifúndios e da exportação massiva de *commodities* agrícolas – permaneciam intocados e não apresentavam perspectivas de mudança. Essas condições faziam prosseguir o avanço violento do agronegócio sobre territórios campestinos (PALAU, 2012).

O fim do governo Lugo foi uma expressão trágica da preservação das forças políticas e econômicas que seguiam pressionando para a repressão de movimentos campestinos. Em 15 de junho de 2012, 11 campestinos e 6 policiais são

assassinados em um episódio que ficou conhecido como o Massacre de Curuguaty. Cerca de 150 camponeses sem-terra haviam ocupado uma fazenda supostamente de Blas N. Riquelme, argumentando que as terras haviam sido *mal habidas* pelo empresário e ex-senador colorado. A operação foi confrontada por uma operação de desalojo que contou com um efetivo de 321 policiais e terminou com 17 mortos (NÚÑEZ, 2013, p. 41). A oposição responsabilizou Lugo pelas mortes e articulou seu afastamento por meio de uma frente golpista que unia quatro partidos de direita, os grêmios empresariais, a Igreja e todos os meios de comunicação hegemônicos (RICHER, 2012).

O julgamento político de Lugo começou às 13h20 da tarde do dia 22 de junho (um dia depois do senado ter aceito o pedido de *impeachment*) e às 18h27 o presidente já havia sido afastado. Os movimentos camponeses se encontravam completamente desorientados com o massacre e não conseguiram reagir ao processo relâmpago de impeachment.

El hecho generó en los días iniciales una gran confusión en las organizaciones campesinas, indignadas porque el gobierno de Lugo causó la muerte de tantos camponeses. Y esa desorientación paralizó la gran fuerza movilizadora de las organizaciones rurales (RICHER, 2012, p. 9).

Com o golpe a Lugo, encerrava-se a experiência reformista no Paraguai. O afastamento do presidente – a despeito das graves irregularidades do processo – buscou manter uma aparência institucional e legal mínima, seguindo os *neogolpismos* vistos recentemente em outros países latino-americanos (SOLER, 2014). Em um país com uma longa história de golpes, a destituição de Lugo se destaca por ser um golpe de uma classe oligárquica contra um projeto democrático, participativo e popular (RICHER, 2012).

Com a queda de Lugo, o então vice-presidente Federico Franco, do PLRA, assume interinamente e completa o mandato presidencial. O liberal, que há muito já fazia oposição a Lugo, sendo “*uno de los principales críticos del gobierno del que formaba parte y ferviente defensor de los intereses de los grupos oligárquicos del país*” (DURÉ et al, 2012, p. 23). Duas semanas após assumir o cargo, Franco começa a habilitar sementes transgênicas no Paraguai, deixando claro os rumos que o país estava retomando. Durante o período de um pouco mais de um ano em que esteve na cadeira da presidência, o “*presidente transgênico*” (como foi chamado pelas organizações camponesas – fez o número de sementes transgênicas aprovadas no

país saltar de um para nove (ROJAS VILLAGRA, 2014).

As eleições de 2013 finalizaram a restauração conservadora no Paraguai com o retorno do Partido Colorado ao executivo. Embora fosse um empresário como muitos outros presidentes do período pós-ditadura, o presidente eleito apresentava um perfil diferente. Horacio Cartes – conhecido como empresário do setor tabaqueiro – nunca havia participado da política, nunca havia votado e não tinha filiação partidária até 2009, quando ingressou no Partido Colorado (NÚÑEZ, 2013). Usando seus vastos recursos pessoais, Cartes “alugou” a potente estrutura partidária dos colorados (SOLER, 2014) e ganhou as eleições cultivando sua imagem de empresário *outsider*, capaz de lutar contra a política tradicional corrupta do Paraguai (TALIA, 2018).

No campo econômico, Cartes conduziu um governo “*neoliberal y previsible*”, que “*recorta las funciones sociales del Estado y establece una alianza con la burguesía local y transnacionalizada, a la cual le asegura seguir aumentando su renta*” (SOLER, 2014, p. 82). Beneficiando a elite terratenente e as multinacionais do agronegócio, prosseguiu com a política de habilitação generalizada de sementes transgênicas, se tornando o presidente paraguaio que mais habilitou cultivos transgênicos ainda no seu segundo ano de governo (BASE IS, 2014).

Politicamente, Cartes enfrentou uma oposição política interna no partido. Representando um setor mais tradicional dos colorados, o então senador Mario Abdo Benítez montou um bloco que forçou Cartes a se aliar com os liberais. Em 2017, o presidente articulou uma reforma constitucional para permitir sua reeleição que terminou com o congresso nacional sendo incendiado por manifestantes e com Cartes recuando de sua manobra (TALIA, 2018).

Fortalecido por sua oposição a Cartes durante os protestos, Mario Abdo vence as eleições de 2018. O atual presidente, filho de um membro da alta hierarquia da ditadura, promete recuperar a dignidade e a militância do Partido Colorado, o que equivale a realizar uma “coloradização” da administração pública (TALIA, 2018).

Com menos de um ano a frente do cargo, é revelado um escândalo sobre renegociações da tarifa de energia da hidrelétrica de Itaipu com o governo brasileiro que afeta gravemente a imagem de Abdo e chega a ameaça-lo com um processo de impeachment (O GLOBO, 2019). As negociações, que contaram com a participação do presidente e de seu vice, aumentavam o preço pago pelo Paraguai

pela energia elétrica gerada pela Itaipu e supostamente beneficiariam um grupo brasileiro com a venda de energia (O GLOBO, 2019).

As duas lideranças do Partido Colorado ficam, assim, com suas imagens manchadas por escândalos políticos recentes. Cartes, de um lado, pela sua tentativa frustrada de se candidatar à reeleição e Abdo Benítez de outro, pelo seu envolvimento com negociações claramente prejudiciais ao país que preside. As duas vertentes políticas produzidas pelo Partido Colorado – uma empresarial, com um discurso técnico e que representa o acesso direto da burguesia ao poder (SOLER, 2014) e outra mais tradicional, que reverencia o passado centenário do partido – apresentam fragilidades. Cada um, no entanto, representa setores bem definidos do partido, com seus deputados, senadores e governadores aliados (TALIA, 2018).

A crise na forma de dominação da sociedade paraguaia iniciada no fim da ditadura de Stroessner parece ser ainda visível no país e se reflete na falta de legitimidade dos partidos tradicionais e dos líderes políticos produzidos pelo Partido Colorado. No entanto, é possível questionar em que medida a debilidade colorada significa uma real ameaça aos interesses dos grupos dominantes paraguaios. Uma leitura possível do contexto político atual é que os grupos de poder da sociedade paraguaia vêm dependendo muito menos de uma liderança forte e personalista vinda do Partido Colorado para manter sua hegemonia. Como comenta Pablo Félix Friggeri,

[...] la referencia clave de la dominación ahora no está centrada tanto en un culto a la personalidad – como en el caso de Stroessner – sino más unida a lo invencible que son los poderes económicos que representan el progreso y que aparecen como irrefrenables. Más que una figura, parece imponerse que “acá manda la plata”. En estos tiempos, más económicamente globalizados, la posesión del dinero y el manejo de los recursos económicos aparecen – aún sin descartar totalmente aquella “metodología pedagógica” – como un elemento mucho más efectivo y más potable políticamente (FRIGGERI, 2017, p. 196).

Tendo em vista o papel chave que esses poderes econômicos vêm progressivamente tomando na manutenção da estrutura política da sociedade paraguaia, é preciso uma análise mais detalhada dos grupos de poder do Paraguai atual. A seguir, debate-se os quatro grupos de poder do país assinalados por Tomás Palau (2005; 2012).

3.2.3 Grupos de poder no Paraguai contemporâneo

De acordo com Palau (2005; 2012), a estrutura do poder real da

sociedade paraguaia pode ser dividida em quatro grupos: os latifundistas, os empresários, os narcos e as multinacionais. Ainda segundo o autor, o primeiro grupo é o mais antigo, tendo suas raízes na oligarquia ganadeira e sido modificado e fortalecido com a expansão da agricultura empresarial exportadora. O segundo e o terceiro se instalaram no país com a ditadura de Stroessner. Já o último pôde se instalar como poder emergente no país mais recentemente, com o golpe de 1989 e o aprofundamento das políticas de livre mercado (PALAU, 2012).

Como visto anteriormente, o grupo dos latifundistas foi constituído após a Guerra da Tríplice Aliança no Paraguai e passou por grandes transformações ao longo das décadas. Esse grupo de terratenentes multiplicou seu poder no país com a hipervalorização imobiliária e com a colonização do leste do país e desde os anos 1990 se fortalece ainda mais com a expansão da área de cultivo da soja transgênica e com o aumento das exportações de carne (PALAU, 2005). Os latifundistas são hoje representados por grandes empresariados agrários e pelo empresariado familiar tipo *farmer*, ambos altamente mecanizados e voltados aos monocultivos de exportação (FOGEL, 2005). Os fazendeiros brasiguaios têm uma presença cada vez mais consolidada nesse grupo.

Uma das principais formas de articulação dos latifundistas como grupos de poder se dá por meio dos grêmios de produção, sendo a ARP (*Asociación Rural del Paraguay*), a FEPRINCO (*Federación de la Producción, la Industria y el Comercio*) e a CAPECO (*Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas*) os principais. Esses grêmios já tinham atuação expressiva durante o regime de Stroessner (a ARP e a FEPRINCO, que são as mais antigas, tinham vínculos estreitos com a ditadura desde o seu princípio). No entanto, elas vêm ganhando força nos últimos anos. Em 2005 foi criada a *Unión de Gremios de la Producción* (UGP), que abriga 14 agremiações empresariais com os principais atores do agronegócio no país (PALAU, 2012). Essa articulação entre eles possibilitou uma atuação conjunta durante o golpe ao presidente Lugo em 2012, onde todos se aliaram à frente golpista (RICHER, 2012).

O segundo grupo, dos empresários paraguaios, é em larga medida engrossado por elites que enriqueceram por seus vínculos políticos (ou até mesmo por laços de parentesco) com o alto escalão do governo, especialmente durante a ditadura. São “*empresários pero no tanto*”, ainda profundamente rentistas e dependentes do fornecimento de bens e serviços ao Estado, além de manterem

vínculos com o contrabando, evasões fiscais e outras atividades ilícitas (PALAU, 2005).

Uma boa parte desse empresariado ocupou posições no governo. Dois ex-presidentes (Horacio Cartes e Juan Carlos Wasmosy) e um ex-senador (Blas N. Riquelme) colorados dão seus sobrenomes para três dos cinco maiores grupos empresariais do país (GUEREÑA; ROJAS VILLAGRA, 2019). Entre esses grupos há também uma forte participação em meios de comunicação: o Grupo Zuccorillo com o Diário ABC Color, o Grupo Cartes com o diário La Nación, o Grupo Wasmosy com as rádios 650 AM, Popular FM e Corazón FM e o Grupo Vierci com o Diário Última Hora, os canais de televisão Telefuturo e La Tele e emissoras de rádio (GUEREÑA; ROJAS VILLAGRA, 2019).

O terceiro grupo, dos narcos, ocupa largos territórios do país com a vasta produção de maconha no Paraguai e com a elaboração e tráfico de cocaína e de seus insumos (PALAU, 2005). Longe de ser um grupo isolado, nascido às margens do Estado e da sociedade paraguaia, esse grupo de poder tem ligações bastante visíveis com os demais, como será explorado mais a seguir.

Por fim, o último grupo, das multinacionais, consolidou-se no Paraguai de maneira definitiva nos anos 1990, já no período de transição. Para Palau (2005), esse grupo reúne os interesses do capital transnacional, incluindo multinacionais do setor financeiro, petroleiras, da cadeia de insumos para a agricultura empresarial e empresas de comércio exterior (importadoras e exportadoras). Esses grupos recebem apoio institucional de organizações multilaterais de crédito e da embaixada estadunidense em Assunção (PALAU, 2005).

As multinacionais da cadeia da agricultura empresarial no Paraguai se ocupam com provisão de insumos (principalmente agroquímicos e sementes geneticamente modificadas) e com a exportação da produção. ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus estão entre as maiores empresas nas duas atividades, enquanto a Bayer/Monsanto e a BASF se focam na provisão de insumos agrícolas (ROJAS VILLAGRA, 2009). Muitas dessas empresas mantêm fortes vínculos com os grêmios produtores citados acima, principalmente com a CAPECO (PALAU, 2012), que representa os interesses dos exportadores de cereais e óleos.

Embora haja uma delimitação entre os interesses de cada um desses grupos, Palau ressalta que, na realidade, essa divisão é muito mais uma delimitação analítica. As elites do país comumente pertencem a mais de um dos quatro grupos,

expandindo-se de um ramo de negócios para outros. Como observa o autor,

la superposición de intereses convierte a esta elite en *multifacética*; muchos ganaderos comparten sus pasturas con la droga, la mayoría de los “empresarios” tienen sus intereses en la ganadería, no pocos sojeros se dedican también parcialmente a la ganadería y al contrabando de insumos para la producción y así (PALAU, 2012, p. 226).

Ainda é possível aprofundar-se nas interconexões entre esses grupos ainda mais analisando os principais grupos empresariais do Paraguai. Dos cinco maiores grupos do país – Grupo Cartes, Grupo Riquelme, Grupo Zuccolillo, Grupo Wasmosy e Grupo Vierci – quatro também se dedicam a atividades de produção agropecuária ou ganadeira (GUEREÑA, ROJAS VILLAGRA, 2018).

Indo mais além para mostrar a sobreposição entre a elite empresarial e a terratenente, é possível verificar que o ex-presidente Horacio Cartes (à frente do Grupo Cartes) é acusado de ocupar terras públicas com títulos falsos (ABC COLOR, 2015) e que o ex-senador Blas N. Riquelme (que criou e dirigiu o Grupo Riquelme até sua morte em 2012) aparece como o sétimo maior beneficiado com terras *malhabidas* durante a ditadura de Stroessner, tendo recebido 4.078 hectares do regime (PALAU, 2018). Essas ligações corroboram a observação de Ramón Fogel (2005) discutida no começo desse capítulo sobre a centralidade da questão da terra para as elites paraguaias.

A conexão entre os grupos de poder também é visível na atividade do narcotráfico e no seu enredamento com outras atividades ilegais, como o contrabando e a lavagem de dinheiro. Entre o empresariado paraguaio, atualmente o ex-presidente Cartes possivelmente mostra episódios que indicaram uma maior proximidade com tais práticas. Em 2013, documentos revelados pelo *WikiLeaks* mostraram que o *Drug Enforcement Administration* (DEA), o órgão estadunidense antinarcóticos, realizou uma operação policial em 2010 que tinha Cartes como alvo para investigar tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e outras organizações criminosas na região da tríplice fronteira (AGÊNCIA PÚBLICA, 2013). Mais recentemente, em 2019, a justiça brasileira expediu um mandato de prisão ao ex-presidente paraguaio em uma investigação que o aproxima ainda mais de organizações criminosas envolvidas com lavagem dinheiro, contrabando e narcotráfico (NOGUEIRA; BALAGO; ALBUQUERQUE, 2019).

Além do notório envolvimento do ex-presidente com a produção de marcas de cigarros contrabandeadas para o Brasil, Cartes também tem participações em empresas agrícolas e ganadeiras, em um banco, em uma empresa de aviação,

em clubes de futebol, em meios de comunicação e outros por meio do Grupo Cartes. Para Rojas Villagra,

Cartes es un miembro pleno de la oligarquía y la burguesía fraudulenta paraguaya, pues él mismo es ganadero, sojero, tabacalero, industrial, banquero, además de haber sido vinculado con actividades ilegales en diversos momentos por medio de denuncias y publicaciones en medios nacionales e internacionales, como la evasión de divisas, el lavado de dinero, el contrabando de cigarrillos, la apropiación irregular de tierras fiscales y el narcotráfico. (ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 119)

Também vem sendo descoberto um vínculo entre o narcotráfico e a produção agrícola no Paraguai, mais especificamente por meio do contrabando de soja. Em 2019, uma série de reportagens do jornal paraguaio Última Hora (2019a; 2019b; 2019c; 2019d) mostrou a existência de 250 portos clandestinos em áreas administradas pela Itaipu nas margens do Rio Paraná usados para o tráfico de armas, drogas, cigarro, soja e outros produtos. Muitos dos 170 portos encontrados do lado paraguaio só podem ser acessados por meio de grandes latifúndios produtores de soja, em sua maioria de propriedade de brasileiros (ÚLTIMA HORA, 2019a). Essa conexão entre os produtores de soja com o tráfico de drogas ganhou o nome de “*narcosojales*” na mídia nacional (ÚLTIMA HORA, 2019d).

Além de uma provável cumplicidade entre os sojeiros da região com o tráfico de drogas pelo rio Paraná, as reportagens também explicitam a existência do contrabando de soja brasileira para o território paraguaio. Em um dos portos flagrados pela investigação do jornal – em funcionamento há pelo menos 20 anos –, caminhões carregados de soja eram cruzados para o lado do Paraguai em grandes balsas (ÚLTIMA HORA, 2019b). Essas cargas são contrabandeadas desde o Brasil (e, em outros casos, também desde a Argentina) para o território paraguaio e são contabilizadas como produção paraguaia, inchando os números oficiais de produção do grão (FRIGGERI, 2017). A soja entrada de maneira irregular é então reexportada para os mercados internacionais recebendo a baixíssima carga tributária definida pelo governo do Paraguai para o produto (FRIGGERI, 2017).

Como é possível observar, esse entrelaçamento entre os grupos de poder no Paraguai tem frequentemente atividades ilícitas e fraudes como elementos constitutivos. Muitos dessa elite econômica possuem vínculos com o Estado e com o sistema político paraguaio que datam do regime de Stroessner e que se mantêm fortes no contexto atual do país, supostamente democrático, moderno e aberto à globalização econômica. Rojas Villagra (2014) resume a formação e fortalecimento de

grupos de poder profundamente assentados em uma mistura de negócios legais e ilegais da seguinte maneira:

En el Paraguay actual la clase dominante está formada sustancialmente por la burguesía fraudulenta forjada durante el stronismo, que hizo su acumulación originaria mayormente a costa del Estado, en las grandes obras públicas sobrefacturadas, en la apropiación ilegal de las tierras públicas, en la triangulación y el contrabando fronterizo, en los múltiples tráficos ilegales protegidos por el gobierno, de drogas, armas, rollos, autos robados, personas, en el lavado de dinero y la evasión de divisas, en la estafa, etc. Hoy dirigen la economía y la política del país los herederos de Stroessner, quienes dividen su tiempo entre sus negocios lícitos y los ilícitos. *La economía paraguaya actual es como una moneda de dos caras, una visible que se intenta “vender” al mundo como segura y moderna, y otra oculta que se intenta esconder, pero que crece aceleradamente* (ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 111).

Explicitar a face oculta da economia paraguaia e de sua classe dominante é, nesse sentido, essencial para desmontar o discurso modernizador e globalizante que – conforme mencionado no trecho acima – o Paraguai usa para tentar vender a si mesmo no mundo. Na realidade, o atendimento dos interesses da economia global hoje coexiste com uma economia ilícita, com uma oligarquia interna paraguaia formada pela ditadura e com a expulsão violenta de populações camponesas. Conforma-se, assim, como forma de dominação da sociedade paraguaia, uma espécie de “stronismo globalizado”, onde as velhas estruturas de dominação interna do stronismo são colocadas a serviço dos interesses “globalizadores” do capital transnacional (FRIGGERI, 2017).

4 CAMPESINATO NO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL DO PARAGUAI

Te dejan Partido y Colorado.

(Pichação na parede da sede do Partido Colorado em Areguá, departamento Central)

Em seu livro *La Masacre de Curuguaty*, Julio Benegas (2018) recorda de uma frase proferida pelo diretor de relações institucionais do Ministério do Interior durante uma negociação com os camponeses da ocupação Marina Kue. “*Es mejor que vayan a vender galletitas y caramelos en Calle Última*” (BENEGAS, 2018, p. 25), disse a autoridade estatal, fazendo referência a uma avenida de Assunção que concentra muitos vendedores ambulantes.

Analisando o conjunto de processos que levaram à situação atual do campesinato paraguaio, é difícil não compreender a frase colocada acima como o resumo de um projeto de descampesinização nacional, colocado em prática pelo Estado, pela oligarquia terratenente, pelos empresários agrícolas brasileiros e pelos outros grupos de poder do Paraguai. Com a expansão violenta da agricultura empresarial e com a expulsão e empobrecimento dos camponeses, há um forçoso deslocamento dessas populações para os centros urbanos. A escassez de empregos encontrada nas cidades (somados a falta de empregabilidade nas fazendas altamente mecanizadas que dominam o campo paraguaio) faz com que os sem terras se sujeitem a condições precárias de trabalho, no próprio país ou no exterior (como discutido no subcapítulo 2.3).

Em outras palavras, não é dada outra alternativa a uma boa parcela da população camponesa a não ser vender biscoitos e balas pelas ruas de Assunção ou se juntar a outras atividades similares na economia informal. Tal opção é ainda mais agravante se considerado que essas populações camponesas minifundizadas que hoje demandam terra sofreram um processo historicamente fraudulento e autoritário de concentração fundiária e de expropriação de terras, como demonstrado no capítulo anterior. O massacre camponês ocorrido semanas após a reunião com o representante do Ministério do Interior, no entanto, lembra da violência a que estão sujeitas as populações que se opõem à manutenção desse projeto.

Nesse cenário desanimador, o campesinato tem talvez duas principais fontes de resistência a seu favor. A primeira é contar com os movimentos com maior

capacidade de mobilização social, dotados de uma grande experiência em estratégias de ação direta e que vêm construindo uma vasta estrutura de assentamentos espalhados pelo Paraguai oriental desde a década de 1980. As organizações camponesas vêm demonstrando um processo de amadurecimento ao longo das décadas que não foi desfeito pelo contexto altamente repressivo e desmobilizador atual. De forma semelhante, os assentamentos que hoje abrigam milhares de famílias e produzem alimentos para a população paraguaia também são conquistas que não podem ser facilmente anuladas.

A segunda é a grande população camponesa que permanece nas áreas rurais paraguaias. A porcentagem da população vivendo em áreas rurais representa quase 40% da população do país (DGEEC, 2018). Isso continua sendo muito superior do que a América Latina e Caribe de maneira geral, que tem 18% de população rural somente (FAO, 2018). No entanto, essa população vem diminuindo ao longo dos anos, já apresentando uma redução de quase 20% desde o início da década de 1980 (DGEEC, 2018). O campesinato restante também sofre com um progressivo enfraquecimento de vínculos sociais e perda de sua identidade em regiões socialmente mais atomizadas (FOGEL, 2005).

Apesar das dificuldades, o setor camponês continua sendo numeroso e politicamente bem organizado. A combinação dessas duas características ainda torna possível uma regeneração do campesinato paraguaio no futuro, ainda que certamente implique trilhar um caminho tortuoso. O mundo camponês segue tendo uma importância simbólica fundamental entre as camadas populares do país que se expressa pela luta pelos seus territórios.

É possível dizer, portanto, que o campesinato paraguaio conserva um potencial enorme, podendo oferecer alternativas transformadoras para a sociedade paraguaia e contribuir para a construção da soberania territorial e alimentar do país a partir de uma perspectiva popular e democrática. O aproveitamento dessa potencialidade, no entanto, tem sido desprezado, abrindo espaço para uma desenfreada e violenta descamponesização que põe em risco a existência desse grupo.

As possibilidades de sobrevivência do campesinato, nesse sentido, devem ser vistas como *objeto de cuidado* (SANTOS, 2002), não como uma questão definida já de antemão. Longe de ser o resultado de um processo irrefreável do desenvolvimento do sistema capitalista ou dos avanços técnicos da agricultura, a

permanência ou desaparecimento do campesinato é uma decisão política, e não uma fatalidade econômica.

Portanto, busca-se explorar nos subcapítulos a seguir as perspectivas do campesinato em meio ao contexto político paraguaio. São contrastadas as possibilidades de resistência campesina com os empecilhos colocados, principalmente, pelos grupos de poder da sociedade paraguaia e pela elite governante do país. Primeiro, se analisa a situação campesina em meio ao processo de estrangeirização do território paraguaio. Depois, passa-se para a análise dos movimentos campesinos e de suas capacidades de organização e resistência. Por fim, analisa-se as perspectivas do campesinato frente à restauração conservadora colorada de 2012.

4.1 CAMPESINATO E A ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PARAGUAIO

Tanto na bibliografia produzida por intelectuais paraguaios sobre as questões agrárias quanto nos dirigentes de movimentos campesinos e pequenos agricultores ouvidos nesse estudo, fica evidente um sentimento de que as camadas populares do Paraguai estão sendo alienadas de seu próprio país baixo um processo violento, autoritário e fraudulento de expulsão. As duras situações enfrentadas pelas populações campesinas para garantir condições de existência e para reproduzir-se culturalmente em suas comunidades minifundizadas se somam às dificuldades encontradas pelas populações dos meios urbanos (muitas vezes emigradas do campo) em uma economia marcada pela informalidade e pela escassez de empregos.

Essa alienação das camadas populares paraguaias de seu próprio país é, ainda por cima, dirigida por uma elite política e econômica cada vez mais disposta a orientar o Paraguai para interesses externos e alheios à sua população. Isso é feito de várias maneiras, como no apoio a produtores de *commodities* agrícolas para a exportação; na triangulação de mercadoria para venda a turistas dos países vizinhos; na facilitação do contrabando de produtos e do tráfico de armas e drogas pelas suas fronteiras; no desinteresse em coibir a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro internacional em sua economia; no apoio do aparato estatal aos brasileiros instalados na fronteira oriental ou; pela aceitação da presença militar estadunidense em seu território.

Esses fenômenos integram o que muitos autores e autoras denominam de *estrangeirização* do território paraguaio. As análises sobre o fenômeno normalmente focam-se no papel dos produtores brasileiros na fronteira leste e das empresas multinacionais da cadeia de produção e comercialização dos produtos da agricultura empresarial para a marginalização e desalojamento de populações camponesas (PEREIRA, 2018; GLAUSER, 2009).

Como observado por Pereira, a estrangeirização do território é um processo político de constante interação entre dinâmicas globais, regionais e locais, assumindo formas particulares de se materializar em diferentes países. A particularidade paraguaia, nesse sentido, é *“la presencia del capital regional como controlador del territorio, así como las diferentes estrategias e intereses de estos agentes [...], donde la cuestión agraria nacional sobrepasa fronteras políticas previamente establecidas”* (PEREIRA, 2018, p. 14).

Assim, a estrangeirização do território paraguaio seria concretizada a partir de duas modalidades. A primeira é feita pela comercialização da produção e pelo controle do uso do território (a partir dos insumos agrícolas e das *commodities* a serem cultivadas para a exportação). Os principais agentes dessa parte do processo de estrangeirização são as empresas multinacionais, como ADM, Cargill, Bunge e Dreyfus. A segunda modalidade é feita pela territorialização em si desse sistema produtivo, com a apropriação de vastas extensões de terra pela agricultura empresarial. Nessa modalidade, se encontram os empresários agrícolas, muitos deles munidos com capital de países da região (PEREIRA, 2018).

Essa estrangeirização territorial também tem como efeito a desconexão entre parte da população paraguaia e o seu próprio país. Esse aspecto ficou evidente na entrevista à Alicia Amarilla, representante da CONAMURI. Ao falar dos camponeses despejados do campo e que também não conseguem se estabelecer nas cidades, a dirigente comenta que *“En realidad, nos sentimos extranjeros en... en nuestra tierra, en nuestro país. Porque no tenéis donde ir. Y te tratan como extranjero, si sois campesino, indígena, ¿verdad?”* (Alicia Amarilla, CONAMURI, 27/03/19).

Acredito que o sentimento expressado por Alicia de ser estrangeiro em sua própria terra e em seu próprio país – incorporado no título desse trabalho – evidencia com precisão os efeitos do longo histórico de agressões, de desdém e de violações de direitos sofridos pelo campesinato, em especial, e pelo povo paraguaio, em geral. Ao revisar documentos sobre casos de violência contra comunidades

campesinas no Paraguai, encontrei um relatório da IPDRS que ecoava a frase dita pela dirigente da CONAMURI em um contexto ainda mais trágico. “*En este país nos tratan como si fuéramos extranjeros en nuestra propia tierra*”, afirmava o irmão do jovem avá guaraní Isidro Barrios, da comunidade indígena de *Takuara’í*, desaparecido desde setembro de 2018 (ROJAS VILLAGRA, 2019, p. 257). As suspeitas sobre o desaparecimento e provável execução de Isidro recaem sobre empresários brasileiros que vêm buscando expandir sua área de produção de soja e que, para tanto, têm usado guardas privados para ameaçar e violentar os indígenas de *Takuara’í* (ROJAS VILLAGRA, 2019).

O uso do termo *estrangeiro* é particularmente sensível no caso paraguaio, uma vez que esses processos que assolam a população vieram acompanhados por um constante privilegiamento do que é *estrangeiro* – visível em um país profundamente dependente de capital externo desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança, que incentivou a instalação de agricultores brasileiros em grandes porções de seu território, que fornece apoio irrestrito a empresas transnacionais e que tem suas portas abertas para o comércio internacional e para forças militares estrangeiras.

Assim, o processo de estrangeirização de terras no Paraguai acaba tornando-se também o processo de estrangeirização da população paraguaia, que se vê progressivamente alienada de seus territórios, de sua cultura e de seu país. Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 197), cita a frase de uma campesina paraguaia do departamento de San Pedro chamada Mirta que afirma: “*Ao perder minha terra, estou perdendo meu país*”. Sobre a frase, o autor comenta:

O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território e da frase citada [...]. Mirta – campesina paraguaia de Carumbey – tem a compreensão que perder sua terra para os sojeiros brasileiros implica na predominância de um modelo de desenvolvimento que determina a organização espacial e territorial de seu país (FERNANDES, 2008, p. 200).

Nesse contexto, a presença dos brasiguaios representa uma estrangeirização do território paraguaio ainda mais preocupante. Por um lado, estes são peças-chave para a aceleração de um modelo de desenvolvimento que se expande violentamente e descola as populações campesinas de seus territórios, de suas formas de organização, de seus vínculos sociais e culturais – assim como

observa Fernandes em sua análise da frase da campesina Mirta. De outro lado, o enredamento dos empresários agrícolas nas estruturas de poder da sociedade paraguaia também pode significar uma perda de soberania nacional maior no futuro para o Estado brasileiro. “*El Brasil tiene la costumbre de ocupar territorios que después reivindica*”, alertava Eduardo Galeano (2006, p. 166) após testemunhar o influxo de brasileiros na fronteira oriental do país ainda na década de 1970.

Essa reivindicação brasileira não precisa vir (e nem é provável que venha) da maneira tradicional, com a anexação de uma porção do território paraguaio, assim como no fim da Guerra da Tríplice Aliança. No entanto, ela pode chegar com uma tomada de ação do Estado brasileiro muito mais enfática nos assuntos internos paraguaios, sob a justificativa de proteger essas populações. Um grave precedente já foi verificado na deposição de Lugo, onde os brasiguaios, por meio do *Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE)*, interpelaram ao serviço consular brasileiro pedindo que a então presidenta Dilma Rousseff não expulsasse o Paraguai do Mercosul e reconhecesse o governo interino de Federico Franco (SOLER, 2014).

Essa posição de poder recorrer ao Estado brasileiro caso seus interesses sejam ameaçados (colocando-se como populações, ao fim e ao cabo, brasileiras) coexiste com o aprofundamento de seus laços com a oligarquia “nacional” paraguaia e com o coloradismo. Como comenta Friggeri (2017), os interesses brasiguaios se entrelaçam com os dos latifundistas paraguaios, tornando-se uma peça importante para o enriquecimento desses últimos.

hay una simbiosis entre el latifundista patrimonialista tradicional paraguayo y la concentración brasiguaya en el oriente. Esta simbiosis tiene la doble función de enriquecer a la oligarquía prebendaria autóctona y de posibilitar la ocupación brasiguaya motorizadora del agronegocio (FRIGGERI, 2017, p. 215).

Assim, o tema dos brasiguaios se mostra de difícil resolução em um cenário próximo. As populações brasileiras seguem expandindo a produção da agricultura empresarial no leste paraguaio desenfreadamente, sem qualquer medida mais contundente por parte do governo paraguaio. A última tentativa de restrição governamental veio com o decreto de Lugo para regulamentar a lei de 2005 que proibia a aquisição de terras por estrangeiros em uma faixa de fronteira de 50 km e com o início da medição das terras a serem realocadas (GRAIN, 2013). No entanto, como observa Abel Irala, investigador da Base IS, essa iniciativa irritou os latifundistas paraguaios e contribuiu para criar as condições políticas para a destituição de Lugo e

para que fossem inteiramente abandonadas todas as tentativas de regular a presença estrangeira na fronteira (Abel Irala, Base IS, 25/03/2019).

Assim, os proprietários brasileiros consolidam cada vez mais sua presença na fronteira oriental e seguem sua expansão no território paraguaio. Alicia Amarilla, da CONAMURI, acertadamente relaciona esse processo de perda territorial como um processo de colonização. *“Yo creo que ellos son los dueños de la tierra paraguaya [riso]. Somos colonizados por empresarios brasileños. Específicamente eso en mi zona, que es todo... zona de Caaguazú, zona Alto Paraná, todo... Son zonas brasileñas ya, ¿verdad?”* (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

Esse prosseguimento da expansão brasiguai integra um processo mais amplo de expulsão territorial e de apagamento cultural do campesinato paraguaio que tem a ver com o desprezo dos saberes e dos modos de vida dessa população frente à ideia de modernização e progresso. Esse desperdício das alternativas construídas pelos campesinos acaba acentuando os problemas sociais do país, como a migração, a pobreza e o subemprego. A situação atual aliena o povo paraguaio de seus territórios e esvazia as noções de pátria ou nação para populações que se sentem estrangeiras em seu próprio país. Isso tristemente faz com que a descrição feita por Eduardo Galeano sobre o Paraguai nos anos 1970 ainda soe atual.

Mientras los latifundistas y los agricultores del Brasil invaden el Paraguay, continúa el éxodo de los campesinos paraguayos que se van a la Argentina a ofrecer sus brazos. Es una contradicción dolorosa. ¿Qué significa la palabra patria para los hombres a quienes la pobreza obliga a cambiar de país? ¿Un himno, una bandera? ¿Un discurso al pie de una estatua? El Paraguay está negando, a los hombres brotados de su suelo, lo que al mismo tiempo otorga a los empresarios brasileños (GALEANO, 2006, p. 171).

Por fim, é importante notar que esse processo representa uma espécie de “integração desintegrativa”, pois ao mesmo tempo que se vincula as economias e o processo produtivo na região, faz isso às custas das populações despojadas de suas terras, da agudização da pobreza e da desintegração social, indo contra o declarado propósito do MERCOSUL de diminuir as assimetrias existentes entre seus membros (FOGEL, 2006). A estrangeirização do território paraguaio e a participação do Brasil nesse processo ressalta a importância de se pensar o tipo de integração que se almeja e como ela pode impactar as populações locais.

4.2 CAPACIDADE ORGANIZATIVA DOS MOVIMENTOS CAMPESINOS

Assim como reconhecido por diversos autores e lideranças, os movimentos campestinos representam o setor da sociedade paraguaia com maior capacidade de organização e de mobilização popular. Como observa Friggeri (2017), o campestinato representa o único sujeito social do país ainda capaz de se opor ao governo colorado e sua forma de dominação e de construir um modelo alternativo a este. A posição combativa adotada pelas organizações e suas estratégias de ação direta fez com que elas tenham conseguido ser efetivas em pressionar os diferentes governos pós-1989.

Desde la caída de la dictadura el único grupo así más combativo, más... lo que generaron presión muchas veces para el Estado fue los grupos organizados del campestinado. No los sindicatos ni... sino que fueron las organizaciones campestinas los que siempre vienen a marchar acá [en Asunción], los que hicieron cierre de rutas en todo país, los que vienen hacer [...] movilizaciones indefinidas hasta que logren algún acuerdo con el gobierno. Siempre los que le embreta a un gobierno fueron los campestinos (Abel Irala, Base IS, 25/03/2019).

Esse protagonismo campestino nas formas de resistência também é evidenciado pela participação das organizações nos principais episódios políticos da história recente do país. O comentário do dirigente Tomás Zayas, da *Asociación de Agricultores del Alto Paraná* (ASAGRAPA) logo após o golpe a Lugo elucida bem esse ponto:

[...] en los sucesos y acontecimientos más importantes han sido las organizaciones campestinas las que han puesto el pecho, como por ejemplo en el Marzo Paraguayo, em las luchas contra las privatizaciones (2002) y contra la Ley Antiterrorista. **Los acontecimientos más importantes en estos últimos tiempos después de la caída de la dictadura, siempre han sido con el protagonismo preponderante del campestinado** (ZAYAS, 2012, p. 28, grifo nosso).

Além das mobilizações populares, a resistência do campestinato também foi construída a partir da luta direta pela terra, com o estabelecimento, o fortalecimento e a defesa de assentamentos e comunidades a partir dos anos 1980. Esses locais representam territórios que obstruem o avanço da agricultura empresarial e que buscam salvaguardar a riqueza cultural e produtiva do mundo campestino. Marcial Gómez, da FNC, ressalta como os assentamentos representam uma conquista campestina, consolidada a partir da produção de alimentos para o abastecimento do país.

nosotros decimos que gracia a la lucha, a las grandes movilizaciones, a las ocupaciones de tierra nosotros como Federación Nacional Campesina, por ejemplo, *tenemos como al redor de 300 mil hectáreas de tierras conquistadas, donde hoy día están los asentamientos campesinos, dónde se produce alimento a la gente... Y alimento para el país* (Marcial Gómez, FNC, 20/03/2019).

A importância social dos assentamentos campesinos em todo Paraguai oriental com sua produção de alimentos também é ressaltada por Julio Benegas. O escritor e jornalista aponta para como esses territórios representam, para além de uma resistência, um avanço do campesinato paraguaio.

la mayor resistencia política hoy está concentrada en el mundo campesino. Y el mayor avance también, porque hay que entender que... gran parte de lo que hoy se produce en el país para la comida ya están producidas en los asentamientos *por ocupación*. O sea, hay que entenderlo como **conquista** (Julio Benegas, 25/03/2019, grifo do autor).

Em meio ao cenário de avanço do agronegócio sobre áreas campesinas discutidas no capítulo anterior, os assentamentos se tornam cruciais para a defesa do campesinato paraguaio e se tornam mais consolidados como territórios campesinos à medida que os anos passam. Fruto da luta dos sem-terra iniciada em meados da década de 1980, os assentamentos mais antigos já abrigam famílias campesinas há mais de 30 anos. Como comenta Julio Benegas, a única forma que a agricultura empresarial teria para sacar essas ocupações consolidadas seria a realização de massacres (Julio Benegas, 25/03/2019).

Ainda que os movimentos campesinos e os assentamentos representem uma das mais importantes bases de sustentação do campesinato paraguaio, as organizações vêm demonstrando uma maior fragmentação e uma maior dificuldade de mobilização nos últimos anos. Paradoxalmente, essa debilitação começou justamente com o governo em que se colocavam maiores expectativas de mudança. Por um lado, alguns dirigentes reclamam da falta de diálogo de Lugo, que teoricamente seria o mais alinhado com os movimentos campesinos e permitiria uma maior abertura com as organizações. Por outro, observa-se que as organizações (acostumadas com uma posição de enfrentamento com o governo) acabaram adentrando os canais institucionais do Estado e se desmobilizando no processo. Alicia Amarilla, da CONAMURI, menciona essa questão em sua entrevista da seguinte forma:

muchos dirigentes quedó en este, en este institucionalismo, presentando propuesta para proyecto, mesa redonda de, [...] conversación, de acuerdo, cosa así. Y está acotado en ese círculo que no... no le deja mover más a la gente, ¿verdad? (Alicia Amarilla, CONAMURI, 21/03/2019).

Abel Irala, pesquisador da Base IS, também comenta o efeito desmobilizador da entrada dos movimentos camponeses nas instituições do Estado. Ele enfatiza como esse fator fragmenta as organizações até o dia de hoje.

la consecuencia del gobierno Lugo también es eso: que la gente... que muchos sectores del campesinado durante el gobierno de Lugo [...] prefirió no ocupar tierra [...]. Muchos de los dirigentes pasaron a ser funcionarios públicos... a ocupar cargos públicos y se debilitaron las organizaciones. Y es como que, a partir de ahí ya no se pudieron a se recuperar, y empezaron incluso a debilitarse más: se dividen, hoy en día casi todas las organizaciones de dividieron (Abel Irala, Base IS, 25/03/2019).

Já César Riveros, secretario departamental da FNC, enfatiza a falta de interesse político de Lugo em aproximar o seu governo das bases camponesas. Como já apontava Lorena Soler (2011) antes do golpe, Lugo nunca foi um líder que chama o povo e organiza as massas, adotando um estilo comedido e contemplativo de governo. A organização, que não participou do círculo mais próximo do presidente, chegou a apresentar, sem sucesso, propostas de ação conjunta para construir uma base de sustentação popular ao governo.

Nosotros tenemos la experiencia suficiente [con] el tema de Lugo. Alguna gente creyeron que ese era el cambio. Tampoco no podemos negar que se cambió algunas cosas, pero la política no. Eso sigue tan campante... Es por eso que le hicieron ese famoso juicio político. Le habíamos ofrecido a Lugo nuestra fuerza, le habíamos planteado a Lugo hacerle un acompañamiento. Nunca, nunca nos aceptó. Le habíamos presentado a Lugo algunos planes, algunos proyectos políticos, ideas de cómo llevar ese... esa tarea – tanto organizativo en el campo y en la ciudad – para que ello pueda tener un gobierno sólido y nunca, nunca aceptó. Hasta que vino el juicio político y... le derrocó (César Riveros, FNC, 21/11/2019).

O massacre camponês que marcou o abrupto fim do governo Lugo também foi um episódio que debilitou a capacidade organizativa do campesinato paraguaio. Julio Benegas atenta para como o Massacre de Curuguaty impactou os camponeses e interrompeu a realização de novas ocupações, estratégia central para as organizações desde a queda da ditadura.

La masacre desmovilizó muchísimo y generó mucho miedo. Y por lo tanto desalentó las ocupaciones un buen tiempo. Recién ahora, por ahí, hay registro de ocupaciones, pero muy débiles. La reorganización del mundo camponesino, que es un elemento central en la última composición en nuestra historia reciente, se debe básicamente a las ocupaciones (Julio Benegas, 25/03/2019).

No entanto, esse recente enfraquecimento dos movimentos deve ser considerado em uma perspectiva mais ampla, levando em consideração as diversas etapas pelas quais as organizações camponesas passaram. Como proposto por Cynthia Núñez (2013), os movimentos camponeses paraguaios podem ter seu processo de organização dividido, a grosso modo, em três momentos principais⁸. O primeiro se dá no período anterior à queda da ditadura, onde os movimentos camponeses começam a se estruturar a partir da ação coletiva dos sem-terra. O segundo começa com o fim do regime de Stroessner, quando as organizações começam a fortalecer a estratégia de ocupação e a posicionar a recuperação de terras como uma demanda de todo o setor. Por fim, o último momento começa em 2006, quando muitos movimentos tentam organizar uma frente política e passam a disputar com mais intensidade uma participação no governo (NÚÑEZ, 2013).

A autora ressalta que essas etapas apontam para uma crescente politização e amadurecimento das organizações camponesas, que foram “*desde la demanda concreta, puntual y coyuntural, pasando por el reclamo sobre la propiedad de la tierra, hasta la formación de cuadros políticos que reivindican la democracia y la participación política y partidaria*” (NÚÑEZ, 2013, p. 37). Nesse contexto, a experiência com o governo Lugo pode ser vista como mais um passo no processo de maturação política do camponariado paraguaio.

Ainda que possa ter tido a desmobilização como efeito mais imediato, é importante destacar que o maior envolvimento institucional e a maior visibilidade dos debates sobre reforma agrária no debate público paraguaio apresentaram também um ganho de experiência dos movimentos camponeses. Depois de apenas alguns anos de participação mais efetiva na política eleitoral, algumas organizações camponesas conseguiram o feito nada desprezível de integrar uma frente política que pôs fim nos 61 anos ininterruptos de hegemonia colorada no poder executivo.

Além disso, a situação de desmobilização atual de nenhuma maneira reverte o processo de amadurecimento que as organizações vieram tendo desde a década de 1980 e que incluiu as experiências no governo Lugo. Os movimentos camponeses seguem sendo o setor da sociedade paraguaia com maior capacidade de

⁸ É importante observar que essa divisão não leva em conta a experiência organizativa das Ligas Agrárias, já mencionada anteriormente no trabalho. As Ligas haviam conseguido lograr uma mobilização camponesa nacional ainda na década de 1970, evidenciando uma envergadura política que só seria vista novamente no Paraguai décadas mais tarde.

mobilização popular e com uma maior potencialidade para lograr uma transformação social a partir do enfrentamento dos reais problemas de fundo da sociedade paraguaia.

Ao mesmo tempo, a decepção com as limitações mostradas durante essa presidência faz com que os movimentos se mantenham alertas em relação às insuficiências da democracia paraguaia sem que isso signifique um rechaço à participação nas urnas ou à política formal. Muito mais do que o engajamento eleitoral e partidário, a força das organizações camponesas vem sendo construída a partir de uma noção de democracia fortalecida pela luta pela terra e pela articulação de direitos econômicos, sociais e políticos (FOGEL, 2006). O desafio maior para os movimentos camponeses é encontrar uma maneira de expressar essa vocação democrática no sistema político atual.

4.3 CAMPESINATO E A RESTAURAÇÃO CONSERVADORA

Frente à crescente expropriação camponesa de seus territórios – seja pela minifundização, pelos desalojamentos ou pela migração para as cidades por pressões econômicas –, os governos recentes vêm fechando cada vez mais as possibilidades dos camponeses terem acesso a uma parcela de terra. Embora a reforma agrária esteja prevista na constituição como uma forma de beneficiar as famílias camponesas, os mecanismos pelos quais os camponeses podem aceder à terra tem sido progressivamente bloqueados, deixando o Paraguai com uma falta de instrumentos legais para distribuir terras.

Atualmente, a legislação paraguaia prevê o acesso à terra a partir de três mecanismos. O primeiro é a compra de terras por parte do Estado, que faria o repasse destas aos sujeitos da reforma agrária. O segundo é a expropriação de terras, onde o Estado (a partir de uma autorização do parlamento), pode tomar as terras para si e utilizá-las para redistribuição. O terceiro é a recuperação das terras, onde o Estado pode tomá-las pela via judicial a partir de organismos de aplicação da lei e ou da Procuradoria Geral do Estado (RIQUELME, 2013).

Nenhum desses mecanismos, no entanto, atualmente funciona no Paraguai (RIQUELME, 2013). Têm-se destinado pouquíssimos recursos no orçamento nacional para a compra de terras e o Estado tampouco tem usado os dispositivos

legais para fazer expropriações e recuperações de propriedades (ROJAS VILLAGRA, 2019).

No início do governo Cartes, foram divulgadas iniciativas de recuperação de terras *mal habidas* por parte do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT). No entanto, essas iniciativas foram minguando rapidamente até serem completamente abandonadas (ARECO, 2018). A respeito das expropriações, introduziu-se na constituição de 1992 a limitação legal para que elas passem a depender de uma indenização acordada entre Estado e proprietário. Com isso, o mecanismo de expropriação virou praticamente uma operação de compra e venda, com proprietários travando o processo em caso de desacordo com os valores das indenizações (RIQUELME, 2013).

Ademais, as atuações do INDERT – o órgão que deveria ser responsável pela reforma agrária e desenvolvimento rural – têm sido marcadas muito mais pela inação em situações importantes e, em alguns casos, por auxiliar no processo de concentração de terras. Três dos nove casos de violência a populações camponesas (*Asentamiento San Juan de Puente Kyha*, *Asentamiento Guahory* e *Colonia Yvype Sexta Línea*) registrados por um informe anual do IPDRS envolviam situações que ainda aguardavam uma ação do INDERT (ROJAS VILLAGRA, 2019) e, portanto, poderiam ter sido evitados.

Além disso, é uma prática comum funcionários do INDERT atuarem como agentes imobiliários, como observa Palau (2015). Estes se aproximam de comunidades camponesas para sugerir a venda de suas propriedades, não raramente oferecendo-se para mediar a venda destas terras a potenciais compradores (normalmente brasileiros ou menonitas).

Los funcionarios del INDERT se encargan de efectuar personalmente un trabajo de “concientización” de las comunidades referentes a la conveniencia de vender sus posesiones justificándolas en la falta de apoyo técnico y crediticio, sumado a las interesantes sumas de dinero que pueden ayudar a conseguir para los campesinos (PALAU, 2015, p. 495).

Frente a essas irregularidades, “[...] *las autoridades administrativas y los políticos muestran [...] una criminal indolencia hacia el problema cuando no complicidad, especialmente por parte de integrantes del Poder Judicial (jueces), del Ministerio Público (fiscales) y de autoridades policiales y militares*” (PALAU, 2015, p. 495).

As ações governamentais de criar planos de apoio para produtores

campesinos também não têm sido efetivas. Em alguns casos eles parecem ter como objetivo muito mais desenvolver a agricultura empresarial do que de fato o campesinato do país, evidenciando um profundo desalinhamento com as diversas demandas repetidamente levantadas por movimentos campesinos e apresentadas a sucessivos governos.

O programa PROEZA (*Pobreza, Reforestación, Energía y Cambio Climático*) apresentado em 2017 pelo governo Cartes ao *Green Climate Fund* (GCF) talvez seja a maior expressão desse descompasso entre governo e campesinato. Contando com acompanhamento da FAO e com um financiamento de US\$ 25 milhões do GCF, o plano busca implementar o monocultivo de árvores de eucalipto em 30.000 famílias campesinas (FRANCESHELLI; LOVERA, 2018). A lenha produzida a partir das árvores tem como objetivo ser integrado na cadeia produtiva da soja. Em outras palavras o PROEZA é, antes de tudo, um subsídio aos produtores de soja e à atividade que vem deslocando populações campesinas paraguaias (FRANCESHELLI; LOVERA, 2018). Além disso, vai contra a importância da diversidade de cultivos e da produção para os mercados locais, reiterada diversas vezes pelos movimentos campesinos.

Outras iniciativas do governo que poderiam significar, de fato, um maior apoio à produção campesina acabam perdendo força no cenário político do país. Por exemplo, a *Ley Marco de Soberanía, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Derecho a la Alimentación* foi aprovada no final de 2018, porém foi mutilada durante seu processo de tramitação e acabou como um instrumento legal incapaz de trazer alguma mudança significativa (ROJAS VILLAGRA, 2019).

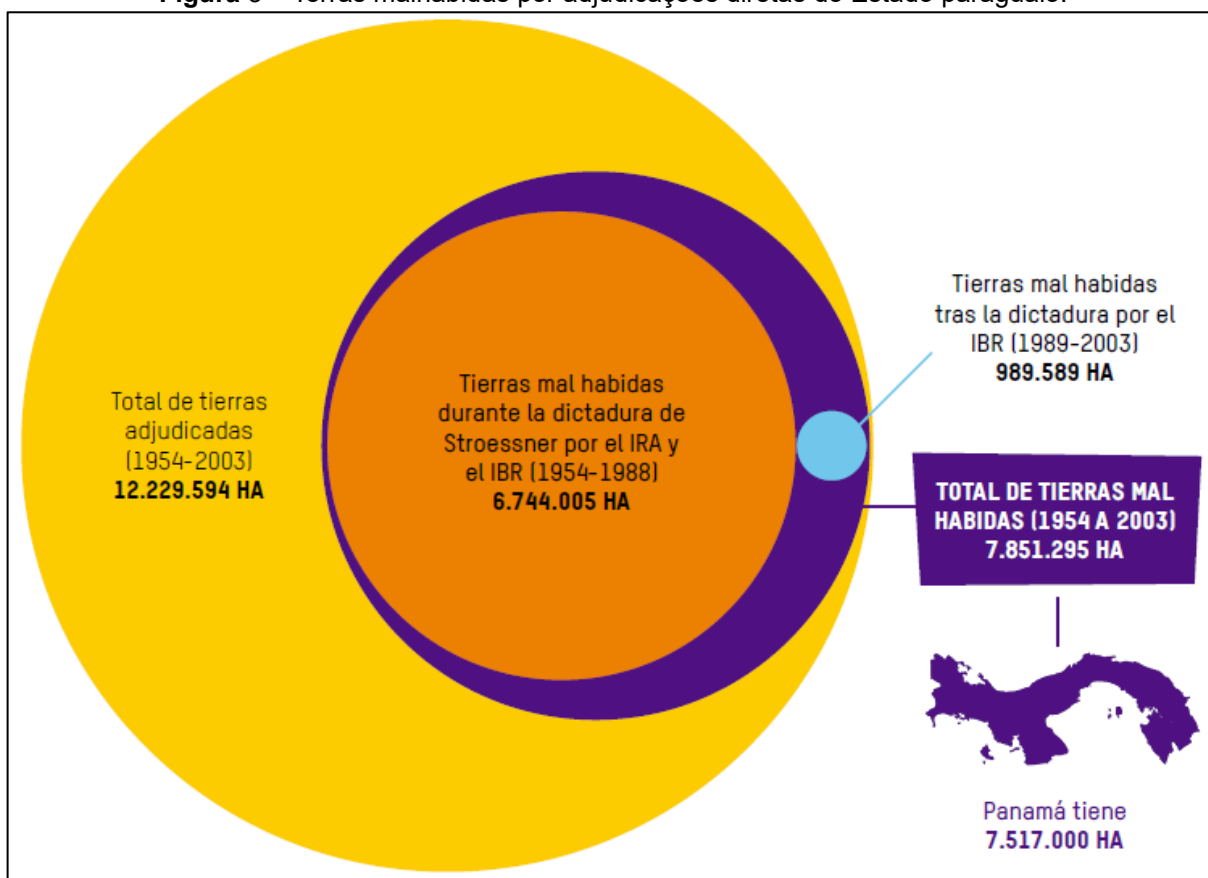
Ao mesmo tempo que a ação dos governos recentes vem cerceando as possibilidades de distribuição de terras e apresentando poucas condições de apoio produtivo para a agricultura campesina, os grupos empresariais ligados à cadeia do agronegócio vêm conseguindo se esquivar da adoção de medidas governamentais nocivas aos seus interesses. A partir do *lobby* dos sojeiros – reunidos principalmente na *Unión de Gremios de la Producción* (UGP) –, o congresso paraguaio decidiu, no final de 2018, adiar mais uma vez a criação de um imposto de 10% sobre a exportação de soja *in natura* (ROJAS VILLAGRA, 2019). O projeto de lei foi por fim descartado no ano seguinte (ABC COLOR, 2019). Uma iniciativa similar – que taxaria em 10% as exportações de soja, trigo e milho no país – havia conseguido passar pelo congresso anos antes, mas foi vetada pelo então presidente Horacio Cartes (SOLER, 2014).

Com o bloqueio da criação do imposto de exportação, os produtores de soja e de outras *commodities* agrícolas continuam disfrutando de uma pressão tributária baixíssima para seus produtos. Os produtores agropecuários estão sujeitos ao *Impuesto a la Renta Agropecuaria* (IRAGRO) e o *Impuesto al Valor Agregado* (IVA) Agropecuario (sendo que parte desse último é pago pelos consumidores). A arrecadação representa somente 2.2% e 3.2% do total, respectivamente, enquanto a participação no PIB destes produtores é de 25% (FRANCESHELLI; LOVERA, 2018). Boa parte desses tributos são ainda devolvidos a empresas agroexportadoras como créditos fiscais, tornando a carga tributária quase insignificante (FRANCESHELLI; LOVERA, 2018).

O empresariado agrícola também tem encontrado formas de dissuadir qualquer medida que busque recuperar terras *mal habidas* no Paraguai. Muito mais do que a questão tributária, esse é um ponto que envolve diretamente o campesinato paraguaio, uma vez que a questão apresenta uma potencial saída para o problema de falta de terras. Além disso, rever o processo fraudulento de concessões de terras e de venda irregular de propriedades significaria uma reparação moral para um setor historicamente subalternizado e espoliado da sociedade.

Como revelado por um relatório da *Comisión de Verdad y Justicia* do Paraguai (CVJ, 2008), há indícios de irregularidades na concessão de terras públicas em 7,8 milhões de hectares desde o início do regime de Stroessner até o ano de 2003, já no período democrático (ver figura a seguir). A maioria das adjudicações irregulares ocorreram durante ditadura, mas essa prática seguiu após a transição. Essas adjudicações feitas pelo governo desde 1954 representam mais da metade das terras aráveis do território paraguaio, tendo sido encontradas graves irregularidades em 64,1% delas (CVJ, 2008).

Figura 3 – Terras malhabidas por adjudicações diretas do Estado paraguaio.



Fonte: GUEREÑA; ROJAS VILLAGRA, 2016.

A partir dos resultados apresentados pela comissão, é possível afirmar que quase um terço (ou, mais especificamente, 32,7%) das terras cultiváveis do Paraguai foram fruto de concessões ilegais feitas por órgãos públicos (CVJ, 2008). Essas terras *mal habidas* concentraram grandes extensões fundiárias nas mãos favorecidos do regime, que comumente as usaram para especulação imobiliária.

Além das muitas terras *mal habidas* apontadas no relatório da CVJ (2008), há também a criação de um novo tipo de terras *mal habidas*. Essas últimas são geradas a partir da venda de terras fiscais que foram inicialmente adjudicadas legalmente, porém foram posteriormente adquiridas de forma irregular por produtores brasileiros e grupos empresariais não sujeitos da reforma agrária (ARECO, 2018). A falta de registros e de fiscalização durante o escuso processo de colonização agrária do país também torna difícil a verificação da validade dos títulos de terra, fazendo proliferar o uso de títulos falsos ou inválidos para a reivindicação da posse de propriedades rurais.

Diferentemente das terras *mal habidas* apontadas pela CVJ (2008), a

extensão dessas novas levas de terras irregulares não consegue ser facilmente dimensionada. No entanto, elas fazem com que as terras *mal habidas* no Paraguai facilmente superem a extensão já impressionante de um terço de toda a área cultivável do país que havia sido apontada pela CVJ (2008).

Essas terras *mal habidas* – tanto as adjudicadas irregularmente pelo Estado quanto as criadas pela compra de *derecheras* dos sujeitos da reforma agrária – encontram-se no cerne das contestações às propriedades de terras de grandes agricultores e da concentração fundiária no Paraguai. As irregularidades sistematicamente cometidas na posse das terras também são inseparáveis do processo da acumulação de grandes propriedades por brasileiros na fronteira leste do país.

A CVJ recomenda uma investigação e uma possível restituição das terras *mal habidas* identificadas pela comissão. Como consta em seu informe final,

La Comisión de Verdad y Justicia en su investigación ha encontrado graves irregularidades que tornan nulas dichas adjudicaciones y cuya nómina eleva a los poderes del Estado para que por intermedio del Ministerio Público y de la Procuraduría General de la República se inicie la investigación que conduzca, de confirmarse las irregularidades denunciadas, a la recuperación de dichas tierras por el Estado paraguayo (CVJ, 2008, p. 25).

No entanto, como mostra Abel Areco (2018), o Estado paraguaio vem postergando uma tomada de ação. Mais do que isso, um representante do INDERT declarou que os proprietários que já possuem títulos definitivos de suas terras – mesmo que obtidos por meio de documentos falsos – não terão suas propriedades recuperadas pelo Estado. Uma vez que a maior parte dessas propriedades foi adjudicada pelo Estado há décadas – em muitos casos, há mais de meio século –, o tema das terras *mal habidas* acaba ficando cada vez mais difícil de ser enfrentado, solidificando a fraudulenta e desigual estrutura fundiária paraguaia atual.

Así, con el correr del tiempo y con las autoridades electas para gobernar el país, se alejan cada vez más las posibilidades de reparación a los daños causados por la dictadura stronista, sin darle importancia a las recomendaciones de la Comisión Verdad y Justicia, de una reparación histórica justa y real, y posibilitar así una política agraria de redistribución de tierra para los merecidos sujetos de la Reforma Agraria, los campesinos/as de nuestro país (ARECO, 2018, p. 13).

Mesmo com a morosidade e inação do Estado com a questão das terras *mal habidas* e com a falta de uma perspectiva de uma reforma agrária, a demanda por terra vem figurado nos principais eventos políticos do país. A questão

agrária, assim, se apresenta no cenário político paraguaio como questão central, não só para os agricultores camponeses e para comunidades indígenas, mas também para a agricultura empresarial e outros setores dominantes da sociedade paraguaia (MORAES; VIEIRA, 2015).

Enquanto os grupos apoiados no agronegócio pressionam para a expansão da soja e da pecuária, para a manutenção de empresas transnacionais e para a facilitação da entrada de sementes transgênicas, os camponeses se organizam para reivindicar a distribuição de terras, a titulação suas propriedades e a valorização de um modo de produção camponês. Rojas Villagra (2014) ressalta como a disputa pela terra é colocada como central por diferentes grupos com interesses conflitantes da seguinte maneira:

La lucha por la tierra está hoy más vigente que nunca en el Paraguay, dado que este factor estratégico para la vida y la producción es demandado tanto por la población campesina e indígena, como por los especuladores inmobiliarios, los productores mecanizados, los ganaderos, las empresas mineras y petroleras, que en gran proporción son de capital extranjero (ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 81).

O desinteresse dos governos recentes em permitir formas de acesso à terra a populações camponesas (mesmo que em porções muito reduzidas), a falta de assistência aos pequenos produtores interessados em produzir para o mercado interno e o apoio quase incondicional do Estado aos interesses da agricultura empresarial contribuem para um cenário de desintegração do camponês paraguaio.

A intensa e rápida repressão contra ocupações e assentamentos faz com que se inviabilize cada vez mais também a ação direta como uma alternativa para se obter terras, deixando as populações camponesas cada vez mais sem opções. *“Ante la inexistencia de canales para negociar conflictos, la violencia campesina es contestada con creciente represión oficial o con matones contratados por latifundistas”* (FOGEL, 2006). A repressão disciplinar vista no Massacre de Curuguaty, em especial, foi um recado claro sobre a pouca tolerância da oligarquia terratenente paraguaia sobre qualquer possibilidade de mudança na questão da terra.

Ainda que o cenário seja largamente desanimador para o camponês desde a restauração conservadora de 2012, é importante levar em conta que o contexto atual também sinaliza para uma possível fissura no modo de dominação política dos grupos dominantes paraguaios que pode vir a ser utilizado em favor das organizações camponesas em um futuro próximo. Enquanto o stronismo se

utilizava de um equilíbrio estratégico entre formas de cooptação e repressão para garantir a ordem social (ARDITI, 1989), a balança nos últimos governos tem pendido cada vez mais para o lado da repressão, deixando a cooptação em segundo plano. Isso sinaliza para uma perda da capacidade clientelar da classe governante com as populações camponesas e com os movimentos camponeses. Em outras palavras, isso significa o afastamento do governo de uma parcela enorme da população paraguaia e a perda da capacidade de mediação deste com o setor historicamente mais organizado do Paraguai.

Essa fragilidade ficou visível nas eleições presidenciais de 2008 – em que uma coalizão encabeçada por um líder progressista e apoiada por movimentos camponeses surpreendentemente saiu vitoriosa –, mas é importante notar que ela permanece irresoluta até hoje, com os partidos tradicionais ainda sofrendo com perda de apoio e menos capazes de mediar as demandas das populações camponesas. Como mostrado no terceiro capítulo, o governo do Partido Colorado durante a ditadura stronista ao mesmo tempo que era responsável por gerar o grande contingente de sem-terra na década de 1980 também por vezes participava das ocupações camponesas (PALAU; HEIKEL, 2016), colocando-se como mediador de um problema que ele mesmo havia ajudado a criar.

Atualmente essa capacidade de inserção colorada no mundo camponês aparenta estar minimizada. O jornalista e escritor Julio Benegas aponta para esse ponto em sua entrevista:

En el campo, por lo menos el Partido Colorado, al representar los intereses de los agroexportadores (la soja, la ganadería), [...] directamente ha perdido interés en desarrollar sus estructuras clientelares dentro del mundo camponés, sino simplemente a legitimar la expulsión. Ya no hay elementos transaccionales como sí antes había (Julio Benegas, 11/12/2019).

O afastamento do Partido Colorado e do governo nacional das camadas populares do campo paraguaio parece corroborar a análise de Lorena Soler (2014) sobre a perda de legitimidade dos partidos tradicionais no Paraguai frente à população. Estes parecem recorrer cada vez mais a candidatos fora do sistema político para sobreviverem, ainda que as duas tentativas recentes (uma com Fernando Lugo, vindo das mobilizações camponesas, e outra vinda do empresário sem militância Horacio Cartes) tenham tido resultados políticos decepcionantes.

Cada vez parece contar mais o discurso de “*acá manda la plata*” dos poderes econômicos (FRIGGERI, 2017, p. 196), sem necessidade de uma figura

política forte atuando como mediador, como no triângulo stronista. É preciso saber até que ponto isso demonstra uma real fragilidade na forma de dominação dos grupos de poder a ser explorada pelo campesinato ou se o controle político do país pode ser mantido com base na imposição violenta desses grupos de poder apesar do agravamento das condições de vida no campo e na cidade.

Atualmente tem se mostrado mais conveniente para o Estado paraguaio mitigar minimamente os problemas sociais causados pelo modelo atual a partir de políticas assistencialistas (como o programa de transferências monetárias *Tekoporã*⁹) e simultaneamente bloquear ações que busquem mudanças estruturais. É incerto, no entanto, se essas políticas são capazes de frear o agravamento das insatisfações sociais no Paraguai sem que se altere a aguda concentração fundiária do país.

⁹ Entre os 20% mais pobres da população paraguaia, 73% estão cobertos por programas de proteção social. Essas políticas são especialmente focalizadas na extrema pobreza no meio rural (DGEEC, 2017)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a uma forma de dominação social que une grupos de poder fortemente articulados com um partido político há oitenta anos no poder (não contando o breve interlúdio de Fernando Lugo) e em meio às constantes agressões experimentadas pelas comunidades campesinas (onde o Massacre de Curuguaty aparece como o golpe mais pesado e traumático), as perspectivas para o campesinato paraguaio são desalentadoras. O que os campesinos experienciam é um processo de expulsão que têm se tornado cada vez mais violento nas últimas décadas e que representam uma ameaça a sua existência.

Infelizmente, a possibilidade de construir um projeto alternativo de sociedade sobre bases populares campesinas vem sendo asfixiada pela estrutura política erguida no Paraguai. Não valorizar o potencial campesino, empurrando-o para um lugar de não existência, talvez seja a maior expressão da pobreza do discurso “modernizador” que sustenta o modelo extrativista atual. O prosseguimento do desperdício da riqueza das experiências campesinas tem como consequência um distanciamento entre o campesinato e seu território e uma consequente asfixia das suas capacidades materiais e simbólicas de reprodução. Como lembra Rojas Villagra (2015, p. 26), “El *teko* es inseparable del *tekoha*, la cultura es inseparable del territorio”. Da mesma forma, “Sin la tierra no hay *tekoha*, no hay posibilidad de una vida campesina e indígena digna” (ROJAS VILLAGRA, 2015, p. 59).

Apesar das forças que pressionam o campesinato paraguaio para uma desintegração, é preciso notar, no entanto, que não há outra alternativa clara disponível para as populações rurais paraguaias escaparem da pobreza. As zonas urbanas vêm concentrando uma porcentagem cada vez maior da população do país ao passar dos anos, mas também não estão absorvendo a mão-de-obra dessas populações rurais em um processo massivo de proletarização campesina. O que ocorre no campesinato paraguaio, portanto, difere de qualquer previsão da vertente “descampesinista” – principalmente pela linha de raciocínio de Lênin (1982), mas também pela de Kautsky (2015).

No entanto, é importante notar que a incapacidade capitalista de transformar o campesinato em mão-de-obra assalariada não impediu o fluxo migratório do campo para as cidades, fazendo crescer a pobreza e a informalidade no meio urbano e aumentando a pressão dos sem-terra para retornar ao campo. Assim

como mostrado nos relatos de Eloy, Elba e Mario e em outros estudos (PALAU et al, 2007), muitos camponeses saíram forçosamente do campo e demonstram interesse de regressar. Cria-se, assim, uma resistência à descampesinização que alimenta a luta pela terra e a afirmação da importância do campesinato.

O campesinato paraguaio se encontra, sem dúvida, em uma situação crítica pelo violento processo de expulsão das suas áreas rurais visto nas últimas décadas. Porém, esse processo apresenta também seus limites e não significa necessariamente o seu desaparecimento em um futuro próximo. Uma grande parcela da população segue vivendo nas áreas rurais, superando, e muito, a média de outros países latino-americanos (FAO, 2018). Essa grande população resistindo no campo não só dificulta o processo de descampesinação como também confere um potencial para as populações camponesas se fortalecerem em um contexto mais favorável (ainda distante da realidade atual do país).

A despeito das dificuldades enfrentadas hoje, essa quantidade surpreendente de famílias camponesas e sua riqueza cultural representam um enorme potencial para desenvolver a produção agrícola voltada para o abastecimento local e para fazer o Paraguai avançar na garantia de sua soberania alimentar. Nesse processo, seria possível fortalecer o campesinato e as relações de solidariedade presentes em suas práticas cotidianas, além trazer uma melhora nas condições de vida das camadas populares do país. Para realizar essa transformação social, os camponeses obviamente necessitam de um maior apoio e mais recursos, sendo a terra um fator fundamental.

O maior empecilho para aproveitar as potencialidades camponesas vêm da atual estrutura de poder no país. Como discutido no terceiro e quarto capítulo, a forte articulação entre os grupos de poder e a elite governante paraguaia vem mostrando uma baixíssima tolerância a qualquer iniciativa que contrarie seus interesses e reagindo com extrema violência. A conformação dessa estrutura política, altamente voltada a garantir o prosseguimento do processo de estrangeirização do território paraguaio, é seguramente o fator que mais ameaça o campesinato.

Com sorte, o período atual paraguaio possa ser descrito com as mesmas palavras usadas por Benjamin Arditi em 1989, após as primeiras eleições presidenciais após a queda de Stroessner serem vencidas pelo próprio autor do golpe: *“Sigue habiendo una gran asimetría entre el poder cívico-militar dominante y la oposición [...], pero ahora los enfrentamientos ya no son entre un semidiós y seres*

humanos mortales, sino entre distintas colectividades humanas organizadas” (ARDITI, 1989, p. 24).

Naquele contexto, a sociedade paraguaia ganhava novos espaços de liberdades políticas que haviam sido suprimidas durante a ditadura, mas enfrentavam uma crise política e social e seguiam sob a governança do Partido Colorado mesmo após o fim do longo regime de Stroessner. Hoje, o Paraguai lida mais uma vez com o fardo do “eterno retorno” colorado e com o avanço violento e desenfreado dos grupos oligárquicos do país, mas após ter passado pela tentativa de um projeto democratizante, que abriu espaço para debater a questão agrária e a estrutura de poder da sociedade paraguaia. Os embates sociais que foram expostos são fortemente assimétricos, mas espera-se que os movimentos campestinos (hoje muito mais organizados e maduros do que no contexto em que comentava Arditi) possam se fortalecer e trabalhar em projetos alternativos para a sociedade paraguaia.

REFERÊNCIAS

ABC COLOR. Cartes ocupa tierras fiscales pero en el INDERT hacen la vista gorda. 13 set. 2015. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/cartes-ocupa-tierras-fiscales-pero-en-el-indert-hacen-la-vista-gorda-1407584.html>. Acesso em: 01 mar. 2020.

_____. Rechazan impuesto a soja y tabaco por pedido de Abdo. 18 maio 2019. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/rechazan-impuesto-a-soja-y-tabaco-por-pedido-de-abdo-benitez-1815258.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

_____. Campesinos aseguran que seguirán luchando por “Crescencio González”. 24 jun. 2010. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/campesinos-aseguran-que-seguiran-luchando-por-crescencio-gonzalez-121766.html>. Acesso em 19 mar. 2020.

AGÊNCIA PÚBLICA. WikiLeaks: DEA infiltrou agentes em círculo de Cartes para investigar lavagem de dinheiro. 23 abr. 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/04/wikileaks-dea-infiltrou-agentes-em-circulo-de-cartes-para-investigar-lavagem-de-dinheiro/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai*. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2005.

ARDITI, Benjamín. Adiós a Stroessner: nuevos espacios, viejos problemas. Nueva Sociedad, n. 102, 1989.

ARECO, Abel. Se va el nuevo rumbo y las tierras malhabidas siguen intactas. In: PALAU, Marielle (Org.). *Con la soja al cuello 2018: informe sobre agronegocios en Paraguay*. Assunción: Base IS, 2018.

AVILA SCHMALKO, Claudia; SARTA, Airym Monroy. *Mapeando el agronegocio en Paraguay*. Assunción: BASE IS, 2018. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/novedades/mapeando-el-agronegocio-en-paraguay/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BARTRA, Armando. Campesindios – Aproximaciones a los campesinos de um continente colonizado. *La Nacion. Revista Memoria*, v. 248, p. 169-186, 2010.

BASE IS – Base Investigaciones Sociales. Paraguay: en dos años de gestión, el gobierno de Cartes aprobó 10 cultivos transgénicos. 2014. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/paraguay-en-dos-anos-de-gestion-el-gobierno-de-cartes-aprobo-10-cultivos-transgenicos/>. Acesso em 10 mar. 2020.

_____. El recuento de la violencia en el campo. 24 ago. 2016. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/el-recuento-de-la-violencia-en-el-campo/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

_____. La Policía arrestó a campesinas y campesinos del asentamiento San Juan,

en Canindeyú. 2018. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/la-policia-arresto-a-campesinas-y-campesinos-del-asentamiento-san-juan-en-canindeyu/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BENEGAS, Julio. La Masacre de Curuguay. 4. ed. Asunción: Arandurã, 2018.

BRIGNOL, Raúl; CRISPI, Jaime. El Campesinato en América Latina – una aproximación teórica. Santiago de Chile: Revista da CEPAL, n. 16, 1982.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. Caderno CRH, v. 21, n. 53, 2008.

CAPECO. Área de Siembra, Producción y Rendimiento. Disponível em: <http://capeco.org.py/area-de-siembra-produccion-y-rendimiento/>. 2020. Acesso em: 23 fev. 2020.

CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva visión, 1974.

CLOC PARAGUAY - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo Capítulo Paraguay. En San Pedro, la OLT rechaza la siembra de soja que perjudica a la población campesina. 09 nov. 2018. Disponível em: https://clocvcparaguay.wordpress.com/2018/11/09/en-san-pedro-la-olt-rechaza-la-siembra-de-soja-que-perjudica-a-la-poblacion-campesina/?fbclid=IwAR0niXB_tl_LqHjdyAG5JtmGCKSy9kPraNbEifV8xYWGW6EO14AkBbgsJ3l. Acesso em: 18 mar. 2020.

CVJ – Comisión de Verdad y Justicia. Informe final: tierras mal habidas – tomo IV. Paraguay. Asunción: Comisión de Verdad y Justicia, 2008.

DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. Encuesta Permanente de Hogares 2017. 2017. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/resultados%20de%20la%20EPH/>. Acesso em: 9 de jun. 2019.

_____. Proyecciones de población nacional, áreas urbana y rural, por sexo y edad, 2018. 2018. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/evoluciontotal.php>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DURÉ, Elizabeth et al. Golpe a la democracia – antecedentes y perspectivas. Assunción: Base IS, 2012.

ESPÍNDOLA, Nancy. Mario Abdo Benítez, un “hijo del stronismo” en carrera. ABC color, 14 maio 2017. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/mario-abdo-benitez-un-hijo-del-stronismo-en-carrera-1593691.html>. Acesso em 30 ago. 2019.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.).

Campesinato e territórios em disputa. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe - soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo. Santiago: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>. Acesso em 4 fev. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de campesinato. COPTec – Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos. 2004. Disponível em: <http://coptec.org/index.php/shortcode/carousel/category/9-artigos>. Acesso em: 13 ago. 2019.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIDA - Fondo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Proyecto para el Mejoramiento de Ingresos de la Agricultura Familiar Campesina e Indígena en los Departamentos de la Región Oriental del Paraguay: Informe de diseño detallado. División de América Latina y el Caribe Departamento de Administración de Programas. 2015.

FOGEL, Ramón. La estructura y la coyuntura en las luchas del movimiento campesino paraguayo. In: GIARRACA, Norma (Comp.). ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires, CLACSO, 2005.

_____. Movimientos campesinos y su orientación democrática en Paraguay. In: GRAMMONT, Hubert (Org.). La construcción de la democracia en el campo latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FRANCESHELLI, Inés; LOVERA, Miguel. ¿Derecho a la alimentación? No. Paraguay camina en sentido contrario – derecho a la alimentación. In: CODEHUPY - Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay. Derechos Humanos Paraguay 2018. Asunción: CODEHUPY, 2018.

FRIGGERI, Félix Pablo. Paraguay después del golpe: el precio de ponerse colorado. Foro internacional, v. 57, n. 1, p. 188-226, 2017.

GALEANO, Eduardo. Los nuevos dueños del Alto Paraná. In: Nosotros decimos no – crónicas 1963-1988. Madrid: Siglo XXI, 2006.

_____. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2015. 400p.

GLAUSER, Marcos. *Extranjerización del Territorio Paraguayo*. Assunção: BASE IS. 2009. 174p.

GRAIN. Límites legales a la compra de tierras: ¿refrenan a los acaparadores de tierra o adormecen el debate? Grain. 28 fev. 2013. Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/4657-limites-legales-a-la-compra-de-tierras-refrenan-a-los-acaparadores-de-tierra-o-adormecen-el-debate>. Acesso em 05 mar.

2020.

GUEREÑA, Arantxa; ROJAS VILLAGRA, Luis. Yvy Jára – Los dueños de la tierra en Paraguay. OXFAM. Asunción: OXFAM, 2016.

KAUTSKY, Karl. La Cuestión Agraria: estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. Marxists Internet Archive, 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A desintegração do campesinato. In: _____. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUEZ, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. La cultura paraguaya desde el 'ya no' al 'todavía no'. In: SOLER, Lorena et al (Org.). Antología del Pensamiento Paraguayo Contemporáneo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015, pp. 471-482.

MORAES, Isaiás Albertin de. VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo Agrário e Movimentos Campesinos no Paraguai. Estudos Históricos, v. 28, n. 56, p. 363-363, 2015.

MORÍNIGO, José Nicolás. La transición circular. Novapolis, n. 1, p. 4-20, 2002.

MORINIGO AGUAYO, Jorge; ACHINELLI BAEZ, Marcela; BARRIOS LEIVA, Oscar. La soja en el Paraguay. Una aproximación a la cuantificación económica. Periodo 1994-2016. Población y Desarrollo, vol.24, n.46, pp.24-36, 2018.

NOGUEIRA, Italo; BALAGO, Rafael; ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Ex-presidente do Paraguai é alvo de operação da Lava Jato. Folha de S. Paulo, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/ex-presidente-do-paraguai-e-alvo-de-operacao-da-lava-jato.shtml>. Acesso em 01 mar. 2020.

NÚÑEZ, Cyntia Itatí. Movimientos sociales y poder político en Paraguay. e-I@tina – Revista electrónica de estudios latinoamericanos, v. 11, n. 44, p. 1-17, 2013.

O GLOBO. Conversas revelam que presidente paraguaio manteve acordo de Itaipu secreto e mencionam pressão do Brasil. 06 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/conversas-revelam-que-presidente-paraguaio-manteve-acordo-de-itaipu-secreto-mencionam-pressao-do-brasil-23855239>. Acesso em: 07 mar. 2020.

PALAU, Marielle (Org.). Con la soja al cuello 2018: informe sobre agronegocios en Paraguay. Assunción: Base IS, 2018.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. OSAL – Observatório Social de América Latina, ano 6, n. 16, jan.-abr.

2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Es lógico que una sociedad agredida se defienda – Recopilación de artículos: 2008-2011. Assunción: Base IS, 2012.

_____. El agronegocio de la soja en el Paraguay: antecedentes y impactos sociales económicos. In: SOLER, Lorena et al (Org.). Antología del Pensamiento Paraguayo Contemporáneo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

PALAU, Tomás et al. Los refugiados del modelo agroexportador. Asunción: Base IS, 2007.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola. 2. ed. Asunción: Base IS, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. Caderno Prudentino de Geografia, v. 19-20, p. 05-27, 1997.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Lorena Izá. Las estrategias del capital regional en la extranjerización del territorio paraguayo. In: PALAU, Marielle (Org.). Con la soja al cuello 2018: informe sobre agronegocios en Paraguay. Assunción: Base IS, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RICHER, Hugo. Seis preguntas y seis respuestas sobre la crisis paraguaya. Nueva Sociedad, n. 241, p. 4-10, 2012.

RIQUELME, Quintín. Los sin tierra en Paraguay. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

_____. El derecho a la tierra desde la concepción de los movimientos campesinos. In: DOBRÉE, Patricio (Org.). La tierra en Paraguay: de la desigualdad al ejercicio de derechos. Asunción: Programa Democratización y Construcción de la Paz, 2013.

_____. Política agraria del gobierno Cartes. In: PALAU, Marielle (Org.). Con la soja al cuello 2018: informe sobre agronegocios en Paraguay. Assunción: Base IS, 2018.

RIQUELME, Quintín; VERA, Elsy. Agricultura campesina, agronegocio y migración. El impacto de los modelos de producción en la dinámica de los territorios. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 2015.

ROJAS VILLAGRA, Luis. Actores del Agronegocio en Paraguay. Asunción: BASE IS, 2009.

_____. La Metamorfosis del Paraguay: del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: Base IS, 2014.

_____. Tereré Jere. Alternativas a la sociedad paraguaya actual. Asunción: Base IS, 2015.

_____. Campesinato rape – apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay. Asunción: Base IS, 2016.

_____. Paraguay. In: IPDRS – Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica. Informe 2018 – Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: IPDRS, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SHANIN, Teodor. El Campesinado como factor político. In: _____ (org.). Campesinos y sociedades campesinas. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979. pp 214- 236.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. Goiânia: Sociedade e Cultura, v. 17, n. 1, p. 159-169, jan./jun. 2014.

SOLER, Lorena. Claves históricas del régimen político en Paraguay. López y Stroessner. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 11, n. 1-2, p. 19-54, 2007.

_____. Paraguay: cuando la novedad no es resultado. Nueva sociedad, v. 231, p. 28-44, 2011.

_____. Golpe de Estado y derechas en Paraguay: transiciones circulares y restauración conservadora. Nueva Sociedad, n. 254, nov./dez. 2014.

TALIA, Marcos Pérez. Elecciones en Paraguay: el Partido Colorado se eterniza en el poder. Foreign Affairs: Latinoamérica, v. 18, n. 4, p. 45-52, 2018.

TELESCA, Ignacio. Las Ligas Agrarias Cristianas. Asunción: El Lector, 2014. 124 p.

TEUBAL, Miguel. O Campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ÚLTIMA HORA. Más de 250 puertos clandestinos se ocultan en bosques de Itaipú.

29 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/mas-250-puertos-clandestinos-se-ocultan-bosques-itaipu-n2834618.html>. Acesso: 02 mar. 2020.

_____. Vecino de la Itaipú rodea las zonas de contrabando en Puerto Tigre. 14 ago. 2019b. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/vecino-la-itaipu-rodea-las-zonas-contrabando-puerto-tigre-n2839907.html>. Acesso em 02 mar. 2020.

_____. Puerto clandestino en reserva de Itaipú funciona con total impunidad. 17 ago. 2019c. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/puerto-clandestino-reserva-itaipu-funciona-total-impunidad-n2838535.html>. Acesso em 02 mar. 2020.

_____. Itaipú confirma que brasileño rodea tierras donde abunda contrabando. 30 set. 2020d. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/itaipu-confirma-que-brasileno-rodea-tierras-donde-abunda-contrabando-n2846597.html>. Acesso em: 02 mar. 2020.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 11, n. 2, out. 2003. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Org.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ZÁRATE, Jorge. Abdo Benítez necesitará del impuesto a la soja para gobernar. In: PALAU, Marielle (Org.). *Con la soja al cuello 2018: informe sobre agronegocios en Paraguay*. Assunción: Base IS, 2018.

ZAYAS, Tomás. Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA). In: DURÉ, Elizabeth et al. *Golpe a la democracia – antecedentes y perspectivas*. Assunción: Base IS, 2012.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Marcial Gómez, secretário geral adjunto da Federación Nacional Campesina (FNC). Entrevista realizada no Seminário Metropolitano durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 20/03/2019.

Mario Ayala, membro da Asamblea de Inmigrantes Paraguayos en la Argentina (AIP). Entrevista realizada no Seminário Metropolitano durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 20/03/2019.

Elba Villamayor, membra da Asamblea de Inmigrantes Paraguayos en la Argentina (AIP). Entrevista realizada no Seminário Metropolitano durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 20/03/2019.

César Riveros, secretário departamental da Federación Nacional Campesina (FNC) no departamento Central. Entrevista realizada no Seminário Metropolitano durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 20/03/2019.

César Riveros, secretário departamental da Federación Nacional Campesina (FNC) no departamento Central. Entrevista realizada na comunidade Costa Dulce, distrito de Itaguá, departamento Central, em 21/11/2019.

Alicia Amarilla, coordenadora nacional da Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas (CONAMURI). Entrevista realizada na Plaza Uruguaya durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 21/03/2019.

Benicia Chávez, dirigente da Juventud Paraguay Pyahurã (JPP). Entrevista realizada na Plaza Uruguaya durante a XXVI Marcha Campesina em Assunção, Paraguai, em 21/03/2019.

Abel Irala, diretor executivo da Base Investigaciones Sociales (Base IS). Entrevista realizada na sede da Base IS em Assunção, Paraguai, em 25/03/2019.

Jorge Galeano, dirigente da Coordinadora Nacional Intersectorial (CNI) e secretario geral do Movimiento Agrario Popular (MAP). Entrevista realizada na Plaza de Armas durante uma mobilização indígena-campesina convocada pela CNI em Assunção, Paraguai, em 26/03/2019.

Rosalino López, dirigente da Federación Nacional Campesina (FNC). Entrevista realizada na comunidade Las Piedras, distrito de Itá, departamento Central, em 20/11/2019.

Eloy Ramos, membro da Federación Nacional Campesina (FNC). Entrevista realizada na comunidade Las Piedras, distrito de Itá, departamento Central, em 20/11/2019.

Zulma Estigarribia, membra da Federación Nacional Campesina (FNC). Entrevista realizada na comunidade Las Piedras, distrito de Itá, departamento Central, em 20/11/2019.

José Coronel, membro da Federación Nacional Campesina (FNC). Entrevista realizada na comunidade de Itaguá Guazú, distrito de Itaguá, departamento Central, em 20/11/2019.

Julio Benegas, escritor e jornalista paraguaio. Entrevista realizada no campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, em 11/12/2019.